

**RODRIGO CARVALHO GONÇALVES**

**IMAGENS RURAIS: UMA ANÁLISE DA EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS  
ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS DA REVISTA EMATER-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

**VIÇOSA  
MINAS GERAIS - BRASIL  
2012**

Ficha catalográfica preparada pela Seção de Catalogação e  
Classificação da Biblioteca Central da UFV

T

G635i  
2012

Gonçalves, Rodrigo Carvalho, 1983-  
Imagens rurais: uma análise da extensão rural em Minas  
Gerais através das fotografias da revista EMATER-MG /  
Rodrigo Carvalho Gonçalves. – Viçosa, MG, 2012.  
169f. : il. col. ; 29cm.

Inclui anexos.

Orientador: Sheila Maria Doula.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 120-126

1. Extensão em Minas Gerais (Revista). 2. Extensão rural.  
3. Fotografias. 4. Empresa de Assistência Técnica e Extensão  
Rural do Estado de Minas Gerais - História. 5. Comunicação.  
6. Vida rural na arte. 7. Semiótica e as artes.  
8. Representações sociais. I. Universidade Federal de Viçosa.  
II. Título.

CDD 22. ed. 302.2324

**RODRIGO CARVALHO GONÇALVES**

**IMAGENS RURAIS: UMA ANÁLISE DA EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS  
ATRAVÉS DAS FOTOGRAFIAS DA REVISTA EMATER-MG.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 26 de junho 2012.

---

Rennan Lanna Martins Mafra

---

Luciano Rodrigues Costa

---

Sheila Maria Doula  
(Orientadora)

Dedico esta dissertação a minha **família**, por sempre me incentivarem e desejarem minha vitória, ao meu filho **Gabriel** e aos meus amigos pela confiança, companheirismo, paciência, carinho e força nos momentos difíceis.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, por iluminar e proteger minha vida. A Universidade Federal de Viçosa, casa na qual estudei e me criei, e que possibilitou transformar as minhas idéias em ciência. A CAPES pelo apoio ao longo do mestrado.

Ao responsável pelo Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural, José Alfredo de Amaral Paula da EMATER-MG, Franklin Martins Delano, que além de permitir e me ajudar na busca de documentos, fotos e materiais na pesquisa de campo nos arquivos da instituição contribuiu imensamente com sua experiência sobre a história da extensão rural em Minas Gerais. Aos extensionistas da EMATER-MG, alguns pioneiros outros contemporâneos, sempre solícitos as conversas e entrevistas, em especial: José Paulo Ribeiro, Maurício Almeida e Benjamim Salles Duarte.

Aos amigos fiéis, Leonardo Dupim, Davi Feital, Júlia Felicíssimo, Lucas Ferrari e Samuel Andrade, que me ajudaram de diferentes maneiras ao longo deste trabalho, muitas vezes apenas escutando minhas inquietações.

Ao PAIOL – Grupo de Estudos em Cultura e Políticas Públicas para o Meio Rural, na pessoa da professora Sheila Maria Doula, coordenadora do grupo, que além de orientar com dedicação e sabedoria esta dissertação, contribui em nossas conversas e reuniões para sedimentar o meu compromisso e opção, já que muitos outros não tiveram a oportunidade que tivemos. Ao professor Ricardo Duarte, sempre atencioso e disposto a ler e debater minhas idéias, apresentando novas bibliografias e criticando positivamente o meu trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, aos companheiros de classe do mestrado e funcionários do Departamento de Economia Rural. Em especial a minha namorada Ana Carolina Brumano por todo apoio, amor e paciência.

A ajuda de todas estas pessoas foi fundamental para a consolidação deste trabalho.

## **BIOGRAFIA**

Rodrigo Carvalho Gonçalves, filho de Gilberto Gonçalves Costa e Nilza Francisca de Carvalho Gonçalves, nasceu em 24 de outubro de 1983 em Umuarama-PR, porém reside na cidade de Viçosa há 26 anos, considerando-se mais mineiro do que paranaense.

Em 2009, graduou-se no curso Comunicação Social- Jornalismo na Universidade Federal de Viçosa (UFV). Mesmo antes da graduação, Rodrigo já estudava e trabalhava com fotografias, já que é fotógrafo há quase uma década. Durante a graduação desenvolveu pesquisas no âmbito da fotografia, estudando imagens institucionais, no caso, da Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) de Viçosa.

Em 2010, iniciou o curso de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, no Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (UFV). O que possibilitou a continuidade das propostas de estudo no âmbito da fotografia, agora aliado aos conhecimentos da extensão e comunicação rural.

Defendeu sua dissertação em junho de 2012.

## RESUMO

GONÇALVES, Rodrigo Carvalho. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa. Junho de 2012. **Imagens Rurais: uma análise da extensão rural em Minas Gerais através das fotografias da revista EMATER-MG.** Orientador(a): Sheila Maria Doula.

O presente trabalho teve o intuito de analisar como as fotografias veiculadas na capa da revista Extensão Rural em Minas Gerais, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), representam o meio rural e o extensionismo praticado em Minas Gerais. A partir de uma pesquisa iconográfica e documental no acervo de revistas e documentos da instituição (Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro Agrônomo José Alfredo Amaral de Paula), foi possível selecionar uma série de imagens que construíram uma narrativa sobre a história, os modelos de extensão rural praticados no estado e o papel do extensionista nos processos de transformação social do meio rural mineiro.

## ABSTRACT

GONÇALVES, Rodrigo Carvalho. M.Sc., Universidade Federal de Viçosa. June, 2012. **Rural Images: an analysis of rural extension in Minas Gerais through the photographs of the journal EMATER-MG.** Adviser: Sheila Maria Doula.

The objective of this work was to analyze how the photographs published in the journal *Rural Extension in Minas Gerais*, from the company that provides technical assistance and rural extension in the state of Minas Gerais (EMATER-MG), represents the rural environment and the extension services in Minas Gerais. From iconographic and documental research at the institution (Center for Documentation and Research in Rural Extention Engenheiro Agrônomo José Alfredo Amaral de Paula), it was possible to select a series of images that constructed a narrative about the history, the models of rural extension used in the state and the role of the extensionist in the process of social transformation in the rural areas of Minas Gerais.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da EMATER- MG. Fonte: Dados de campo, Rodrigo Carvalho Gonçalves, 2011/2012.

Figura 2 – Edição 1964

Figura 3 – Edição 1965

Figura 4 – Edição 1966

Figura 5 – Edição 1967

Figura 6 – Edição 1967

Figura 7 – Edição 1967

Figura 8 – Edição 1968

Figura 9 – Edição 1968

Figura 10 – Edição 1969

Figura 11 – Edição 1970

Figura 12 – Edição 1971

Figura 13 – Edição 1972

Figura 14 – Edição 1972

Figura 15 – Edição 1972

Figura 16 – Edição 1973

Figura 17 – Edição 1974

Figura 18 – Edição 1974

Figura 19 – Edição 1975

Figura 20 – Edição 1975

Figura 21 – Edição 1974

Figura 22 – Edição 1977

Figura 23 – Edição 1977

Figura 24 – Edição 1978

Figura 25 – Edição 1978

Figura 26 – Edição 1980

Figura 27 – Edição 1980

Figura 28 – Edição 1981

Figura 29 – Edição 1981

Figura 30 – Edição 1981

Figura 31 – Edição 1981

Figura 32 – Edição 1981

Figura 33 – Edição 1981

Figura 34 – Edição 1982

Figura 35 – Edição 1982

Figura 36 – Edição 1982

Figura 37 – Edição 1985

Figura 38 – Edição 1986

Figura 39 – Edição 1986

Figura 40 – Edição 1988

Figura 41 – Edição 1991

Figura 42 – Edição 1992

Figura 43 – Edição 1994

Figura 44 – Edição 1996

Figura 45 – Edição 1996

Figura 46 – Edição 1997

Figura 47 – Edição 1998

Figura 48 – Edição 1999

Figura 49 – Edição 1999

Figura 50 – Edição 2003

Figura 51 – Edição 2003

Figura 52 – Edição 2005

Figura 53 – Edição 2004

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 – Frequência de temáticas na década de 60. Fonte: Dados de campo, 2011/2012.

Gráfico 2 – Frequência de temáticas na década de 70. Fonte: Dados de campo, 2011/2012.

Gráfico 3 – Frequência de temáticas na década de 80. Fonte: Dados de campo 2011/2012.

Gráfico 4 – Frequência de temáticas na década de 90. Fonte: Dados de campo 2011/2012.

Gráfico 5 – Frequência de temáticas na década de 2000. Fonte: Dados de campo, 2011/2012.

Gráfico 6 – Frequência de temáticas ao longo de todo período analisado (46 anos). Fonte: Dados de campo 2011/ 2012.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABCAR – Associação Brasileira de Crédito de Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

AIA – American International Association

CEB`s- Comunidades Eclesiais de Base

CMDRS – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER-MG – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESAV – Escola Superior de Agricultura e Veterinária

ETA – Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONG – Organização não governamental

PNATER – Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAF- Secretaria de Agricultura Familiar

UFV – Universidade Federa de Viçosa

# SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b><u>1 - INTRODUÇÃO</u></b> .....   | 14  |
| <b><u>2 - A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL</u></b>   |     |
| 2.1 - O conceito de Extensão Rural.....  | 17  |
| 2.2 - Panorama histórico da Extensão Rural no Brasil – práticas e críticas.....          | 19  |
| <b><u>3 - COMUNICAÇÃO RURAL</u></b>  |     |
| 3.1 - O Conceito de Comunicação Rural.....   | 34  |
| 3.2 - A Comunicação Rural da Emater.....   | 42  |
| 3.3 - A Revista Extensão Rural em Minas Gerais.....                                      | 48  |
| <b><u>4 - FOTOGRAFIA COMO REPRESENTAÇÃO DO MUNDO</u></b>                                 |     |
| 4.1 - Conceito e história da fotografia no Brasil.....                                   | 52  |
| 4.2 - Fotografia e pesquisas científicas.....  | 55  |
| 4.3 - Teóricos e teorias da fotografia.....  | 63  |
| <b><u>5 - FOTOGRAFIAS E REPRESENTAÇÕES NA REVISTA EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS</u></b> |     |
| 5.1 - Metodologia da pesquisa.....   | 69  |
| 5.2 - O mundo rural e a prática extensionista através das fotografias.....               | 72  |
| 5.2.1 – A década de 1960.....  | 72  |
| 5.2.2 – A década de 1970.....  | 81  |
| 5.2.3 – A década de 1980.....  | 94  |
| 5.2.4 – A década de 1990.....  | 104 |
| 5.2.5 – A década de 2000.....  | 111 |
| <b><u>6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b> .....   | 117 |
| <b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b> .....   | 120 |

## **ANEXOS**

|  |     |
|--|-----|
| Anexo 1- Memória fotográfica – Capas da Revista Extensão Rural.....  | 127 |
| Anexo 2- Entrevistas realizadas na EMATER-MG, Belo Horizonte.....  | 160 |
| Anexo 3- Aprovação do Projeto de Pesquisa pela Comissão de Ética da Universidade Federal<br>de Viçosa..... | 168 |

## 1 - INTRODUÇÃO

O presente trabalho teve o intuito de analisar como as fotografias das capas da Revista Extensão Rural em Minas Gerais, da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais (EMATER-MG), representam o meio rural e o extensionismo praticado em Minas Gerais. A partir dessas análises foi possível ainda compreender as lógicas sócio-políticas e ideológicas-culturais envolvidas nas atividades e vivências extensionistas, ao longo de 60 anos de extensão rural no país.

Desde os primeiros tempos, quando ainda era Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), a instituição se preocupou em divulgar o trabalho que estava sendo desenvolvido. Isto era feito com os relatórios anuais onde eram descritos minuciosamente cada decisão, iniciativa e projetos futuros, até que em 1962 teve início a Revista Extensão Rural em Minas Gerais, ressaltando-se diversos aspectos das atividades voltadas ao meio rural, como a dificuldade de por em prática o extensionismo, não só pelas condições de acessibilidade ao meio rural, como também pelas condições sociais com as quais os extensionistas se deparavam.

A revista destinava-se basicamente a divulgar os princípios, critérios, objetivos, métodos de trabalho, atividades e realizações da Extensão Rural mineira, publicando também matérias referentes a outros aspectos da agricultura e da vida rural, sempre que tivessem quaisquer implicações com aquele motivo.

É importante destacar que no andamento da pesquisa, vasculhando os arquivos do Centro de Documentação e Pesquisa da EMATER-MG, descobriu-se uma matéria publicada em outra revista de Extensão Rural, a *Extensión em Las Américas* (1957), proveniente da Costa Rica, em que o autor já explanava sobre o tipo de máquina fotográfica que os extensionistas deveriam escolher para registrar as suas atividades.

“Sin embargo, la cámara en general más popular para el extensionista, parece ser la cámara miniatura de 35 milímetros. No solamente ella es apropiada para producir transparencias de color, también esta cámara es liviana, compacta y de flexible aplicación. (...) El tipo de cámara que usted usa no es tan importante como la forma cuidadosa y bien pensada com que usted toma las fotografías. Casi cualquier cámara puede tomar fotos adecuadas si el fotógrafo tiene em cuenta lós principios básicos de la fotografía, que se mencionarán em próximos números de esta revistas”. (1957: 22-23)

Isso demonstra que a iniciativa de se registrar todas as ações, atividades e eventos da Extensão Rural não se originou no país, mas sim foi importada, inicialmente dos EUA, mas também de outros países que já faziam Extensão Rural e fotografavam suas atividades anteriormente.

Como observado, o uso de fotografias foi uma das características marcantes deste período, elas retratavam o campo e o trabalho dos extensionistas de forma sistemática, mostrando o antes e o depois das visitas desses profissionais. Estas fotografias apresentavam um grau de qualidade técnica surpreendente para as condições da época, o que demonstra a importância que estas imagens tinham para a instituição, não só para a justificativa da ação extensionista, como também para a Comunicação Rural, realizada para uma população em grande parte analfabeta.

Entendemos que as fotografias veiculam um discurso e possuem um alto grau de subjetividade. Assim, procuraremos com esta pergunta responder: como as fotografias veiculadas na Revista Extensão Rural em Minas Gerais representam o mundo rural e a presença do extensionista nos processos de transformação social? Qual era a importância das fotografias em um projeto mais amplo de comunicação rural desenvolvida pela EMATER-MG? Quais eram as perspectivas de alcance do uso da fotografia enquanto instrumento facilitador da compreensão de mensagens, técnicas e instruções promovidas pelos extensionistas da instituição?

Nesse sentido, objetivamos analisar a utilização da fotografia como instrumento de divulgação institucional e como recurso pedagógico na Revista Extensão Rural em Minas Gerais. Dessa forma poderemos analisar também como as fotografias publicadas na revista representam o meio rural e o extensionismo praticado em Minas Gerais. Com efeito, identificaremos os elementos da ação extensionista que foram privilegiados nas imagens fotográficas bem como analisaremos os seus significados éticos, morais, sociais, tecnológicos e culturais nas imagens fotográficas produzidas e publicadas pela instituição.

A pesquisa teve um caráter exploratório, com foco principal na análise dessas fotografias produzidas pelos extensionistas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG) que foram publicadas nas revistas da instituição. Há fotografias dos trabalhos em campo, dos veículos de transporte dos extensionistas, do espaço rural, das lavouras, dos currais e animais, das propriedades rurais, dos produtos agrícolas, dos agricultores atendidos, das ferramentas e máquinas utilizadas, das reuniões políticas entre outras.

Além da pesquisa iconográfica, também foram realizadas pesquisas bibliográficas que tratam sobre a concepção de extensão rural, a comunicação rural, os teóricos e as teorias da

fotografia, bem como uma pesquisa documental no Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro José Alfredo Amaral de Paula, que se localiza em Belo Horizonte. Enfim, também foram realizadas entrevistas com os extensionistas pioneiros em Minas Gerais, para esclarecer fatos e enriquecer o conhecimento histórico do período estudado.

No caso da “compreensão histórico-visual” da extensão rural no Brasil, promovida pela EMATER-MG, é como se a imagem adquirisse uma grande força contextualizadora e descritiva, que revelasse o desenvolvimento visual da ação extensionista, presente nos processos metodológicos operacionalizados pelos pioneiros da extensão até os dias de hoje, onde é possível perceber, através das imagens selecionadas, profundas mudanças e transformações ideológico-filosóficas nas diretrizes, atividades e posicionamentos da prática extensionista.

## 2 - A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL

### 2.1 - O conceito de Extensão Rural

Essa dissertação tem como foco de análise as fotografias utilizadas na Revista Extensão Rurais em Minas Gerais, criada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG). Assim, nesse primeiro capítulo, consideramos prioritário definir o conceito de Extensão Rural, destacando seus diferentes usos e significados, os aspectos históricos da prática da Extensão Rural e sua institucionalização no Brasil e, mais especificamente em Minas Gerais.

A prática da Extensão Rural, como será visto mais ao final do capítulo, deve ser vista como um processo de constantes transformações. Em primeiro lugar, as crises econômicas pelas quais o país passou nas últimas décadas influenciaram a visão governamental sobre a prioridade, maior ou menor, de intervenção no mundo rural, o que permite que a Extensão Rural seja analisada em suas fases distintas. Em segundo lugar destacamos a participação dos próprios extensionistas nesses processos, reformulando sua prática a partir das críticas externas, que foram muitas, mas também a partir de um saber/fazer acumulado por décadas de convivência com a população pauperizada no campo.

Segundo Marcus Peixoto:

“Embora ações extensionistas estejam registradas na história da Antiguidade, contemporaneamente o termo teve origem na extensão praticada pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX. No início do século XX, a criação do serviço cooperativo de extensão rural dos Estados Unidos, estruturado com a participação de universidades americanas, conhecidas como *land-grant colleges*, consolidou naquele país, pela primeira vez na história, uma forma institucionalizada de extensão rural”. (PEIXOTO, 2008:07).

O autor afirma que desde a implantação do modelo cooperativo de extensão americano, foram muitas as iniciativas de conceituação da extensão rural; entretanto, propõe que o termo possa ser entendido de três formas diferentes: como um processo, como instituição e como política.

Peixoto (2008) entende que a extensão rural como processo significaria o ato de estender, levar ou transmitir conhecimentos de sua fonte geradora ao receptor final, o público rural. Todavia, como processo, em sentido amplo e atualmente mais aceito, extensão rural pode ser entendida como um processo educativo de comunicação de conhecimentos de qualquer natureza, sejam conhecimentos técnicos ou não. Peixoto afirma que neste caso:

“a extensão rural difere conceitualmente da assistência técnica pelo fato de que esta não tem, necessariamente, um caráter educativo, pois visa somente resolver problemas específicos, pontuais, sem capacitar o produtor rural. E é por ter um caráter educativo que o serviço de extensão rural é, normalmente, desempenhado pelas instituições públicas de Ater, organizações não governamentais, e cooperativas, mas que também prestam assistência técnica” (PEIXOTO, 2008:07).

Segundo Peixoto, “a literatura estrangeira sobre o tema não adota uma separação entre os termos assistência técnica e extensão rural. Em inglês o termo mais usado é *agriculture extension*, mas também são empregados os termos *rural extension* ou *agriculture advisory service* (serviço de consultoria agrícola). Dificilmente uma ação de extensão rural deixará de abranger ações de assistência técnica.” (2008:08). O autor estabelece as seguintes diferenças:

“As indústrias produtoras de insumos e equipamentos, as revendas agropecuárias e as agroindústrias (processadoras de matéria prima agropecuária), em geral, prestam serviços melhor caracterizados como assistência técnica, através de suas atividades de vendas, pós-vendas ou compras. Portanto seu público alvo é composto, em geral, por médios a grandes produtores rurais, mais tecnificados e capitalizados, com melhor nível de instrução, e que melhor se enquadram na categoria e agricultores patronais e empresariais. Para essa categoria de produção rural não se justifica a intervenção pública da extensão rural como meio de redistribuição de renda (produtores capitalizados e bem instalados têm condições de criar as próprias oportunidades de sucesso). Restaria, apenas, a hipótese de instituições públicas atuarem para fomentar e difundir novas técnicas produtivas, geradoras de externalidades positivas para toda a população (barateamento de alimentos, aumento do saldo comercial do país com impacto positivo sobre toda a economia, etc.)” (PEIXOTO, 2008:08).

No segundo sentido, pensando a extensão rural como instituição ou organização, o foco seriam as organizações públicas em cada estado, prestadoras dos serviços de Ater, como por

exemplo, a EMATER-MG. A expressão “extensão rural” é entendida, neste caso, como a instituição, entidade ou organização prestadora de serviços de Ater.

O termo extensão rural também pode ser entendido como uma política pública, traçada pelos governos, estaduais, municipais e federal ao longo do tempo, através de dispositivos legais ou programáticos, mas que podem ser executados por organizações públicas ou privadas. Neste sentido Marcus Peixoto entende que:

“[...] há uma relação entre política e o modelo de extensão rural resultante, adotado por um país, e as estruturas institucionais que se consolidam. Conforme uma ou outra forma de prestação de serviço seja privilegiada (pelo Estado e/ou pela sociedade) é possível identificar, em linhas gerais, o modelo adotado, que pode ser público ou privado, pago ou gratuito. Nesse sentido, quatro modelos básicos podem coexistir: público e gratuito, público e pago, privado e gratuito; e privado e pago” (PEIXOTO, 2008:09).

No Brasil privilegiou-se, ao longo do tempo, o primeiro modelo, público e gratuito, (financiados por investimentos exteriores como veremos mais adiante) e hoje é direcionado prioritariamente para agricultores familiares e exercido pelas instituições estaduais de Ater.

## **2.2 - Panorama histórico da extensão rural no Brasil – práticas e críticas**

A Extensão Rural tem sua origem no final do século XVIII e início do século XIX, nos EUA, a partir do surgimento de associações agrícolas locais, que tinham o objetivo de difusão de tecnologias de produção, informações e estabelecimento de contato dos seus membros com atividades que visavam a melhoria da agricultura. CAPORAL destaca que:

“(...) pode se inferir que o trabalho de extensão, mesmo sem o privilégio de ter este nome, certamente já foi desempenhado pelo homem Neolítico, embora não fosse uma atividade sistematizada sob rigor científico que marca seu desenvolvimento no mundo capitalista” (CAPORAL, 1991).

Realizada pela primeira vez em 1929, pela Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (ESAV), com diversos cursos de extensão e palestras, a Semana do Fazendeiro foi a primeira ação de extensão rural vista no Brasil, já que:

“Nos primeiros currículos de agronomia predominou a influência européia alemã e francesa principalmente; os programas eram definidos como ecléticos ou abrangentes. Possível exceção era o de Viçosa, que foi implantado sob égide de modelos norte-americanos.” (MALAVOLTA, 1981:108).

Apenas em 1948, em Santa Rita do Passa a Quatro, no interior de São Paulo, que se registrou de fato como válida a primeira ação extensionista de campo. Porém, a institucionalização efetiva de um serviço de assistência técnica e extensão rural no país se deu ao longo das décadas de 50 e 60, depois da criação nos estados brasileiros das Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), coordenadas pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada em 1956. As Acares eram entidades civis, sem fins lucrativos, que prestavam serviços de extensão rural a partir da elaboração de projetos técnicos para obtenção de crédito junto aos agentes financeiros.

No contexto da política econômica de Milton Campos foram criados o Instituto de Pesquisas Agronômicas, a Estação de Experimentação Vegetal, o Serviço Especial de Cultura do Algodão, quatro escolas técnicas visando o desenvolvimento de práticas industriais e cinco outras, visando o desenvolvimento de práticas agrícolas. Dentro do mesmo projeto foi criada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV) e assinado com a *American International Association* (AIA), idealizada por Nelson Rockefeller, empresário norte-americano, convênio para a formação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) de Minas Gerais.

O que fundamentava a iniciativa era a idéia de Crédito Rural Supervisionado, prática utilizada nos Estados Unidos, ainda no contexto da depressão econômica de 1929. Para atender às necessidades de agricultores pobres ou de classe média, cujas solicitações eram recusadas pelas organizações bancárias americanas, Roosevelt, então presidente dos Estados Unidos, criou uma organização especial denominada *Farm Security Administration* e uma nova modalidade de crédito rural, que estabelecia como garantia de pagamento dos empréstimos, o acompanhamento técnico de um agrônomo.

“O modelo aqui implantado, a exemplo do que aconteceu na matriz (Estados Unidos da América), surge no Brasil do pós-guerra como resposta do Estado a uma exigência da expansão inicial do capitalismo no campo. A indústria brasileira, que se implanta a partir de 1930, necessita expandir-se para o setor rural, mas encontrava um obstáculo no que era considerado a fazenda tradicional” (PINTO, 1991 *apud* MOTA, 2006).

Segundo Márcio Mauro de Oliveira (1999), em todos os países do mundo que adotaram a Extensão Rural, a influência norte-americana foi marcante quanto a princípios, métodos, filosofia e meios de comunicação, até por que o extensionismo, também como instituição pública, teve origem nos Estados Unidos ainda no século XIX.

A extensão surgiu, nessa época, como instrumento de educação informal, oferecendo aos agricultores, donas-de-casa e jovens rurais a oportunidade de adquirir novos conhecimentos, que, sem prejudicar suas atividades cotidianas, tornariam o trabalho no campo mais produtivo e lucrativo. Segundo Oliveira, já no final do século XIX, funcionavam, em todos os estados norte-americanos, organizações voltadas para esse tipo de serviço, sob o patrocínio direto dos departamentos de agricultura, com a cooperação dos colégios agrícolas e estações experimentais.

Fundada em 1948, no contexto do pós-guerra e do estreitamento das relações entre Brasil e Estados Unidos, a Associação de Crédito e Assistência Rural- ACAR, antecessora da EMATER-MG, foi a primeira iniciativa no Brasil de criação de um Serviço de Extensão Rural voltado especificamente para a assistência técnica de caráter educativo ao produtor rural e sua família. Assim se conceituava a extensão rural, segundo o documento da ACAR: “Informações sobre o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e Crédito Supervisionado”:

“Extensão Rural é um tipo informal de educação destinada a agricultores, donas de casa, jovens rurais e outras pessoas que tenham interesse no melhoramento da Agricultura e do Lar e em melhores condições de vida para as populações rurais. É um processo de ajuda ao povo para que solucione os problemas que vai encontrando dia a dia, na produção agrícola, na produtividade, na comercialização, na administração da propriedade e do lar, na saúde, no melhoramento da comunidade, etc.” (ABCAR, 1960: 05).

Segundo José Paulo Ribeiro, extensionista há 60 anos, neste momento a situação geral de Minas Gerais era representada por diversos problemas básicos, como deficiência de saúde, saneamento, alimentação, nutrição, baixa renda, baixo índice de produtividade das atividades agropecuárias, pequena capitalização das unidades de produção, e especialmente muito baixa produtividade da mão de obra, tanto familiar como ocasional, além da baixa escolaridade da população rural (RIBEIRO, 2000).

Quando foi criada, a Empresa tinha como alvo a pequena produção rural e como base de trabalho a unidade familiar. Sua filosofia era: “ajudar a família rural a ajudar a si mesma”.

Adotavam-se os princípios da Extensão Rural Clássica, que não compreendia a assistência técnica ao produtor sem um forte trabalho de economia doméstica, sobretudo porque se partia do pressuposto de que os problemas que determinavam o baixo nível de vida das populações rurais eram muitos e suas causas, diversas: não se tratava de problemas apenas técnicos, mas também de natureza econômica e social. Segundo José Paulo Ribeiro, os objetivos principais seriam:

“planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e extensão rural visando à difusão de conhecimentos de natureza técnica, econômica e social, para aumento da produção e da produtividade agrícola, para a conservação dos recursos naturais renováveis e à melhoria das condições de vida do meio rural do Estado de Minas Gerais, de acordo com as políticas de ação dos governos estaduais e federal” (RIBEIRO, 2000: 91-92).

Neste sentido o mesmo autor, um dos pioneiros da extensão rural no Brasil e em Minas, afirma:

“Política de Extensão Rural é uma das modalidades de política pública agrícola acionada pelo poder público como forma de intervir no meio rural, com vistas ao alcance de objetivos, preferencialmente voltados para aspectos econômicos e aspectos de bem-estar social das famílias e comunidades rurais. Assim sendo, a Extensão Rural deve ser compreendida como uma forma de intervenção no meio rural, e não somente na produção agropecuária, baseada em princípios educativos objetivando, principalmente, levar ao homem do campo conhecimentos e informações com vistas à melhoria do seu nível de vida, nos aspectos técnico, econômico, social, político e ambiental” (RIBEIRO, 2000:92).

O primeiro escritório local da ACAR foi aberto em Santa Luzia, em março de 1949, estendendo o atendimento aos municípios de Belo Horizonte, Lagoa Santa, Vespasiano e Betim. Ao final daquele mesmo ano, a ACAR tinha instalado mais três escritórios: em Curvelo, Ubá e Pedro Leopoldo. Cada unidade local contava com um supervisor agrícola e uma supervisora doméstica que se locomoviam até as propriedades rurais utilizando um *Jeep* ou, quando isso não era possível, a cavalo ou a pé.

Nos primórdios dos trabalhos da ACAR, o *jeep* desempenhou papel fundamental e estratégico: o de ultrapassar barreiras físicas, superar dificuldades de acesso e comunicação responsáveis pelo isolamento imposto às famílias rurais. Esse veículo representou o poder de conquista, da coragem, da resistência e da determinação, por isto foi transformado em símbolo

para retratar o pioneirismo e a ideia de “saga” que está na origem do Sistema ACAR/EMATER-MG.

O trabalho com o Crédito Supervisionado era realizado pelos extensionistas em todas as suas etapas, o que incluía a elaboração, em conjunto com os produtores, de um plano de trabalho agrícola e doméstico, denominado Plano de Administração da Propriedade e do Lar. O método de ação das Acares foi inspirado no modelo norte-americano de extensão rural, mas os serviços não eram prestados diretamente por universidades, e sim pelas associações. Todavia, o crédito supervisionado por um serviço de assistência técnica foi uma inovação no modelo brasileiro que estava sendo implantado, uma vez que nos EUA os produtores rurais já estavam habituados a relacionar-se com os bancos e obter empréstimos. Além do atendimento aos mutuários, era fornecida assistência técnica a todos os agricultores que a solicitassem. O serviço de economia doméstica era realizado por meio de visitas domiciliares, clubes de senhoras e moças e desenvolvimento de centros educativos rurais, em que eram ministrados cursos sobre nutrição, puericultura, costura, horticultura e outros.

Entre as modalidades de empréstimo previstas no Crédito Rural Supervisionado introduzido pela ACAR, incluía-se o melhoramento das edificações, ou mesmo a construção de uma nova residência, de um curral ou silo, assim como de fossas e redes de água. Além de favorecer o conforto e o bem-estar das famílias, esse trabalho tinha repercussões importantes na saúde de todos.

No entanto, apesar dos argumentos acima, Oriowaldo Queda (1987), afirma em sua tese de livre docência que:

“Quando o projeto extensionista foi pensado para o Brasil, a visão e os interesses dos empresários rurais já estavam claramente expostos no movimento das associações rurais. Desta maneira, um programa de extensão rural que pretendia como objetivo um “melhoramento da agricultura” e que teria no crédito rural (supervisionado) o seu principal instrumento de ação, não podia e não era entendido como uma idéia importada dos Estados Unidos da América. A concepção que os empresários rurais tinham do desenvolvimento agrário não entrava em conflito com o projeto extensionista. Este, em nenhum momento, entendia a modificação da estrutura fundiária como fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Portanto, a reforma agrária era inteiramente desaconselhável. Em lugar de redistribuição ampla de terras o projeto extensionista preconizava (e esse objetivo perdura até hoje, apesar das mudanças, puramente retóricas, do seu discurso) o

aumento da produção via aumento da produtividade. Este aumento levaria (de forma linear) ao crescimento da renda da chamada população rural e o resultado final seria uma melhoria geral da qualidade de vida de todos.” (QUEDA, 1987:76-77).

Principalmente a partir de 1950, a ACAR passou a dar mais ênfase às atividades desenvolvidas em grupo e a promover exposições e demonstrações visando a coletividade. Procurou-se despertar o interesse dos agricultores por meio do uso de equipamentos audiovisuais: dos mais simples, como o álbum seriado, até a exibição de diapositivos e filmes educacionais. Na tentativa de estender os seus resultados a esferas cada vez maiores, passou-se a utilizar, também, o rádio e a televisão. A instituição também se utilizou da fotografia desde o início, tanto como recurso pedagógico em campo, como instrumento de comunicação rural e de divulgação institucional.

A ACAR também desenvolveu trabalhos envolvendo a juventude rural, inspirados pela idéia dos clubes agrícolas formados por jovens nos Estados Unidos no início do século. O símbolo do trevo de quatro folhas, com uma letra em cada uma, pode ser encontrado em vários países e continentes. No Brasil era denominado Clube 4-S. Em todos esses lugares, os clubes agrícolas juvenis foram incentivados como um meio efetivo para se difundirem novas técnicas e conhecimentos, aumentar a produção e, sobretudo, fixar os jovens no campo.

Os clubes agrícolas de jovens, nos moldes dos grupos 4-H norte-americanos, surgiram no Brasil em 1952. Foi criado o primeiro clube 4-S (que significava: Saber, Servir, Sentir e Saúde) na comunidade de Igrejinha, Município de Rio Pomba, Minas Gerais. Os 4-S eram formados por jovens de ambos os sexos e sua ação educativa era orientada por líderes voluntários. O trabalho nesses clubes era desenvolvido por meio de atividades técnicas, econômicas, sociais e recreativas. Poderiam ser admitidos como sócios todos os jovens da comunidade rural, na faixa de 14 a 25 anos, independentemente de cor, credo político, religião ou condição socioeconômica, que demonstrassem interesse em desenvolver-se a si mesmo e sua comunidade.

Como os educadores em geral, os extensionistas são agentes de mudanças e movidos, em seu trabalho, por uma grande dose de idealismo. Na fase pioneira da ACAR, os técnicos tiveram que superar dificuldades de todos os tipos, inclusive a própria resistência dos agricultores, que não aceitavam seus ensinamentos e, ainda rejeitavam a presença da supervisora doméstica. Segundo relatos de antigas extensionistas; muitos se perguntavam: “como uma moça, nesses

tempos, pode andar sozinha pelas estradas com um homem que não é seu marido”? (PAULA, 1998:91).

Chamados de comunistas, muitos técnicos precisaram de apoio dos padres locais, que chegaram a acompanhá-los nas suas visitas às propriedades. Reconhecendo, porém, o trabalho que era realizado, as famílias passaram a requisitar, cada vez mais, a presença dos extensionistas.

Através do trabalho de seus profissionais a ACAR conseguiu provar às autoridades governamentais, baseada nos resultados positivos obtidos pelos produtores assistidos, que um serviço dessa natureza era não só viável, como os seus resultados, em longo prazo, compensariam seus custos. Assim, em 1951, quando Juscelino Kubstichek governava o Estado, foi aprovado o projeto de lei para renovação e expansão das atividades da ACAR, para o período de 1952 a 1954, com um orçamento mais que duplicado em relação à dotação do convênio anterior, mas a partir daí com uma contribuição da AIA menor que a do Estado.

O modelo e a filosofia da ACAR, na introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, na forma de utilização do crédito rural, no apoio à organização de produtores, além de uma atuação inovadora na área de saúde e saneamento rural, foram adotados por outros estados brasileiros e forneceram as bases para a estruturação do sistema de extensão rural no país, a partir da criação, em 1956, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

O instrumento inicial do extensionismo foi o crédito supervisionado. Foi a primeira experiência mundial em que a extensão se vinculou à oferta de crédito. Este crédito era discutido com a família agrícola, mediada (muitas vezes, induzida) por uma dupla de extensionistas (um homem voltado para a disseminação de técnicas de produção e uma mulher dedicada à economia doméstica) e financiava a tecnificação da produção e reformas de cômodos do domicílio rural (construção de privadas, aquisição de instrumentos de costura e conservação de alimentos). A ABCAR pretendia ordenar o trabalho de extensão em nível nacional e disseminar a filosofia da ação de extensão fundada na teoria difusionista-inovadora operacionalizada por canais de crédito. Maria Teresa Lousa da Fonseca esclarece que a meta, teoricamente, era:

“(...) levar às famílias rurais, através de ação educativa, os conhecimentos necessários à melhoria das práticas agrícolas e de economia doméstica e a modificação dos seus hábitos e atitudes, como meio de atingir melhores níveis socioculturais e econômicos e assegurar o crédito baseado no planejamento integral das atividades da família rural e a administração da empresa agrícola e do lar das famílias

beneficiárias, sua dupla função de capacitar técnica e economicamente os pequenos e médios produtores, melhorando-lhes as condições de vida.” (FONSECA, 1985: 125).

No final da década de 50, esta concepção de pretensão diálogo entre extensionistas e família agrícola foi se transformando e cedeu lugar ao crédito orientado. A substituição da nomenclatura denuncia a mudança de foco: agora, os extensionistas dirigiam os investimentos, objetivando apenas o aumento da produção agropecuária.

A partir de 1963, iniciou-se o trabalho com uma nova modalidade de crédito: o Crédito Rural Orientado, voltado para a elaboração de projetos de financiamento por produto agrícola. A partir deste momento a extensão passou a dar mais atenção aos grandes produtores, já que o objetivo passou a ser produzir mais e não tanto “ajudar” o homem do campo. Iniciou-se uma nova fase, na qual a extensão teria um papel estratégico no sentido de modernização da agricultura.

Os anos 60 foram de expansão da ACAR, que passou a atingir grande parte dos municípios mineiros. Em 1972, o Governo reconheceu a ACAR como órgão de cooperação e execução oficial de assistência técnica, ao nível do produtor, dos programas agropecuários do Estado de Minas Gerais.

Em 1974, o governo federal criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), em substituição à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Essa mudança refletia a adoção de um novo modelo para o desenvolvimento do setor agropecuário do país, baseado na incorporação maciça de tecnologia visando à melhoria da produtividade e a mão de obra no campo. Dessa política nasceram as empresas de assistência técnica e extensão rural, em âmbito regional, das quais é exemplo a EMATER-MG, que substituiu a ACAR, e que como já mencionado, herdou muito do modelo de ação e da filosofia da antecessora. Houve grande resistência à mudança por parte dos extensionistas rurais, principalmente das entidades mais antigas. Havia, como de fato ocorreu, o receio de que o vínculo formal à Secretaria Estadual de Agricultura diminuísse a autonomia dos extensionistas, vinculasse o trabalho ao projeto partidário dominante e limitasse a ação de promoção da agricultura marginalizada economicamente.

Os anos 70 foram, ainda, marcados pela transferência de fundos públicos para grandes monoculturas voltadas para a exportação. Neste momento o Brasil passou por uma transição, de país agrário, com a economia baseada na exportação principalmente de café, à industrial, com

adoção do modelo de desenvolvimento rural baseado na difusão de pacotes tecnológicos modernizantes. A modernização da agropecuária foi caracterizada pelo consumo de insumos e equipamentos industrializados. A mecanização intensiva liberou mão de obra rural para a indústria e construção civil. As políticas de pesquisa agropecuária, crédito rural e ATER foram voltadas para o fortalecimento desse modelo, e as estruturas político-econômicas favoreceram a produção em grande escala de matéria prima agropecuária, destinada à exportação ou à industrialização. No final dessa década, com a queda de financiamento externo, os recursos voltados para a extensão e produção rurais passaram a focalizar o aumento de produção e especialização produtiva por macrorregião.

Nos anos 80 a extensão rural mergulhou em profunda crise. Como resultado da crise econômica, percebeu-se a necessidade de um novo direcionamento ao serviço de extensão rural. Muitas críticas ao modelo extensionista surgiram, destacando-se a de Paulo Freire, que entendia que a falta de diálogo entre os técnicos e o homem do campo dificultava a reflexão e a apropriação do conteúdo, fazendo com que fosse difícil transformar a informação depositada em conhecimento útil para quem recebia, visto que, segundo ao autor, o termo extensão tem conotação de invasão cultural e significa transmissão, doação, entrega e manipulação. O autor, preocupado com o sentido da relação entre extensionistas e agricultores, propõe um processo dialógico e comunicativo para evitar o que denomina “invasão cultural”, uma forma de violência social e cultural:

“Nem aos camponeses, nem a ninguém, se persuade ou se submete à força mítica da propaganda, quando se tem uma opção libertadora. Neste caso, aos homens se lhes problematiza sua situação concreta, objetiva, real, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente, sobre ela. Este, sim, é o trabalho autêntico do agrônomo como educador, do agrônomo como especialista, que atua com outros homens sobre a realidade que os mediatiza.” (FREIRE, 2001, p.24).

Outros autores também formularam críticas a este modelo extensionista, com destaque ao livro de France Maria Gontijo Coelho; “A Arte das Orientações Técnicas no Campo – Concepções e Métodos” (2005), que neste momento histórico define a atuação dos extensionistas em campo como extremamente tecnicista, como a autora explica:

“Trata-se do olhar do profissional que apenas vê e quer implementar soluções técnicas e tecnológicas, sem ser capaz de entender como as relações sociais e a história de vida dos agricultores se ligam a essas

soluções, sejam elas convencionais ou alternativas. O profissional tecnicista é egocêntrico (pensa o mundo a partir de si) é egoísta (quer satisfazer a si mesmo); por isso, não vê, não entende, não escuta, por não dar valor à fala do outro (o produtor), principalmente se este for pobre, produtor familiar tradicional ou assentado da reforma agrária. Para esse “tipo de gente”, muitos técnicos de campo pensam que a conversa é uma perda de tempo e que essa “gente”, em princípio, não é capaz de entender ou não precisa entender o porquê das coisas. Ao outro só cabe aplicar, fazer o que o técnico manda. Esse pensamento faz com que o profissional não se disponha a entender as aspirações dos mais interessados e dos mais afetados pelas orientações técnicas. Esse profissional desconhece o que é uma postura democrática, mesmo quando afirma que considera todos os seus clientes, grupos ou classes sociais, como iguais. Na realidade, ele reforça as desigualdades, pois trata como iguais aqueles que não o são. Não é capaz de reconhecer as diferenças para melhor definir processos pedagógicos apropriados a cada condição social e cultural.” (COELHO, 2005:57)

Neste sentido, faz-se importante destacar o trabalho de Menezes e Miranda (2011), que analisam as ações extensionistas a partir de um olhar ético e moral, partindo da premissa que a comunicação é indispensável para a transformação social, mas que apresentam diferentes impressões quanto à prática de extensão rural:

“Para Rogers e Shoemaker (1974), a inovação é uma idéia que o indivíduo percebe como nova, sendo estendida aos membros de um sistema social através da difusão de tecnologia. Essa concepção se configurou no Brasil por mais de meio século por meio da extensão rural. Essa prática behaviorista era usada como estratégia política e social defendida pelo Estado brasileiro para mudanças induzidas no campo pela modernização da agricultura. A adoção dessas tecnologias faria com que os agricultores aumentassem renda, produção e produtividade. Mas essa prática teve como consequências o endividamento dos produtores rurais, exclusão social e desastres ambientais irrecuperáveis” (MENEZES; MIRANDA, 2011: 141).

A partir deste momento de crise e de repensar da extensão rural, o agricultor familiar voltou a ser o foco do extensionismo e foram implementados modelos de formação técnica semelhantes aos adotados em formação política de agentes pastorais e lideranças de movimentos sociais. A Embrater estabeleceu convênios com universidades, adotando um evidente discurso sociológico para interpretar a realidade e orientar a estratégia extensionista. A reação interna e de

forças mais conservadoras instaladas no governo Sarney derrubaram esta tentativa de mudança de orientação da extensão rural.

Em 1982 o Banco Central do Brasil desobrigou a assistência técnica nos projetos de crédito rural e retirou, um ano depois, os subsídios aos juros para o setor. Todo esse processo culminou com a extinção da EMBRATER, ficando o Sistema Brasileiro de Extensão Rural sem uma coordenação nacional e implicando o esgotamento dos recursos federais que davam suporte ao desenvolvimento dos serviços estaduais. Ainda nesta fase as Ematers passaram por grandes dificuldades. Em muitos casos, o serviço extensionista vinculou-se às prefeituras, que custearam os escritórios locais. Houve um profundo corte de recursos para a extensão rural, diminuindo a renovação de quadros. Em outros casos instalou-se um processo de reengenharia e adoção de instrumentos de qualidade total, rompendo com a identidade histórica do extensionismo. Em Minas Gerais, para citar um exemplo, foram criadas gerências regionais que tinham por objetivo vender serviços para captar recursos (muitas vezes, capturando taxas administrativas na captação de contratos). A extensão rural do país se desarticulou. Em alguns estados, extensionistas rurais passaram a coletar pedágios em rodovias públicas para sustentar seu trabalho. José Paulo Ribeiro relembra:

“Muitos extensionistas tiveram que enviar suas famílias para a casa de pais e parentes, desativar suas residências, morar precariamente. Aqueles mais capacitados começaram a sair da empresa para empregos que remuneravam melhor. Outros passaram a fazer “bicos” para ter renda extra a fim de sustentar suas famílias. Iniciou-se um processo de fuga de talentos, nivelando por baixo a competência da empresa.” (RIBEIRO, 2000:145).

Na EMATER-MG, pouco a pouco, recompôs-se o discurso da fase pioneira da extensão rural em que o atendimento à pequena produção era prioritário e visto como estratégico para o desenvolvimento do meio rural brasileiro. A Empresa deu grande impulso ao atendimento às comunidades rurais, reorganizando-se o trabalho com lideranças, agora numa perspectiva que aponta não apenas para a necessidade de produzir, mas também para a comercialização e a inserção dos produtores rurais no mercado. Como resultados surgiram inúmeras cooperativas agropecuárias, conselhos comunitários, associações de compra e venda em comum, ampliação de feiras livres e da agroindústria caseira de alimento e do agroartesanato.

A década de noventa trouxe novos desafios, sobretudo para as empresas públicas, que precisavam adequar-se a todo um processo que evolui a reestruturação do Estado e a busca de

um desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentável. Os extensionistas instalados nos escritórios locais tiveram seu trabalho fortalecido e a imediata cisão com os escritórios centrais e regionais, que adotaram uma linha empresarial e de fomento à produção.

Em julho de 1994, foi implantada uma nova estrutura, sendo um dos elementos fundamentais a descentralização das decisões e da execução dos trabalhos baseada numa malha de responsabilidades que se estende a todos os níveis da Empresa. Um dos pontos estratégicos são a capacitação e o treinamento de seus técnicos para atuarem neste novo contexto em que temas como preservação ambiental e as variações de preço do mercado consumidor precisam ser abordados de forma integrada à assistência técnica e social. Criou-se então o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que retomou o foco no fomento à agricultura familiar.

Pouco a pouco a concepção empresarial foi sendo superada, dando lugar à disseminação de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), previstos e exigidos pelo PRONAF. Em seguida, disseminou-se o conceito de desenvolvimento rural sustentável. Para a extensão rural, segundo Benjamin; extensionista da EMATER há mais de 40 anos:

”A tese da sustentabilidade no campo é recente, inovadora, desafiante e envolve minimamente, numa logística sequencial, o produtor ou empreendedor rural, o extensionista e a pesquisa, preferencialmente num mercado que seja estimulante à adoção de inovações tecnológicas nas culturas, criações, bem-estar social, convergindo também o uso inteligente dos recursos naturais e resumindo-os, didaticamente, em recursos hídricos, solo, fauna e flora. [...] Ao considerar a sustentabilidade na trilogia econômico (renda), social (qualidade de vida) e ambiental (uso correto dos recursos naturais), faz-se, na verdade, *uma nova e mais profunda leitura do espaço rural dentro da porteira da fazenda* e que se configura também em mudanças substantivas nos procedimentos históricos da assistência e extensão na relação mercado, produtor, extensionista e pesquisador.” (BENJAMIN, 2011:01).

Neste contexto de crise e ainda impregnado pelo agir extensionista e da proliferação de outros prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural, em 1996, como citado anteriormente, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Segundo Dias (2007), os recursos oriundos do Pronaf para a prestação de assistência técnica foram fundamentais para muitas empresas estaduais, aproximando definitivamente a extensão rural pública da agricultura familiar. Neste sentido, o autor entende que essa

aproximação foi muito mais uma necessidade de sobrevivência institucional do que afinidade ideológica da extensão rural com esse público. A relação entre o Pronaf e a extensão rural governamental foi fortemente estabelecida nos estados onde as empresas estaduais tinham as condições de prestar os serviços. A concessão de Crédito dependia da elaboração de um projeto técnico e a empresa estadual de ATER, dos recursos para a assistência técnica. Porém, o autor ressalva que este vínculo entre o Pronaf e a extensão rural pública afirmava velhas práticas extensionistas:

“(...) a noção de “assistência técnica” parece coerente ao papel atribuído aos projetos técnicos e ao tipo de trabalho desempenhado pelos extensionistas junto aos agricultores. Os projetos, quando muito, contemplam a dimensão produtiva ou agrícola da promoção do desenvolvimento ou “fortalecimento da agricultura familiar” pretendido pelo Pronaf, reduzindo-se à disseminação de novas técnicas ou práticas de cultivo. Essa especialização da ação extensionista no caso do Pronaf, além de disseminar práticas geralmente incoerentes com aquelas tradicionalmente conduzidas pelos agricultores, deixa de lado as características e condicionantes mais amplos e sistêmicos de uma intervenção que pretende provocar mudanças substanciais nas condições da vida das famílias de agricultores” (BRUNO; DIAS, *apud*, DIAS, 2007).

Assim percebe-se que mudam os tempos, a conjuntura política, as demandas sociais, a estrutura disponível para a intervenção, mas permanece o *ethos* extensionista enraizado no “difusionismo produtivista”. Esta percepção nos faz retornar ao debate ético e moral sobre as ações extensionistas. Menezes e Miranda (2011) entendem que nas “orientações técnicas em campo”, que segundo Coelho (2005), se difere da “extensão rural” tanto conceitualmente como na prática de fato, o agente deve preocupar-se com as técnicas e processos metodológicos e com sua postura e conduta ética para com o outro presente no processo de desenvolvimento. Os autores indagam o que é eticidade e moralidade nas ações extensionistas, por ser o extensionista um profissional que lida com sujeitos e sua ação envolve questões como dignidade humana. Em vários momentos o agente de extensão se depara com conflitos éticos no que dizem respeito à própria ação com os outros participantes.

“Para exemplificar a relevância das reflexões sobre ética e moralidade nas ações extensionistas, uma dentre as várias atividades desenvolvidas pelos técnicos, os diagnósticos participativos, podem ser consideradas uma prática sustentada por princípios éticos e um momento em que todos

os participantes do processo de transformação social têm a oportunidade de dialogar e expor seus desejos, motivações e interesses. A devolução dos dados ao grupo, nesse processo, é também um procedimento em que se mostram os resultados e, conseqüentemente, não deixa de ser compromisso ético com o grupo.” (MENEZES; MIRANDA, 2011: 146-148).

Desta forma os autores concordam com Coelho (2005), que explica a função do profissional nesse processo, para:

“(...) criar espaços propícios à realização de formas interativas discursivas, espaços de discussão e de negociação, cuja coordenação, executada pelo técnico junto ao grupo, deve facilitar a alternância de responsabilidades na condução das propostas que vão surgindo.” (COELHO, *apud*, MENEZES; MIRANDA, 2011: 146-148).

Também é de extrema relevância, tanto quanto as considerações sobre ética e moralidade levantadas por Menezes e Miranda (2011), o elemento tradição, também explicitado no livro de Coelho (2005):

“Não há como eliminar tradições, sob pena de os resultados serem mais devastadores que vantajosos para os grupos atingidos pelas intervenções. Mais que extermínio das tradições, o desafio ético é como proceder às traduções para apropriação social dos sentidos (dos fins) que orientam as ações” (*apud*, MENEZES; MIRANDA, 2011: 146-148).

Já a partir de 2003 a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário passou a coordenar toda a política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do País. A seguir foi criado o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER) vinculado à Secretaria de Agricultura Familiar do MDA. O foco passou a ser a promoção do desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar. Segundo Dias (2007), cabe ressaltar a participação dos extensionistas da Emater do Rio Grande do Sul, que já há algum tempo empreendiam a reformulação de sua missão institucional e intervenção pública. A experiência da Emater gaúcha tornou-se espelho para a construção de uma nova política pública de ATER. Essa experiência em sua revisão institucional tinha como proposta a “transição agroecológica”, que é na verdade uma crítica aos preceitos e instrumentos da revolução verde e a afirmação do projeto político de uma “extensão rural agroecológica”. Assim preconizam seus pensadores:

“(…) trata-se de uma intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação participante que permitem o desenvolvimento de uma prática social mediante a qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de conhecimentos que os levem a incidir conscientemente sobre a realidade. Ela tem o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável, adotando os princípios teóricos da Agroecologia como critério para o desenvolvimento e seleção das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada agroecossistema e do sistema cultural das pessoas envolvidas no seu manejo” (CAPORAL; COSTABEBER, *apud*, DIAS, 2007).

Desta forma, a extensão rural passou a identificar com maior amplitude seu público alvo: agricultura familiar, quilombolas, assentados rurais, pescadores artesanais, extrativistas, povos da floresta, povos indígenas, como segmentos sociais prioritários. A promoção do desenvolvimento rural sustentável, da agricultura familiar e da segurança alimentar passou a balizar os trabalhos extensionistas. Definiu-se ainda, o fomento à agroindústria e agregação de valor à produção primária. Como princípios norteadores adotam-se: inclusão social; respeito à pluralidade e diversidade sociais, étnicas, culturais e ambientais do país; o enfoque de gênero, de geração, de raça e etnia nas orientações de projetos e programas (PNATER, 2003). Essa última fase não se faz, no entanto, sem a herança histórica cheia de contradições e oscilações entre um projeto produtivista e de aumento de exportações e a promoção da agricultura familiar e da inclusão social.

### **3 - COMUNICAÇÃO RURAL**

Vimos no capítulo anterior que a filosofia e as práticas extensionistas, independente do período histórico e das particularidades socioculturais da população rural atendida, sempre estiveram fundamentadas em processos educativos e comunicativos. Dentre outras críticas, a Extensão Rural, mais recentemente, foi duramente criticada por sua pedagogia vertical, autoritária e pouco dialógica. A comunicação, nessas críticas, constitui o ponto fraco da Extensão Rural.

Em vista disso, pretendemos neste capítulo analisar a Extensão/Comunicação Rural a partir de suas características particulares, da definição do público ao qual ela se dirige e da inserção da Extensão Rural como um dos seus ramos. Em seguida, analisamos as formas de comunicação utilizadas pela EMATER-MG, procurando mapear o contexto social e institucional no qual a revista Extensão Rural em Minas Gerais se insere.

#### **3.1- O Conceito de Comunicação Rural**

A partir da bibliografia pesquisada, percebemos que poucos autores reformularam os conceitos de Comunicação Rural propostos por Juan Díaz Bordenave em 1983 com o livro “O que é Comunicação Rural”. Segundo o autor:

“Comunicação rural é o conjunto de fluxos de informação, de diálogo e de influência recíproca existente entre os componentes do setor rural e entre eles e os demais setores da nação afetados pelo funcionamento da agricultura, ou interessados no melhoramento da vida rural”.  
(BORDENAVE, 1983:03)

Partindo deste conceito, o autor explica que os meios e canais pelos quais estes fluxos de informação circulam podem ter um caráter pessoal, formal e informal, como no caso de reuniões, feiras, exposições, festas, velórios; como também podem ter um caráter impessoal, quando se utilizam meios de comunicação como o jornal, rádio, revistas, cinema e mais atualmente a internet. Os principais atores do processo de comunicação rural são a própria população rural, o

Estado e as empresas relacionadas com a agricultura e mais recentemente os movimentos sociais e a organizações não governamentais (ONG's). Bordenave entende que o desenvolvimento rural em grande parte gira em torno da comunicação, visto que os agricultores necessitam dela para tomar suas decisões de produção e convivência; o Estado necessita da comunicação para tomar medidas de política agrária, tanto de caráter financeiro, como de caráter técnico que venham ao encontro das necessidades e aspirações dos agricultores; já as empresas baseiam suas decisões nas informações sobre requisitos de insumos e equipamentos e sobre disponibilidade de produtos para alimentar a agroindústria. Neste sentido fica evidente a importância da comunicação rural e a ligação direta que se estabelece entre ela e a extensão rural:

“É indiscutível que o meio rural necessite de um trabalho de comunicação no sentido de comunhão de idéias, dado por Freire, no qual extensionistas, respeitando e valorizando a cultura do trabalhador rural, junto com ele (no seu grupo) problematizam a situação com suas injustiças e contradições, buscando sempre juntos e comprometidos, integralmente, soluções alternativas aos problemas evidenciados, soluções que podem ser técnicas, políticas, econômicas, sociais ou culturais.” (MUSSOI apud PUHL, WEBER, 2010:03).

Porém, Carvalho (2001) entende que o surgimento do processo comunicativo com o homem do campo, na década de 50, veio como um processo de persuasão e convencimento do público rural, que foi definido como alvo-meta de uma difusão impositiva de tecnologia, promovida pelo Estado com a finalidade de desenvolver o meio rural. Não foi pensado como um fluxo de comunicação interativa capaz de criar no campo alguma reação na direção do auto desenvolvimento técnico e humano.

Neste sentido Duarte e Soares (2011) explicam que neste período, não havia ainda uma noção mais sistematizada do conceito de Comunicação Rural, o que não ocorria na extensão rural com práticas e noções bem definidas, já que a extensão rural surgiu nos EUA em 1914, e se alastra na América Latina após a II Guerra. Portanto os autores explicam que com o passar do tempo a noção de extensão se vinculou a propaganda técnico-agrícola, a difusão de tecnologia ou difusionismo que foi sistematizado pelo pesquisador americano Everett Rogers. Os autores explicam que a partir dos anos 1960, Rogers apresentava aos organismos públicos brasileiros e dos países subdesenvolvidos a importância estratégica da informação e da adoção das novas técnicas, dando suporte teórico e explicando o vocábulo técnico. Segundo Duarte e Soares:

“O procedimento era linear: os estudos científicos liberam pesquisas inovadoras no campo das tecnologias para o homem do campo, a Extensão Rural elabora a codificação das mensagens sobre tais idéias científicas e o agricultor adota o modelo. Seguindo as grandes escolas de comunicação, as mensagens agrícolas não poderiam deixar de seguir na direção da formação de opinião pública e da propaganda” (DUARTE; SOARES, 2011: 402).

Caporal (2006) apresenta a prática da Extensão Rural, que, desde o início das atividades extensionistas, esteve baseada na teoria da difusão de inovações, o que levou os extensionistas a voltar sua atuação comunicativa para a transferência de tecnologia, objetivando a modernização conservadora da agricultura nacional.

“Nesse processo, os agricultores eram vistos como meros depositários de conhecimentos e de pacotes gerados pela pesquisa, na maioria das vezes inadequadas para as condições específicas de suas explorações e dos agroecossistemas por eles manejados.” (CAPORAL, 2006: 03).

Francisco Roberto Caporal (2006), explica que este tipo de extensão rural, que norteou durante muitos anos os trabalhos extensionistas, estava inserido em um modelo de desenvolvimento urbano-industrial cuja viabilização necessitava que a agricultura cumprisse funções, entre as quais a de fornecedora de mão de obra e de consumidora de serviços e produtos industrializados, como máquinas, sementes melhoradas, agrotóxicos e fertilizantes químicos sintéticos, além de contribuir pelas exportações, para o superávit da balança comercial.

Era nesse contexto que a Extensão Rural necessitava definir com mais clareza seu público, ou melhor, os problemas desse público, a fim de poder aplicar a teoria difusionista à prática comunicativa. Essa definição, como apontam muitos autores, reatualizava os preconceitos construídos historicamente em relação à população rural pobre:

“O difusionismo também chegava encarnado do espírito da modernidade: as inovações vinham para solucionar o problema das antigas práticas; o “velho” sendo arrancado pelo “novo”, tanto no campo quanto na cidade. O difusionismo inculcou ideias segregacionistas na população urbana das grandes cidades, disseminando o estereótipo do agricultor como sendo “mal-educado, resistente, refratário”. Aos poucos, o Estado brasileiro incorporava a idéia de que o agricultor brasileiro detinha defasados conhecimentos sobre agricultura.” (DUARTE; SOARES, 2011: 403).

Ressalte-se que esta visão do homem do campo como atrasado e mal-educado não era nova. No trabalho de Silva e Costa, intitulado “Jeca Tatu *versus* Zé Brasil: Extensão Rural e modernização conservadora no pensamento esaviano” os autores detectam os ecos da visão de Monteiro Lobato sobre o homem do campo:

“Dentre muitos escritos, Monteiro Lobato ficou conhecido pela criação de três personagens voltados para a compreensão do caipira: o Jeca Tatu, Jecatuzinho e Zé Brasil. Jeca Tatu encerra no contexto brasileiro dos anos 30 e 40 não somente um personagem isolado e um conto; mas, reflete a própria imagem do trabalhador do sertão brasileiro presente no imaginário de agrônomos, técnicos e veterinários do período: alguém que se prendeu à rotina dos métodos de trabalho, cujo arado foi o fogo e adubo à provocação da erosão; faminto e cheio de vícios como o álcool, além de doente, contribuía para a degeneração da raça e era um dos principais obstáculos ao “progresso” do País. Assim, constituía metas dos engenheiros agrônomos, técnicos e veterinários da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Estado de Minas Gerais (ESAV), fundada em 1926, na cidade de Viçosa, Zona da Mata mineira, remover tais obstáculos do progresso pela introdução de maquinários agrícolas, educação rural, controle da família e do trabalho, além de orientar a criação de projetos de extensão como a “Semana do Fazendeiro”.” (SILVA; COSTA, 2006:01).

Os resultados negativos causados pelo modelo de desenvolvimento e pela prática adotada pela Extensão Rural foram objeto de estudos, avaliações e proposições alternativas, que partiram tanto de grupos de resistência que estavam dentro das entidades de extensão, como de setores acadêmicos, da sociedade civil organizada, das igrejas e de organizações de representação dos agricultores. Neste sentido, Paulo Freire (1983), como visto no capítulo anterior, destacou-se como um dos primeiros críticos destas práticas, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialógica entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como uma forma de revalorização da cultura local:

“Todo ato de pensar exige um sujeito que pensa, um objeto pensado, que mediatiza o primeiro sujeito do segundo, e a comunicação entre ambos, que se dá através de signos linguísticos. [...]. O sujeito pensante não pode pensar sozinho, não pode pensar sem a co-participação de outros sujeitos no ato de pensar sobre o objeto. Não há um “penso”, mas um “pensamos”. É o “pensamos” que estabelece o “penso”, e não o contrário. [...]. Daí que, como conteúdo da comunicação, não possa ser *comunicado* de um sujeito a outro. [...]. A comunicação pelo contrário,

implica numa reciprocidade que não pode ser rompida” (FREIRE, 1983:44).

Outra autora que merece destaque é Maria Teresa Lousa da Fonseca (1985), com seu livro “A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital”. A autora faz um resgate histórico das origens da Extensão Rural no país, desvendando suas concepções e orientações iniciais. Para ela, a Extensão Rural se firmou como um projeto educativo para o capital porque era um instrumento das políticas de governo para estimular os agricultores e suas famílias a mudarem seus modos sociais de produção, adotando técnicas e práticas ditas modernas e, com isso, entrarem na dinâmica da sociedade de mercado. Neste sentido, a autora afirma que a Extensão Rural, embora tenha se originado como prática educativa tendeu a se limitar, cada vez mais, a uma ação de transferência de conhecimento e tecnologias. Percebe-se então a confusão semântica entre o que é comunicação rural, extensão rural, informação agrícola, ou transferência de tecnologia. E esta transferência era uma via de mão única: daqueles que supostamente sabiam (técnicos extensionistas) para aqueles que não sabiam (agricultores e produtores rurais). Tais idéias muito se aproximam das elaboradas por Paulo Freire.

Partindo destes argumentos, fica claro que a comunicação rural é um processo mais amplo, maior que a informação agrícola ou a extensão rural, visto que a sociedade rural está composta por famílias, empresas, grupos entre os quais circulam inúmeros fluxos de comunicação. É exatamente através destes fluxos que a própria população se articula e resolve muitos problemas sem a intervenção do governo. Bordenave, já defendia que:

“É pelos canais formais e informais no seio das comunidades rurais que se processam fenômenos tão importantes para o desenvolvimento agrícola como a imitação e a emulação recíprocas, a difusão de inovações tecnológicas e sociais, a emergência das lideranças, os movimentos cooperativistas, a defesa da ecologia e, em geral, o grande movimento participativo do povo rural na vida da nação” (1983; 8-9).

A Comunicação Rural é um fator relevante no contexto dos problemas rurais, não só pelo fato de viabilizar soluções, mas também por denunciar excessos e tratar o mundo rural com a importância que ele representa. Margarida Krohling Kunsch ressalva:

“A Comunicação (Rural) é muito mais complexa do que se pensa. Infelizmente, no decorrer dos últimos anos não mereceu por parte das escolas de comunicação social a devida atenção, no que se refere ao ensino enquanto a melhor definição das linhas de pesquisa, ficando

muito impregnada do extensionismo, do funcionalismo e do difusionismo de inovações, sob forte influência dos paradigmas importados e distanciados, portanto, da realidade brasileira.” (*apud*, CARVALHO; BRAGA; 2001).

Marangon (1994) entende que a Extensão Rural no país, de um modo geral, teve como aspecto marcante as incessantes tentativas de mudança na qualidade da interação entre o extensionista e a população rural. Ele afirma:

“Atuando num cenário marcado por fortes restrições democráticas, os extensionistas, enquanto implementadores de políticas públicas para o setor rural, executores de programas especiais viabilizadores de projetos com aplicações de recursos financeiros, subsídios e seguros, acabaram incorporando, rápida e facilmente, em seu trabalho, todo o conteúdo autoritário destes instrumentos, assumiram um estilo fortemente verticalizado e apoiaram-se na comunicação clássica para difundir o uso de insumos, as tecnologias modernas e as propostas de melhoria de indicadores de qualidade de vida” (MARANGON, 1994:05).

Assim, entre os extensionistas, comprometidos com os instrumentos de trabalho da época, pressionados pelo imediatismo e mergulhados nas suas tarefas, poucos se deram conta das suas consequências, e a verticalidade parecia ser o único estilo de trabalho possível, conhecido e praticado. Marangon (1994) ainda ressalta que na ausência destes instrumentos, os extensionistas não sabiam como agir. Desta maneira não tardou para que surgissem as dificuldades próprias destes processos. Muitos produtores manifestaram seu descontentamento, e muitos extensionistas se desencantaram com seu papel.

Duarte e Soares esclarecem que, paralelamente ao desenvolvimento da Extensão Rural, estudos da Sociologia Rural e da Comunicação Rural, entendidas como campos científicos que se fortaleceram a partir dos anos 50, começaram a criticar as propostas de Rogers devido à verticalização de seu modelo comunicativo e aos conflitos gerados por ele entre os extensionistas e a população rural. Criticava-se, mais enfaticamente, o próprio modelo de desenvolvimento a qualquer custo e os extensionistas rurais ficaram na linha de frente do tiroteio já que as “práticas da comunicação para o desenvolvimento tomaram como apoio o extensionismo rural” (DUARTE; SOARES, 2011:405).

Os autores enfatizam também que a partir dos anos 60 outros atores sociais começaram a desenvolver novas práticas e linguagens de Comunicação Rural, onde a participação popular de fato se efetivava. Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e

movimentos sociais passaram a utilizar “os veículos de informação como amplificadores das formas de comunicação que já existiam no meio rural” (Duarte, Soares, 2011, p.407). A partir dos anos 80 algumas ONGS também se juntaram nesse esforço comunicativo “popular”, incorporando novas temáticas como o meio ambiente e o desenvolvimento “sustentável” e “local”.

Diante desse panorama, como destacam os autores, em 1983 Bordenave reformulava os parâmetros da Comunicação Rural, o que teria fortes implicações para a reorientação da Extensão Rural e para as críticas à sua prática comunicativa até então. Para Bordenave a Comunicação Rural apresentaria os seguintes fluxos informativos:

“articulação de baixo para cima das necessidades dos agricultores para a produção de políticas públicas para o setor; articulação horizontal e dialógica dos agricultores com serviços de apoio (pesquisa, extensão, crédito e reforma agrária); articulação coordenada entre esses serviços de apoio, unificando as informações e o discurso compartilhado entre os agricultores; e fomento de educação a distancia, de caráter popular, com o uso do rádio”. (DUARTE; SOARES, 2011: 409).

Assim os teóricos da comunicação rural começaram a apontar os equívocos da “extensão rural/ comunicação rural”, quando não se levava em conta o destino da produção, o histórico de uso do solo, as condições ambientais e as relações sociais de produção e do trabalho, as tradições, dentre outras características que a visão tecnicista não conseguia enxergar. Novas propostas de trabalho foram surgindo como a sistematização partilhada, onde o técnico trabalhará conjuntamente com os assistidos em busca de alternativas e procedimentos que sejam de maior consenso.

Atualmente o que se pretende é uma reestruturação das concepções de trabalho em campo do sistema de extensão rural promovido no Brasil, mas para isso é necessária uma mudança do próprio entendimento de técnica, que precisa abandonar seu caráter de aparelho controlador, capaz de manter sob domínio todos os indivíduos. Faz-se necessária também uma mudança pessoal no extensionista, que deverá superar sua postura egocêntrica e valorizar a ação comunicativa, posicionando-se sempre dialogicamente. Coelho (2005) explica:

“para a superação dessa postura etnocêntrica cientificista, alguns pesquisadores das ciências agrárias já propõem uma nova forma partilhada de fazer ciência com os agricultores. Assim, a verdade deixa de ser artificialmente produzida

para tornar-se mais espontânea, histórica e socialmente conduzida. Mais do que nunca, a verdade deixa de ser absoluta, única *ad infinitum*, ao revelar-se partilhada e possível de sofrer modificações, tão logo os pesquisadores, extensionistas ou produtores/ agricultores consigam novas explicações e sugiram novos procedimentos” (COELHO, 2005: 57).

Para a autora, faz-se necessário a incorporação das idéias de ação comunicativa de Habermas, que propõe a elaboração de um novo conceito de razão comunicativa, onde se repensará o conceito atrofiado de razão instrumental. Segundo esse autor é preciso uma análise diacrônica das sociedades contemporâneas, estabelecendo novas formas de diálogo. Assim: “a defesa da razão comunicativa tem por base a ação comunicativa, voltada para o entendimento” (HABERMAS, 1987: 56).

Quando se analisa a proposta deste autor, relacionando-a à nova postura da ação extensionista almejada, observa-se a necessidade de uma transformação muito mais profunda, onde se procurará reconstruir os processos de formação, os princípios de organização e as crises pelas quais passam as formações societárias no decorrer do tempo, compreendendo os processos de transformação como processos coletivos de aprendizagem.

Para Coelho (2005) a teoria da ação comunicativa de Habermas pode auxiliar de forma significativa esta mudança epistemológica proposta, modificando a forma de compreender a sociedade como também de se organizar e agir sobre ela.

Portanto, para que existam as possibilidades necessárias à mudança, Habermas distingue duas esferas sociais, o “mundo vivido” e o “sistema”. O “mundo vivido” é o espaço social em que a ação comunicativa permite a realização da razão comunicativa, antagônica à razão instrumental, institucionalizada pela própria formação das sociedades contemporâneas. E “sistema”, segundo o autor, apenas vem a complementar a ideologia do mundo vivido, onde se adota a perspectiva do observador, externo à sociedade. Assim, o que Habermas tenta destacar é que: “No interior do sistema a linguagem é secundária, predominando a ação instrumental ou estratégica” (HABERMAS, *apud*, FREITAG, 1993:65).

O sistema é regido pela razão instrumental. É este o paradigma a ser repensado e modificado por novas posturas diante do cenário construído, desde o princípio, pela Extensão Rural no Brasil. Ele poderá ser superado, se for repensado de forma descentrada, permitindo incluir diferentes perspectivas e princípios.

Habermas propõe ainda a descolonização, que se impõe para permitir a livre atuação da razão comunicativa em todas as esferas e instituições do mundo vivido e na busca de “últimos

fins” do sistema. Ele afirma que para a mudança de concepções se faz necessária a estruturalização em novas bases, onde haja predominância em processos argumentativos, onde todos participem, definindo a razão comunicativa a partir de elaborações coletivas. Procura, assim, resgatar os espaços de liberdade do indivíduo, dos grupos sociais e das instituições especializadas na busca da verdade, na fundamentação racional e negociada das novas organizações societárias, redimensionando inclusive politicamente as perspectivas de evolução das sociedades contemporâneas para o futuro (HABERMAS, *apud*, FREITAG, 1993: 72).

Neste esforço busca-se recuperar o projeto Iluminista da emancipação do homem e da humanidade, calcando o velho projeto, ainda não realizado, em novas bases: a razão comunicativa. Esta, certamente norteará de forma mais humana e dialógica, tanto o papel quanto as ações do extensionismo rural.

### **3.2 - A Comunicação Rural da Emater**

Para entendermos melhor a dinâmica do sistema de comunicação desenvolvido pela EMATER, faz se necessária uma retrospectiva do serviço de extensão rural, de assistência técnica e crédito, implantados no Brasil no final da década de 40.

O primeiro serviço de assistência técnica e extensão rural no país teve início em 1949, com a ACAR – Minas Gerais, órgão criado através de um convenio entre o governo do estado de Minas Gerais e a Associação Internacional Americana (AIA); essa experiência de Extensão Rural serviu de modelo para posteriormente se criarem outros serviços de extensão rural pelo país. A ABCAR e os serviços de extensão, a ela filiados, eram sociedades civis, sem fins lucrativos. Funcionavam em regime de cooperação, cabendo seu custeio ao governo federal, aos governos estaduais, municipais e entidades privadas. Eram órgãos técnicos e administrativamente autônomos, porém trabalhavam em estreita articulação entre si, uma vez que os objetivos, princípios e métodos de trabalho que adotavam eram comuns a todos.

Cada serviço de extensão rural tinha um escritório central, na capital do estado, ao qual era incumbida a coordenação e administração dos trabalhos no âmbito estadual. A atuação no meio rural se fazia através de unidades denominadas Escritórios Locais, que cobriam uma área geralmente correspondente a um município, ou, em alguns casos, a dois municípios. Na

instalação de novos escritórios locais, era sempre levada em conta a proximidade com outros escritórios, de modo a permitir eficiente e constante supervisão; era ainda, e principalmente, levada em conta a potencialidade econômica da área.

Ao escritório central era incumbida a tarefa de fixar as diretrizes básicas do trabalho, coordenar a execução do Programa, no estado, bem como incorporar as medidas técnicas e administrativas de suporte ao pessoal de campo. Em cada um dos escritórios locais, encontrava-se uma equipe técnica composta de dois extensionistas ou agentes de extensão, sendo um para a agricultura e outro para a economia doméstica. O primeiro era um engenheiro agrônomo, médico-veterinário ou técnico-agrícola. O outro era geralmente uma professora diplomada, assistente social ou nutricionista. Cada escritório regional era dirigido por uma equipe de extensionistas, cuja função era, principalmente, coordenar, orientar e incentivar o trabalho técnico-educativo na respectiva região.

Para a efetivação dos trabalhos extensionistas eram selecionadas as famílias que seriam atendidas. Tal escolha se processava tendo em vista a sua influência sobre as demais, como líderes ou inovadoras. Após essa seleção, escolhiam-se também métodos de comunicação, como o rádio, publicações, exposições, cartazes, fotografias, álbuns seriados etc.

O nome Associação de Crédito e Assistência Rural dava uma idéia de programa duplo, em que o crédito predominava sobre a extensão, porém, a função da oferta de crédito era possibilitar aos agricultores a adoção das práticas recomendadas pelos serviços de extensão. Quando a extensão conjugava a assistência técnica e social com o crédito educativo, visava estabelecer condições de boa receptividade para o seu trabalho, procurando acelerar mudanças tecnológicas. A ABCAR entendia que a aplicação do crédito rural era mais proveitosa quando estava ligada à ação educativa, porém, as instituições financiadoras do crédito não exerciam tal assistência educativa, que ficou a cargo dos serviços de extensão, em face de suas características, finalidades e métodos de trabalho.

Desde o início a comunicação teve papel primordial dentro das propostas de Extensão Rural promovidas pela ABCAR, que entendia que:

“Extensão é educação e educação é comunicação; com isso queremos deixar bem clara a importância da comunicação no processo de desenvolvimento e a grande responsabilidade daqueles que trabalham ou venham trabalhar como especialistas nesse assunto” (ABCAR, 1964:23).

Desta forma, a ABCAR considerava que a transferência de conhecimentos envolvia conceitos, normas e rotinas, que partiam do extensionista ao indivíduo ou grupo que se pretendia educar. Acreditava-se que, quanto mais perfeita fosse a comunicação, maior rendimento teria a extensão. Cabe aqui ressaltar algumas características deste tipo de extensão/comunicação, que não compreendia apenas a transmissão da mensagem, mas principalmente a sua receptividade, de modo a conseguir a mudança desejada. Este modelo, denominado “difusionista”, veio como um processo verticalizado de persuasão das populações rurais, que se tornou objeto de uma difusão impositiva de tecnologia, com a finalidade de desenvolver o meio rural e modernizar a agricultura.

“É oportuno, porém, assinalar que a ação extensionista sobre os agricultores, com o objetivo de fazê-los adotar normas e práticas de conduta, não pode atuar com proveito, se não foram consideradas as condições do meio, de significativa influência no processo de comunicação. [...]. Quando o ambiente não se mostrar favorável em relação às práticas que se pretende introduzir, a comunicação à massa poderá ser orientada no sentido de obter a desejada modificação” (ABCAR, 1964:24).

Desta forma fica evidente a filosofia deste tipo de extensão/comunicação implementada no Brasil nas primeiras décadas de atividade do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, como também a estreita visão de educação para o meio rural.

“A comunicação constitui um autêntico processo de aprendizagem. Procura quebrar hábitos existentes e criar novos, devendo estabelecer-se, para a sua eficácia, uma correspondência positiva entre o estímulo provocado e a resposta a esse estímulo. [...]. O Serviço de Extensão Rural objetiva, através da comunicação, modificar a cultura, estabelecendo novos hábitos nos grupos sociais trabalhados pelos extensionistas” (ABCAR, 1964:25).

Uma das finalidades do programa de comunicação procurava atingir a totalidade dos agricultores das áreas de ação do Serviço de Extensão Rural e também multiplicar a capacidade dos extensionistas em atingir o maior número possível de agricultores. Acreditava-se que isto favoreceria a promoção das desejáveis mudanças desenvolvimentistas, a curto prazo, obtendo o

aumento da produtividade e, conseqüentemente, o da produção. Assim se caracterizava o programa de comunicação do Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural:

“Podemos sustentar que o programa de comunicação à massa propõe-se, entre outros, aos seguintes objetivos, considerados de maior importância: 1- Multiplicar a capacidade do extensionista de modo a alcançar a totalidade dos agricultores das áreas de ação. 2- Modificar o ambiente da comunidade em relação às práticas a serem introduzidas. 3- Estimular a aquisição de novos hábitos. 4- Promover as mudanças desejáveis, no menor prazo possível” (ABCAR, 1964: 32).

Nesse contexto, verifica-se ao longo da história da instituição a estreita ligação entre regime político, modelo de desenvolvimento, modelo de pesquisa e modelo de comunicação. O estudo das relações entre estes fatores, que no Brasil adquiriram configuração particular, é de fundamental importância para o entendimento da formação da cultura organizacional da instituição e de suas transformações. Assim, o modelo de comunicação adotado nesta fase seguia a idéia do “modelo difusionista”, que foi a primeira maneira de descrever como o desenvolvimento ocorria e como poderia ser promovido. Este modelo baseou-se fortemente nas experiências ocidentais, e, em especial, na dos Estados Unidos, como também na observação, de que em qualquer meio rural, algumas propriedades são claramente mais produtivas do que outras. Isto é verdade, quer a produção seja medida por unidade de área, quer por unidade de trabalho ou como uma função de todos os insumos utilizados. “A idéia da alta produtividade está, em geral, intimamente relacionada com desejo de modificar a tecnologia e utilizar inovações” (EMBRAPA, 1979: 02).

A aceitação do Modelo de Difusão colocou alta ênfase na comunicação, tanto da informação necessária para avaliar e aplicar inovações, quanto das mensagens calculadas para promover uma disposição de “considerar” a mudança. Porém, com o passar do tempo e analisando-se e levando-se em consideração diversas pesquisas que começaram a surgir, perceberam-se inúmeras falhas neste modelo de extensão/comunicação rural, que começaram a levantar dúvidas sobre a adequação do Modelo Difusionista como guia para a estratégia de desenvolvimento agrícola. Dentre elas destacam-se:

“1- a maneira pela qual o agricultor percebe sua situação orientará suas respostas às recomendações recebidas de fora e suas percepções e sua situação podem diferir bastante daquilo que é admitido pelos planejadores do desenvolvimento. 2- Situações individuais de

propriedade diferem, mais amplamente, quanto a posse da terra, ao capital, e à disponibilidade de mão de obra, do que aquelas admitidas em recomendações e programas em nível macro. 3- Geralmente, não se podem estabelecer programas apropriados, sem primeiro colherem-se informações locais, sem se conhecerem as variações locais e sem um esforço sistemático, por parte dos agentes de mudança, em observar a compatibilidade dos seus objetivos pessoais e econômicos da família rural” (EMBRATER, 1979: 04).

Desta forma, com o passar do tempo, ficou claro que a aceitação, sem crítica, do Modelo de Difusão Clássico, era de fato um obstáculo ao desenvolvimento do próprio modelo, que encontrava reais obstáculos quanto à efetiva comunicação, aceitação e adoção das informações.

“Sendo assim, este período caracterizou-se pela idéia de extensão como uma modalidade informal e integral de educação, destinada a Agricultores, donas de casa, e jovens rurais, objetivando a auto-realização destes atores, mediante a aceitação de novas idéias e conhecimentos, a renovação de hábitos e atitudes, no interesse da melhoria das condições da propriedade e do lar e da elevação do nível de vida das populações rurais. A sua característica mais marcante é a presença de uma equipe local de trabalho, paritária, formada de um extensionista agrícola e uma extensionista doméstica, e o uso do crédito rural supervisionado para dar suporte à administração da propriedade e do lar.” (RODRIGUES, 1997:123).

Juntamente com o Modelo de Difusão, utilizado pelo Sistema Brasileiro Cooperativo de Extensão Rural, vieram o Modelo de Programa de Pacotes sobre o requisito de uma aplicação mais rápida das pesquisas. Desta forma a comunicação/extensão de inovações tecnológicas se complementava com a oferta de pacotes tecnológicos, no intuito de introduzir, por exemplo, sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos, sistemas modernos de irrigação, dentre outros.

Este modelo que foi largamente adotado, mais precisamente a partir da década de 60, e foi possível a partir de mudanças nas orientações filosóficas e operacionais do Sistema Brasileiro de Crédito e Extensão Rural, que se tornaram mais flexíveis, possibilitando que a difusão de tecnologia atrelada ao crédito rural e a oferta dos pacotes se tornassem a nova estrutura da Extensão Rural, já que acompanhavam as prioridades dos planos governamentais. Neste sentido Rodrigues (1997) explica:

“O difusionismo produtivista marca o período em que os objetivos nacionais expressos nos planos governamentais de desenvolvimento prevalecem sobre o localismo e o “missionarismo” da ação extensionista

concebida nos termos originais. Proliferam-se as unidades locais especializadas, formadas por equipes de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que substituem as equipes “casadas” de um profissional da agropecuária e uma economista doméstica, sinalizando a prioridade para atividades econômicas. Procedese a uma revisão nas atividades referentes à economia doméstica, excluindo-se os projetos de administração do lar e outras ações assistenciais voltadas para a dona de casa.” (1997: 125).

Estas transformações, ideológicas-políticas nas instituições de assistência técnica e Extensão Rural beneficiaram muitos agricultores, mas a experiência também demonstrou que estas amplas e dramáticas mudanças na atividade agrícola, como também o bem-estar das famílias rurais não ocorreram por conta somente da difusão, até mesmo porque, tais propostas atingiam mais uniformemente os grandes produtores, com ênfase em apenas um ou poucos produtos laborais. Porém, para determinados segmentos sociais, o modelo difusionista produtivista, juntamente com o modelo de pacotes, tinham grande importância:

“Uma virtude do programa de pacotes é que ele é, em si mesmo, um procedimento de comunicação para atrair a atenção de tecnocratas, homens de negócios, líderes de opinião, cientistas e outros, cuja cooperação é necessária. O sucesso de qualquer programa de pacotes é, de certa maneira, um reflexo do quanto ele foi capaz de manter pessoas-chaves em todas as instituições importantes, informadas e convencidas de que deveria ser sua contribuição.” (KEARL, 1979: 10).

Em 1974, o governo federal criou a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) em substituição à Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Essa iniciativa respaldou ainda mais o novo modelo de extensão que já estava sendo utilizado, com grande incorporação de tecnologia visando à melhoria da produtividade. Dessa política nasceram as empresas de assistência técnica e extensão rural, em âmbito regional, como por exemplo, a EMATER-MG, que substituiu a ACAR. A partir deste momento a EMBRATER elege como sua clientela preferencial os grandes e médios empresários rurais, beneficiários da política de crédito rural subsidiado e potenciais adotadores dos pacotes tecnológicos.

É importante destacar, que a compreensão do termo “Comunicação/ Comunicação Rural”, até este ponto, era ampla e generalizada, visto que em muitos momentos, a forma, ou a estratégia de comunicação adotada pelas instituições de assistência técnica e extensão rural se confunde com a própria filosofia ou ideologia do trabalho extensionista predominante.

Neste sentido, notabilizamos, a partir das pesquisas documentais, efetuadas no Centro de Documentação e Memória da EMATER-MG, que, desde o início de suas atividades, estabeleceram-se diversos mecanismos de comunicação. Internamente, com os procedimentos técnicos, métodos e meios de comunicação para a Extensão Rural como por exemplo os métodos individuais tais quais as entrevistas ou as visitas, os métodos grupais tais como as reuniões, cursos, palestras; as técnicas de dinamização como as dramatizações, mesas redondas e os métodos complexos, como os ensaios, as exposições educativas, as semanas especiais e a demonstração de resultados. Externamente, com a produção de artigos técnico-científicos, boletins informativos, cartilhas e principalmente de robustos relatórios anuais, onde era descrita minuciosamente cada decisão, iniciativa e projetos futuros, sempre repletos de gráficos, tabelas e principalmente fotografias, que ilustravam os sucessos obtidos ao longo dos anos, destinados aos órgãos superiores, às entidades que integravam o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e suas unidades de trabalho regionais e locais, às instituições mantenedoras e cooperadoras e dos Serviços de Extensão Rural nos estados, bem como às autoridades e órgãos oficiais, bibliotecas, escolas e associações de classe ligadas às atividades de extensão ou interessados nos problemas de desenvolvimento rural e aos setores e segmentos interessados nos trabalhos extensionistas.

### **3.3- A Revista Extensão Rural em Minas Gerais**

Em 1962, criou-se também a revista Extensão Rural em Minas Gerais, objeto de estudo deste trabalho, justificada como uma valiosa ferramenta, ressaltando-se a dificuldade de por em prática o extensionismo, não só pelas condições de acessibilidade ao meio rural como também pelas condições sociais com os quais os extensionistas se deparavam. Evidenciou-se ainda, a ostensiva utilização dos meios de comunicação, em destaque aos recursos audiovisuais, como o álbum seriado, o retroprojetor, o cartaz, o flanelógrafo, o folder, os filmes, o rádio e as fotografias.

Uma característica marcante destas atividades de comunicação é a grande utilização da fotografia, que retratavam o campo e o trabalho dos extensionistas de forma sistemática, mostrando o antes e o depois das visitas técnicas destes profissionais. Elas apresentam uma qualidade técnica surpreendente para as condições da época, o que demonstra a importância que

estas imagens tinham para a instituição; para a justificativa da ação extensionista e também para a comunicação rural.

A fotografia constitui uma linguagem formada por variados códigos, conjuntos de sinais que servem às sociedades e aos homens na sua comunicação, podendo ser utilizada como prova definitiva, testemunho da verdade, ou ainda como instrumento ideológico do fato ou dos dados, como assinala Boris Kossoy (2001), considerado um de nossos maiores estudiosos da fotografia, enquanto fonte histórica no Brasil durante a atualidade.

Kossoy aponta algumas reflexões sobre arquivos, memória e as diferentes categorias de reconstituição histórica, fundamentadas na iconografia: a fotografia do passado. Para ele, as imagens fotográficas de outras épocas, na medida em que, identificadas e analisadas objetiva e sistematicamente a partir de metodologias adequadas, constituir-se-ão em fontes insubstituíveis para a reconstituição histórica dos cenários, das memórias de vida, de fatos do passado centenário, como do mais recente.

Desse modo, nesse estudo de caráter exploratório, o foco principal recorrerá sobre a análise das fotografias como composição do conhecimento histórico e como fonte para pesquisas científicas. O estudo teve o intuito de analisar como as fotografias veiculadas na revista *Extensão Rurais em Minas Gerais*, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural em Minas Gerais (EMATER-MG), representam o meio rural e o extensionismo praticado em Minas Gerais, e o papel do extensionista nos processos de transformação social do meio rural mineiro. Este material iconográfico composto por cerca de 14.000 fotografias, sendo que a grande maioria ainda não está catalogada, se encontra no Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro José Alfredo Amaral de Paula, que se localiza em Belo Horizonte.

O Centro, inaugurado em 30 de novembro de 1998, foi planejado para constituir-se, simultaneamente, como espaço para pesquisa e espaço museológico. Para tal, foi organizado um acervo geral, separados o Fundo Acar e o Fundo EMATER, configurada uma base de dados indexada por temáticas e cronologicamente periodizada, para recuperação de informações e acesso à documentação e montada a Exposição da EMATER-MG 50 Anos, para o que se elaborou um estudo conceitual, base do projeto museográfico. A idéia do Centro é estimular pesquisas, particularmente acadêmicas e para isto, conta-se com um rico acervo de fontes textuais, orais, iconográficas, e de utensilagem técnica e de mídia.

Cabe enfatizar que as revistas não seguiam uma linha editorial fechada, como também não possuíam índice ou sumário. As matérias eram publicadas de acordo com a relevância e

importância do fato, sempre acompanhada de imagens fotográficas. Também é relevante frisar que mesmo com todo o esforço do Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural, no sentido de colecionar de forma organizada as edições, os arquivos da revista Extensão Rural em Minas Geras estão incompletos, faltando algumas edições, mas o que não impossibilita a análise de sua trajetória enquanto instrumento de divulgação institucional. Porém, para os fins analíticos desta pesquisa foram eleitas as capas das revistas o objeto central das discussões.

Tal escolha é justificada pelo fato de capas de revistas serem espaços privilegiados de interação entre o veículo comunicacional e os seus leitores ou público-alvo. Partindo deste pressuposto, observa-se a importância de uma análise mais completa no que tange a linguagem verbo-visual das capas de revistas consideradas como um gênero discursivo que circula nas esferas jornalísticas e publicitárias, cumprindo um duplo papel: informação e persuasão. Puzzo explica:

“Como toda produção midiática, a revista conta com um perfil de leitor mais ou menos determinado. Por esse motivo, a produção obedece a um projeto que procura atender a esse público. Sob esse prisma, dois aspectos devem ser considerados. Se de um lado há uma imagem pré-figurada das expectativas desse público, por outro lado existe também a intenção de comunicação da empresa responsável pela revista, que tem própria visão dos fatos, de acordo com a ideologia que a orienta. As capas, assim enunciadas, matem um diálogo tenso entre empresa e público; o da empresa, ao impor sua imagem interpretativa que se propõe isenta, a dos leitores, que buscam a informação exata (utópica); e, o próprio fato” (PUZZO, 2009: 66).

Mirian Puzzo entende que as capas de revistas têm um acabamento provisório, porque dependem em sua leitura interpretativa do contexto histórico-social dos leitores. Sendo assim, estabelece um diálogo com o contexto em que estão inseridas, propiciando várias possibilidades interpretativas, mas todas elas articuladas pela proposta de comunicação da empresa e de sua ideologia. Além disso, cada edição estabelece relações significativas, tanto com o contexto daquele momento, quanto com o das edições posteriores a anteriores. Portanto, o enunciado presente em cada exemplar isoladamente está intimamente ligado aos outros que os precedem e os sucedem ao longo do tempo.

“As capas de revistas, como espaços de materialidade discursivos, são lugares em que se encenam atos e fatos imagísticos, rituais de sedução, persuasão e informatividade, segundo pontos de vista, maneiras de

perceber (e fazer ver/ ler) plástica e linguisticamente o mundo” (MAGALHAES, *apud*, CERQUEIRA; 2007:07).

Também é importante frisar que apesar de a fotografia simular o real, contradizendo Kossoy, ela não mais constitui um registro fidedigno da realidade, pois um conjunto de decisões formais é preestabelecido e faz parte do mecanismo fotográfico, tais como: tipo de lente, abertura do diafragma, tempo de exposição etc. Ademais, como será visto no próximo capítulo, existe a intencionalidade do próprio fotógrafo, a própria seleção feita por ele, como o enquadramento, o ângulo, a luz, o cenário de fundo, a perspectiva, entre outros, que denotam a interferência do seu olhar na captação da imagem. Há um recorte intencional que direciona o modo de ver a cena retratada. Ainda é preciso considerar a edição da imagem por meio da qual a foto pode ser manipulada e, em certos casos, alterada de modo radical. Portanto, a fotografia traz a ilusão da realidade, mas é, sobretudo, sua representação:

“No caso de fotografias, existe uma questão que merece ser destacada, o fato de apesar de se tratar de uma mensagem jornalística, as fotos de capas tem características de fotografias produzidas, não flagradas, como ocorre no restante da atividade fotográfica em jornalismo”. (LAUÁ, *apud*, PUZZO, 2009:66).

Dessa forma, entendemos que as imagens de capa, captada pela câmera por um sujeito, afirma algo, condensa uma história da qual o fotógrafo participa como enunciador.

“Todo signo que está na capa da revista foi intencionalmente colocado a fim de transparecer uma idéia ou de conduzir uma determinada leitura do fato tratado. As imagens (...) devem ser encaradas como objetos de linguagem. Ao encará-las como um discurso, reconhecemo-las como um produto cultural, o qual não é neutro, mas dotado de sentidos”. (MAGALHAES, *apud*, CERQUEIRA, 2007:07).

Desse modo, pode-se associar essa composição de página como um fragmento narrativo, ou seja, uma narrativa em outros moldes, já que conta com a cooperação do leitor para preencher os dados ausentes, os quais fazem parte de seu contexto histórico-social, portanto de conhecimento coletivo.

## 4 - FOTOGRAFIA COMO REPRESENTAÇÃO DO MUNDO

“Se pudesse contar história em palavras, não precisaria carregar uma câmera”.

(LEWIS HINE, *apud*, SONTAG, 2004: 201).

### 4.1 - Conceito e história da fotografia no Brasil

Buscando o conceito de fotografia, assim a definiu a Enciclopédia Britânica do Brasil (BARSA): “Técnica e arte de produzir imagens visíveis sobre superfície sensível, direta ou indiretamente, pela ação da luz ou outra forma de energia radiante.” (BARSA, 1993:472).

Para adentrarmos na história da fotografia no Brasil, faz-se necessário uma breve compreensão do surgimento da fotografia no mundo. A fotografia não foi descoberta por apenas uma pessoa; o seu desenvolvimento resultou de uma série de experiências de alquimistas e químicos sobre a ação da luz, matéria que pertence ao domínio da fotoquímica. Desde 1525 o escurecimento dos sais de prata já era conhecido, mas somente após as experiências de J.H. Schulze, 1727, W. Lewis, em 1763, e K.W. Scheele, em 1777, é que ficou comprovado que o escurecimento se devia à ação da luz. Com o retrato, em fins de século XVIII, e após as invenções do fisionotrafo e da litografia, J. Nicéphore Niepce, (a quem é atribuída à primeira fotografia), um litógrafo que não sabia desenhar, procurou obter imagens fotográficas com cloreto de prata, o que conseguiu em 1817. Em 1822, o mesmo pesquisador conseguiu fixar uma imagem sobre placa metálica: as partes claras eram betume-da-judéia, e as sombras, de base metálica (SALLES, 2008).

Em 1829 J.N. Niépce se associou a J.M. Daguerre, que juntos continuaram as experiências, porém, Daguerre ao perceber as limitações do betume-da-judéia e dos métodos utilizados por seu sócio, decidiu prosseguir sozinho nas pesquisas com a prata halógena. Suas experiências consistiam em expor, na câmera obscura, placas de cobre recobertas com prata polida e sensibilizadas com vapor de iodo, formando uma capa de iodeto de prata sensível a luz (SALLES, 2008).

Segundo Erivam Morais de Oliveira (2006), a pesquisa de Daguerre acabou sendo reconhecida pela Academia de Ciências de Paris, em 19 de agosto de 1839, sendo batizado de “daguerreótipo”, um método de gravar imagens por meio de câmera obscura. O ocorrido

provocou descontentamento por parte de outros cientistas, como o caso de Willian Fox Talbot. Ele gravava igualmente imagens com câmera obscura, utilizando um processo parecido ao de Daguerre e Niépce, que passou para a história com os nomes de talbotipia ou calótipo. Outro pesquisador que também reivindicou a descoberta foi Hipollyte Bayrd, tendo sido responsável pela primeira montagem fotográfica da história, em 1840, quando simulou a própria morte em protesto pelo não reconhecimento de sua invenção pelas autoridades francesas.

No Brasil, Antoine Hercule Romuald Florence, um francês radicado na Vila de São Carlos, pesquisou, entre 1832 e 1839, uma forma econômica de impressão, sensibilizada pela luz do sol e sais de prata, método parecido com os que Niépce, Daguerre e Talbot utilizaram na Europa. Ele chegou próximo a uma descoberta batizada de *photographie*, seis anos antes que seu compatriota Daguerre em Paris.

Oliveira explica que Hércules Florence, como ficou conhecido no Brasil, obteve ajuda do botânico Joaquim Correa de Melo, mas nunca teve suas pesquisas reconhecidas. “Inclusive a palavra fotografia era utilizada por Florence e Correa de Melo desde 1832, antes que na Europa, onde a partir de 1840, o astrônomo John Herschel passou a utilizá-la para unificar as diversas descobertas envolvendo a câmera obscura, no período entre 1827 e 1839.” (OLIVEIRA, 2006:03)

Historicamente, foi em janeiro de 1840, cinco meses após o anúncio oficial da sua descoberta na Academia de Ciências de Paris, que a daguerreotipia chegou ao Brasil, trazida pelo Abade Louis Compte, capelão de um navio-escola francês. Foi o próprio padre, em demonstração ao Imperador Pedro II, o autor das três primeiras fotografias tiradas em solo brasileiro: três daguerreótipos feitos na Praça XV, no Rio de Janeiro, reproduzindo o Paço Imperial, o chafariz de mestre Velentim e a praia do Peixe. O primeiro brasileiro a adquirir uma câmera tipo daguerre foi o próprio imperador Pedro II, entusiasta fotógrafo amador. Tal episódio foi registrado pelo Jornal do Commercio:

“É preciso ter visto a cousa com seus próprios olhos para se fazer idéia da rapidez e do resultado da operação. Em menos de 9 minutos, o chafariz do Largo do Paço, a Praça do Peixe e todos os objetos circunstantes se achavam reproduzidos com tal finalidade, precisão e minuciosidade, que bem se via que a cousa tinha sido feita a mão *da* natureza, e quase sem a intervenção do artista” (Jornal do Commercio, 1840:02, apud, LEITE, 2004).

É importante ressaltar que neste momento tiveram início diversos debates a respeito da fotografia como arte ou como uma nova forma de expressão, causando desconforto em pintores resistentes à fotografia, dando origem a novos movimentos artísticos, como o impressionismo. Oliveira destaca que: “A discussão retorna, de algum modo, nos dias de hoje, envolvendo duas formas distintas de captação de imagens, a fotografia analógica e a fotografia digital.” (2006:03). Porém, Leite (2004) afirma que tal debate não encontrou muito espaço no Brasil durante as primeiras décadas, visto que a sociedade brasileira do período do Império estava mais preocupada em usufruir a nova técnica, conhecida até então apenas teoricamente, em se deixar fotografar do que em refletir sobre aspectos artísticos e culturais do novo invento.

“O Brasil desta época, agrário e escravocrata, tinha a sua economia voltada para a cultura do café, visando exclusivamente o mercado externo e dependendo dele para importações de outros produtos. A sociedade dominante ainda cultuava padrões e valores estéticos arcaicos, puramente acadêmicos, já ultrapassados em seus respectivos países de origem, que se só seriam questionados e combatidos com a Semana de Arte Moderna de 1922”. (LEITE, 2004:3).

Durante esta época, a fotografia foi de domínio exclusivo dos profissionais, ou daqueles que detinham condições econômicas bem mais favoráveis do que a maioria das pessoas. A fotografia era muito limitada, tanto quanto pelos caríssimos equipamentos como pelo conhecimento técnico. Mesmo assim diversos fotógrafos se destacaram no Brasil deste período, como Victor Frond (1821-1881), Marc Ferrez (1843- 1923), Augusto Malta (1864-1957) e Militão Augusto de Azevedo (1837-1905), pelo valor expressivo e documental de suas obras.

Foi então que em 1884, George Eastman e W.H. Walker patentearam a primeira máquina de emulsionar películas continuamente em longos rolos. Ele projetou uma câmera pequena e leve, cuja lente era capaz de focalizar tudo a partir de 2,5 metros de distancia, e, seguidas as indicações de luminosidades mínimas, era só apertar o botão. Com o slogan “Você só aperta o botão e nós fazemos o resto”, o fotógrafo amador apenas operava a máquina. Posteriormente, enviava a mesma à firma em Nova Iorque, onde o filme seria cortado em tiras, revelado, a emulsão separada da base e colocada em suporte transparente (SALLES, 2008:08).

As primeiras câmeras portáteis, lançadas pela KODAK em 1888 eram vendidas com um filme em rolo de papel suficiente para tirar 100 fotografias, porém tinham de ser devolvidas ao fabricante para a revelação do filme e recarregamento da máquina. Eastman tornou a fotografia

mais barata, acessível e simplificada. A simplicidade da câmera Kodak foi responsável pela popularização da fotografia amadora.

“A Eastman, lançou, por exemplo, em 1900, a câmera Brownie, que custava apenas 1 dólar, e que transformou radicalmente a fotografia em uma arte popular, legando outras a supremacia por uma qualidade técnica profissional” (SALLES, 2008:8).

No século XX, segundo Oliveira (2006), a fotografia passou a ser utilizada em grande escala pela imprensa mundial, em amplas reportagens fotográficas, fazendo aumentar naturalmente a exigência de profissionais que trabalhavam, por exemplo, com fotojornalismo. A cobrança por equipamentos mais leves e ágeis despertou nos fabricantes o interesse em investir no setor, provocando uma renovação no mercado e chamando a atenção do grande público pra as novidades tecnológicas e as belas imagens que surgiam no dia-a-dia da imprensa mundial.

“A profissão de fotógrafo passou a ser cobiçada em todo mundo, revelando profissionais altamente qualificados e, até, adorados em vários países, como Brett Weston, Cartier Bresson, Edward Weston, Robert Capa, Robert Frank, Alexander Rodchenko, Pierre Verger e Jean Manzon, entre outros. Esses profissionais formaram uma geração de ouro do fotojornalismo mundial, mostrando muita criatividade e ousadia em suas fotografias, fazendo delas verdadeiras obras de artes, admiradas por milhões de pessoas. (OLIVEIRA, 2006: 3).

Já no final dos anos 1980, todo o glamour conquistado pela fotografia analógica tendeu a entrar em declínio. A evolução dos equipamentos digitais apontava para o aniquilamento gradual da fotografia analógica nos próximos anos. Os grandes fabricantes já anunciaram o fechamento de fábricas e a não confecção de materiais para o amador da fotografia analógica, acabando com o fascínio exercido durante décadas pelos laboratórios fotográficos de revelação e ampliação e transformando a prática tão comum da fotografia analógica em coisa primitiva.

#### **4.2 – Fotografia e pesquisas científicas**

“Da próxima vez que você segurar uma câmera, pense nela não como um robô, automático e inflexível, mas como um instrumento maleável que você precisa compreender para utilizar adequadamente. Uma câmera

pode ser um milagre eletrônico e óptico, mas não cria nada sozinha. Tudo que ela pode representar em termos de beleza e encantamento está, a princípio, em sua mente e em seu espírito” (Ansel Adams. *A Câmera*. 2005: 70).

Não se pode negar a importância da fotografia como documento/monumento da memória coletiva de um grupo, de uma instituição, que é o caso desta pesquisa, ou de uma sociedade e como recurso que possibilita a reconstrução da história.

“Com a revolução industrial, verifica-se um enorme desenvolvimento das ciências em seus vários campos, surge naquele processo de transformação econômica, social e cultural uma série de invenções que viriam influir decisivamente nos rumos da história moderna. A fotografia, uma das invenções que ocorre naquele contexto, teria um papel fundamental enquanto possibilidade inovadora de informação e conhecimento, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência e também como forma de expressão artística.” (KOSSOY, *apud*, ANDRADE 2002).

Nos dias de hoje, mais do que nunca, a fotografia é considerada uma ferramenta primordial para a efetivação de muitos trabalhos acadêmico-científicos e junto com isto traz muitas indagações sobre sua utilização como fonte de pesquisa, suporte técnico ou documento. Porém Laplantine ressalva: “Numa sociedade como a nossa, que, no entanto se tornou uma sociedade da imagem, julga-se prioritariamente as pessoas por aquilo que elas dizem e, sobretudo pelo que elas escrevem, mais do que pelo que elas vêem (a vidência) ou pelo que elas mostram (fotos, filmes)” (LAPLANTINE, 2004: 84).

Quando se trata da análise de fotos como documento ou objeto de pesquisas científicas é preciso cuidado para não cair no senso comum, que acredita que a fotografia constitui prova necessária e suficiente da realidade, atestando inegavelmente a existência daquilo que ela mostra. Pierre Bourdieu (1989) nos alerta para o que não se pode esquecer ao analisar a farta obra iconográfica:

“normalmente todos concordam em ver na fotografia o modelo de veracidade e objetividade. É fácil demais mostrar que essa representação social tem a falsa evidência das pré-noções; de fato a fotografia fixa um aspecto do real que é sempre o resultado de uma seleção arbitrária e, por aí, de uma transcrição: de todas as qualidades do objeto, são retidas apenas as qualidades visuais que se dão no momento e a partir de um único ponto de vista. Se a fotografia é considerada um registro

perfeitamente realista e objetivo do mundo visível é porque lhe foram designados (desde a origem) usos sociais considerados ‘realistas’ e ‘objetivos’. (BOURDIEU, 1989:76).

Segundo Annateresa Fabris (2008), desde seu surgimento, em meados do século XIX, a fotografia foi considerada de grande importância para as atividades científicas, pois permitia a multiplicação do campo da observação, fornecendo “evidências e provas”, daquilo que até então era imperceptível a olho nu e possibilitando novas descobertas a partir do exame visual e comparativo dos dados.

“Com o passar do tempo, uma explosão de produtos, técnicas e processos produziu uma mudança significativa nas formas de aplicação das imagens fotográficas, que a partir desse momento vinham carregadas de informações do mundo, o que alterou tanto as atitudes públicas quanto a percepção da realidade. Foi atribuído à fotografia o peso de expressar o real, sendo a foto vista como uma espécie de prova, necessária e suficiente, que atesta a existência daquilo que é visto. Classificada por alguns ora como um simples instrumento de uma memória documental do real, ora como pura criação imaginária, a fotografia assume o papel de auxiliar a memória.” (ANDRADE, 2002:38).

Já na década de 1840, a câmara fotográfica passou a ser usada principalmente por botânicos e zoólogos, que já não depositavam confiança na técnica dos desenhos de animais e plantas uma vez que tal metodologia era extremamente suscetível à manipulação. Até porque muitos destes desenhos, que ilustravam os livros científicos da época eram feitos sem com que o artista estivesse no local onde a descoberta foi feita, ou seja, eles desenhavam os animais e as plantas a partir de descrições verbais de terceiros. Já quanto ao uso da fotografia nas ciências humanas propriamente ditas, Laplantine (2004) afirma:

“No que respeita às ciências humanas, foi com a antropologia física e com a psiquiatria que teve lugar o primeiro encontro da fotografia e da ciência tendo permitido afinar a maneira de olhar o corpo. A fotografia fez sua entrada na Salpêtrière nos anos 1870. A doença, flagrada na placa fotográfica, era descrita antes mesmo de ser compreendida. Charcot sempre incitava seus alunos a observar para em seguida descreverem os sintomas: Olhai bem! Suas lições eram ilustradas sistematicamente por fotos que se tornavam um complemento do diagnóstico propriamente dito.” (2004:83).

Já no campo da cultura, tais fontes para as ciências sociais não foram diferentes, visto que os primeiros antropólogos e etnógrafos também utilizavam a escrita, o desenho e posteriormente

a fotografia como forma de registros em expedições às terras distantes, como Gregory Bateson e Margaret Mead, pioneiros desta metodologia, que demonstraram a partir da descrição de 700 fotos, como moças e moços adquiriam corporalmente e interiorizavam os modelos de aprendizado da cultura balinesa (FREIRE, 2006: 64). Assim como nas ciências biológicas, tais técnicas do desenho e da escrita nem sempre eram postas em prática no exato momento da observação da cena, o que suscitava o questionamento sobre a fidelidade dos relatos.

Esta busca de formas mais “reais” de representação é compreensível e afirmada por François Laplantine em um capítulo de seu livro “*A descrição etnográfica*”:

“O que funda a especificidade da descrição fotográfica, é um laço absolutamente indefectível com seu referente. Enquanto a descrição naturalista designa e que a descrição pictórica evoca ou sugere, a imagem, quanto a ela, oferece-se inteiramente como substituição do real. Ela constata, autentifica, garante. Ela é da ordem da certeza, da evidência e mais ainda da prova da objetividade dos fatos. (...) Tudo pode ser recusado na existência, salvo a fotografia” (LAPANTINE, 2004:81).

Laplantine, neste livro, ainda nos traz conceitos relevantes para entendermos a importância da fotografia como documento em trabalhos científicos, principalmente quando se refere à singularidade das fotografias já que, para ele, a fotografia é realmente o modelo perfeito da descrição do que é único e que nunca se repete no tempo. Ainda afirma que a fotografia, além de nos guiar a compreensão da veracidade do objeto presente, também traz consigo um caráter inexorável do passado. Ou seja, se a função da fotografia é a de restituir ou atestar o que elas atestam é porque o presente deixou de existir. “As fotografias são os traços tangíveis não do presente e da vida, mas do passado e da morte” (LAPLANTINE, 2004).

Desta forma, fica claro que o surgimento da fotografia colocou a perigo a supremacia da escrita e do desenho, propiciando uma nova forma de olhar, mas também de registrar a experiência de ter “estado lá” ou de “ter visto”. Assim, para as diversas ciências, a fotografia passou a funcionar como uma garantia empírica de verdade, de uma identificação referencial específica, acompanhando e autenticando o texto científico. Segundo Andrade, tal ferramenta não se conteve somente às ciências biológicas ou físicas, muito pelo contrário, “percebe-se que, desde o início, os fotógrafos têm interesse especial por lugares distantes, povos exóticos, um interesse pelo mundo social. A sociedade quer ver outras culturas e a ciência quer saber mais sobre elas” (ANDRADE, 2002:56). A afirmação de Rosane de Andrade é facilmente perceptível nas fotografias produzidas pela Emater, objetos de estudo desse trabalho, que até mesmo por seu

caráter pioneiro, fazia questão de registrar os lugares distantes, o povo rural isolado e subsistente, as dificuldades de acesso às propriedades, as condições de higiene e a sua determinação em efetuar o extensionismo rural. Dessa forma concordando com Kossoy, consideramos que:

“As imagens contêm um reconhecido valor documentário, não só porque são importantes para os estudos específicos nas áreas da arquitetura, antropologia, etnologia, arqueologia, como também na história social e demais ramos do saber, pois representam um meio de conhecimento da cena passada e, portanto, uma possibilidade de resgate da memória visual do homem e do seu entorno sociocultural. Trata-se da fotografia enquanto instrumento de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica” (KOSSOY, 2001:55).

Porém, nos últimos vinte anos, a fotografia tem se tornado objeto de investigações inovadoras no campo das Ciências Sociais a ponto de se criarem subdisciplinas, como a Antropologia Visual, voltadas para o estudo histórico das técnicas de fotografar, para análise interna do conteúdo cultural e histórico da fotografia e para a análise da relação fotógrafo-fotografado.

“Se para outras ciências sociais, a fotografia tem sido valorizada como um dos objetos para análise da realidade social, foi na Antropologia que ela acabou sendo mais problematizada como técnica de pesquisa, indissociável, muitas vezes, da própria pesquisa de campo” (DOULA, 2006: 4).

Tais contribuições de caráter interdisciplinar, em muito se afastam das considerações iniciais de enaltecimento da fotografia como cópia fidedigna da realidade. Pelo contrário, isto tem contribuído para a relativização de sua importância como ferramenta científica, dado que sua objetividade e neutralidade são postas em dúvida e substituídas por um viés analítico que a define como uma forma de representação, termo que causa forte repulsa em outros ramos da ciência que continuam atribuindo à imagem fotográfica um grande valor de verdade. Neste sentido, o que precisamos compreender é que a fotografia não é mais apenas a prova concreta do real, do verdadeiro, já não é mais, como afirmava Laplantine, uma garantia autêntica incontestável.

A fotografia mais do que nunca, é hoje considerada subjetiva e relativa. Ela nos fornece muito mais do que está exposto externamente, nos fornece indicações sobre a realidade que retrata e sobre o olhar daquele que a produziu. Isto para não falar dos aspectos ligados à sua produção, sua circulação e seu consumo, e das interações sociais que, envolvidas em cada um

desses processos, são essenciais produtoras de sentido. É a partir destes pressupostos que buscamos compreender a relação entre fotografia e pesquisas científicas.

Ivo Canabarro (2005) entende que dentre a diversidade de imagens ao nosso alcance, escolhe-se a fotografia para a discussão sobre o conhecimento, visto que ela pode ser compreendida como uma fonte inestimável na construção de interpretações sobre a história. Segundo ele, a fotografia é um produto social e cabe ao pesquisador perceber como as imagens constituem certa maneira discursiva de se colocar em cena questões e fragmentos da história, percebidos no encaixe entre os diversos documentos, e na tentativa de entender sua evolução e ao mesmo tempo a sua descontinuidade:

“... a história aproxima-se do presente, com a fotografia, permitindo entender a história oficial, a secreta, a individual e a coletiva. A história do sentido das fotografias, a cada período, sofre renovação de suas funções: a fotografia social, a popular, a mediática dentre outras. As imagens fotográficas são todas plausíveis à ação dos campos, das influencias, das filiações, das referencias, das determinações sociais e dos códigos de leitura, não estando atreladas ao determinismo tecnológico, pois antes de tudo, são produtos sociais” (CANABARRO, 2005: 24).

Pertinentemente Simone Barreto (2007) esclarece a respeito da importância das imagens fotográficas, mas ressalta que a subjetividade da fotografia não é fornecida por si só, mas a partir de uma contextualização:

“A fotografia, seja como fonte de pesquisa ou na divulgação de conteúdos jornalísticos, tem limitações como registro da realidade ao comprovar, para um observador mais atento, ambigüidades ao ser analisada. O caráter polissêmico da imagem, suas diversas possibilidades de leitura, torna a utilização do texto parte integrante na produção de sentido do registro visual. Um exemplo é o acompanhamento das imagens pelas legendas. Até mesmo livros com extensa documentação fotográfica de caráter jornalístico, como os de Sebastião Salgado, comprovam a importância da imagem fotográfica, mas não é possível alcançar os significados apenas pela imagem registrada. Ela não é capaz de localizar o ano do fato registrado, não pode especificar em qual país ocorreu o fato, por qual motivo as pessoas aparecem com determinadas expressões, gestos” (BARRETO, 2007: 119).

Dessa forma, percebe-se o paradoxo existente entre o que a fotografia diz por si só, e o que a fotografia diz quando acompanhada de informações textuais, a compreensão ou interpretação

das imagens dependerá destes fatores. Laplantine entende “que a realidade apenas pode ser percebida a partir de uma visão particular, de um olhar fragmentado que não tem nenhuma possibilidade de totalizar o conjunto dos olhares possíveis que seria o ponto de vista de Deus.” (LAPLANTINE, 2004:86). Nessa mesma linha, Susan Sontag entende que: “A fotografia tanto pode despertar ou consolidar consciência, mas só terá impacto na opinião pública, se encontrar um contexto de sentimentos e atitudes propícios. Acresce a isso que a imagem produzida, associada posteriormente ao texto escrito, orienta a leitura do receptor, e as legendas formam o contraponto verbal das imagens” (SONTAG, 1986:25).

Seguindo estas idéias outro aspecto importante é a relação que se liga ao produtor da imagem, já que uma fotografia é composta por fotógrafo, e fotografado. A fotografia é de fato um documento, mas não podemos nos esquecer de que ao fotografar o fotógrafo também imagina. Ou seja, ele pode definir planos, escolher personagens, organizar os personagens e objetos como também incluir elementos que não faziam parte do contexto real fotografado, assim ele pode fornecer como também modificar os sentidos (CARNICEL, 2002: 44).

A partir destas idéias é que se passou a discutir novas formas de utilização da fotografia nas pesquisas científicas. De que forma a fotografia pode nos auxiliar na compreensão de determinado grupo social? De que forma a fotografia pode preencher o espaço que antes era destinado a textos, palavras ou desenhos? Como se dá a relação entre a imagem e aqueles que a vêem e a interpretam? Qual é a relação entre imagem e texto? Essas são algumas das questões que as Ciências Sociais colocam à fotografia, e que se aplicadas a um determinado contexto, como no caso da pesquisa das fotografias do Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da Emater, podem levar a novas descobertas, interpretações, dúvidas e reconstruções históricas.

É importante entendermos ainda que o que tem despertado curiosidade em relação à fotografia e à sua utilização acadêmica não é seu valor como documento ou prova de algo, e sim a forma como se interpreta estas imagens, como se produz sentido antes e depois da produção fotográfica e como sua utilização pode facilitar a descoberta de novos dados e muitas vezes, de novas fontes de pesquisa.

Desse modo, o que se tem mostrado realmente significativo é discutir novas formas de utilização de material iconográfico em pesquisas científicas. Onde é possível inclusive substituir o texto escrito por imagens, já que como afirma Clifford Geertz (1997), teórico da Antropologia Interpretativa, a fotografia é também um texto cultural. Os significados múltiplos da imagem

apresentam um elemento essencial na análise dos significados construídos, incutidos e veiculados pelo meio social. Segundo ele, a análise do espectador passa por uma negociação de sentido que transcende a própria imagem e se realiza no contexto da cultura e dos textos culturais no qual ele convive.

Autores como Maria Ciavatta (2002) e Ivo Canabarro (2005), baseados na teoria de Geertz, consideram as fotografias como textos, com finalidades e intencionalidades, mas elas também permitem ver um consenso de um determinado grupo social, que interpreta a realidade a partir das suas características individuais, culturais e também da formação profissional daqueles que produziram as imagens, sejam eles profissionais da fotografia ou cientistas.

Os diferentes autores que adotaram a fotografia como instrumento ou objeto de pesquisa, embora realizem trajetórias diferentes em suas construções metodológicas, apontam a necessidade de desconstrução do aparente, desvendando aquilo que está oculto, identificando os assuntos e temas que foram focados naquele determinado momento histórico, os fotógrafos e agências autores das imagens e as tecnologias empregadas em sua produção, bem como o contexto em que foram realizadas e a utilização da linguagem verbal para preenchimento das brechas e silêncios deixados pela imagem.

Essa intertextualidade, isto é, o estabelecimento de um diálogo entre as diferentes fontes (iconográficas, verbais, orais, literárias), permite interagir com outras visões, outras linguagens, outros discursos sobre o mesmo objeto, além de permitir sua contextualização histórico-social e cultural. Somente desse modo seria possível conduzir a análise dos textos e imagens encontrados.

A fotografia pode ser usada como fonte de pesquisa se a tomarmos como um fragmento de realidade, um aspecto do passado, cuja decisão de registro e de fixação de certo dado foi uma opção do autor. Para tal, faz-se necessário levantar os diversos aspectos contidos na fotografia e sua contextualização, perceber os conteúdos subjacentes e os motivos para seu registro. O saber como, por que e para que algumas imagens foram construídas pode elucidar o seu sentido. Da mesma forma que, ao descobrir sua autoria, pode-se desvendar a visão de mundo do autor, da agência ou instituição, permitindo uma leitura crítica.

Assim, as imagens fotográficas permitem uma ampliação na visão dos pesquisadores, elas colocam em cena atores sociais em diferentes situações de atuação e permitem que se conheçam os cenários em que as atividades cotidianas desenvolveram-se, como também, a diversidade das articulações e das vivências dos atores sociais que atuaram em um determinado contexto sócio-

cultural. As fotografias poderão, sobretudo, servir como suporte para a memória coletiva desses atores, na medida em que registram cenas de um tempo passado que foram eternizadas no ato fotográfico, podendo ser transportadas para outras temporalidades, mediante uma mistura de passado e presente.

### 4.3 – Teóricos e Teorias da fotografia

"Fotografia é a mais mal entendida de todas as mídias modernas. Isso é particularmente grave se considerarmos que ela é a base técnica e conceitual de grande parte das mídias de nosso tempo (cinema, vídeo, televisão etc.). No último capítulo de meu livro *O Quarto Iconoclasmo*, dedicado ao exame da fotografia, defendo a idéia de que esse meio não tem nada de 'espelho do real'. Ele é um 'texto' como outro qualquer, que se constrói através de uma articulação simples ou sofisticada de seus elementos expressivos. Não há nem mais nem menos 'manipulação' numa foto (e, por extensão, num documentário, numa imagem de telejornal) do que num texto jornalístico, numa pesquisa de sociologia ou num tratado de filosofia. Isso não quer dizer que não exista uma 'verdade', um "fato" do qual buscamos nos aproximar, seja fotografando, seja verbalizando, mas essa aproximação só pode ser uma construção, necessariamente coletiva, que se dá num amplo processo de negociação entre os sujeitos sociais." (entrevista de Arlindo Machado ao *Jornal da USP*, de 2001; apud PEREIRA, 2008:01)

No Brasil a fotografia surge como objeto de pesquisas científicas a partir da década de 1960, com importantes trabalhos como o de Boris Kossoy que faz uma abordagem histórica da fotografia no Brasil e “A ilusão especular” de Arlindo Machado, no qual o autor contrapõe a idéia da imagem fotográfica enquanto reflexo da realidade, ao afirmar que toda linguagem fotográfica é construção e, conseqüentemente matriz ideológica de classe. Nas palavras do autor:

“se é verdade que os critérios de imitação do mundo visível pelos signos figurativos são decorrência da história do grupo social que os pratica e se vê e vê o que representa a partir de certos pressupostos gnosiológicos que conformam o seu modo particular de se impor na sociedade, então o exame detalhado do código da fotografia e de seus sucedâneos deverá revelar – esperamos – a estratégia operativa da burguesia ascendente que o inventou” (MACHADO, 1987: 20).

Neste sentido, é importante percebermos que entre o leitor e o autor de imagens fotográficas há um campo de intencionalidade impossível de ser registrado, mas que impregna o acontecimento, e, por conseguinte a própria imagem, assim o que emerge das fotografias é resultado da impossibilidade de redução, sendo sempre possíveis novas formas de interpretação e criação que alimentam e reciclam as leituras do mundo. Tal necessidade interpretativa é reafirmada pelas palavras de Kossoy (1999):

“A imagem fotográfica é fixa, congelada na sua condição documental. Não raro nos defrontamos com imagens que a história oficial, a imprensa, ou grupos interessados se encarregam de atribuir um determinado significado com o propósito de criarem realidades e verdades. Cabe aos historiadores e especialistas no estudo das imagens, a tarefa de desmontagem de construções ideológicas materializadas em testemunhos fotográficos”. (KOSSOY, 1999: 55).

Devido a isso, para interpretar uma fotografia é necessário utilizar enquanto método “a imaginação e os sentimentos como campos que tecem o itinerário argumentativo do conhecimento”, pois “a memória contida nos dados materiais só é passível de ser acionada quando permite que uma rede de sentidos, olhar, desejos, emoção, possam vir à tona borrando a exatidão disponível na fotografia” (DANTAS, *apud*, BORGES, 2001).

A imagem fotográfica, como qualquer documento, está aberta a diversas interpretações e leituras, dependendo das informações do expectador, assim como suas opções teórico-metodológicas. O autor de “Realidades e ficções na trama fotográfica”, Boris Kossoy (1999), apresenta a noção da fotografia como portadora de duas realidades: a primeira realidade seria a realidade visível, o próprio conteúdo da imagem, o testemunho. A segunda é invisível, é intuída, precisa ser reconstruída com a história do tema e da gênese da imagem no espaço e no tempo. A imagem contém informações fora de sua mera aparência, passando pela construção de ficções. Para ele as fotografias: “nos mostram um fragmento selecionado da aparência das coisas, das pessoas, dos fatos, tal como foram (estética/ideologicamente) congelados num dado momento de sua existência/ocorrência” (KOSSOY, 1999:21).

A partir do exposto, consideramos, portanto, que, quando se pretende a descrição de uma imagem, a interpretação representa menos o que é a imagem e mais o que se pensa dela. O momento do registro e o recorte da realidade a ser registrado é que marcam a visão de mundo de quem a fez ou encomendou a fotografia.

Importando a teoria interpretativo-cultural de Clifford Geertz (1997), para o universo da extensão rural mineira, é preciso considerar um enfoque que privilegie a interpretação dos fatos culturais, inseridos em um contexto maior de análise das relações sociais para então procurar uma possível utilização dos dados aferidos no campo visual da extensão rural.

Da Matta, citado por Paniago;1993, afirma que o homem vive em situações, mas essas situações formam ordens e estruturas que as culturas partem e repartem de acordo com o código que “escolhem” para dar sentido a sua “identidade”. É nesse sentido que podemos considerar as fotografias da Revista Extensão Rural em Minas Gerais como códigos utilizados pela instituição EMATER-MG como forma de veicular sua visão de mundo sobre o espaço rural e demarcar a sua identidade institucional e do grupo de extensionistas a ela ligados.

Dentre os autores que debatem a imagem fotográfica como forma de representação, cabe ressaltar a importância das contribuições de Maria Ciavatta, em seu livro “O mundo do trabalho em imagens” (2002). A obra é resultado de vários anos de pesquisa e de debates sobre a questão do trabalho e de seu sentido na construção da história, de sua relação com a educação, do desafio de lidar com as fontes escritas, orais e iconográficas. Trata-se de apreender, no ambiente do trabalho, os vínculos mediatos e imediatos da fotografia com uma totalidade histórica. Para a autora, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho e, mais amplamente, pela cultura, a própria existência. Assim, pesquisar o mundo do trabalho é em última instância buscar entender como os seres humanos, em tempos e espaços diversos, produzem as suas próprias condições de existência no plano simbólico. Ela explicita que nas representações elaboradas pelos fotógrafos é possível compreender as formas e os motivos que traduzem as posições e interesses de determinados grupos sociais. Segundo Ciavatta, as representações fotográficas descrevem a sociedade tal como pensa que é, ou como gostaria que fosse. Assim, transportando a idéia de Ciavatta ao contexto institucional da Revista Extensão Rural em Minas Gerais:

“o Estado se coloca como uma agência que produz imagens privadas que se tornam públicas para a produção do poder simbólico, e imagens públicas que se tornam privadas, à medida que são apropriadas como signos de distinção social, pela classe dominante (ou frações da mesma) que exerce o poder político de fato” (CIAVATTA, 2002; 26).

Chartier, citado por Ciavatta (2002), considera que todas as representações visam fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência da representação, isto é, que a

coisa não exista a não ser no signo que a exhibe, sendo que [...] “a relação de representação é assim confundida pela ação da imaginação, que faz tomar o logro pela verdade, que ostenta os signos visíveis como provas de uma realidade que não o é” (CHARTIER, *apud*, CIAVATTA, 2002: 21-22).

É importante lembrar que o documento fotográfico, como qualquer outro tipo de documento, não é uma matéria inerte através da qual o pesquisador tenta reconstruir o que os homens fizeram ou disseram, mas possibilita definir, no próprio espaço documental, unidades, conjuntos, séries, relações. Não importa, portanto, determinar se a fotografia diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo sobre determinado tema, mas, organizar, recortar, distribuir, ordenar em séries, distinguir o que é pertinente do que não é, identificar elementos e descrever relações.

A interpretação da imagem fotográfica foi também uma preocupação presente na obra de Mirian Moreira Leite (1993). A pesquisadora identifica duas correntes historiográficas: uma considera que o documento fala e que a imagem fotográfica transmite clara e diretamente informações; a outra corrente concebe as imagens fotográficas enquanto representações que aguardam um leitor para decifrá-las. Neste sentido, a autora observa que a bibliografia a respeito da interpretação da fotografia não é extensa e que muitos trabalhos se detêm na história da técnica, na biografia dos fotógrafos e na multiplicação da arte fotográfica. Raros são os estudos do significado e do conteúdo cultural da imagem.

Ivo Canabarro (2005), em seu artigo “Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações”, explica que para se trabalhar com representações visuais como objeto de pesquisa, uma das possibilidades seria a aproximação com a história cultural, pois esta se constitui em uma tendência privilegiada para os estudos sobre representação. Assim, seguem-se algumas formulações discutidas por Chartier (1989) que se propõe a discutir a importância da representação para o entendimento do universo cultural. O seu artigo “O mundo como representação (1989)” representou um verdadeiro manifesto para os pesquisadores que trabalham com cultura e representações. Para Chartier, o conceito de representação pode ter dois sentidos quase opostos. Primeiro, a representação como substituição por uma forma de representar a ausência. Segundo, a representação como exibição, demonstração, adição, a representação e o representado, exibição de poder e de identidade. A história cultural trabalhada por Chartier é uma modalidade que procura entender a produção de sentido das palavras, das imagens e dos símbolos e busca a reconstrução das práticas culturais em termos de recepção, de invenção e de

lutas de representações. Trabalha também com as diferentes formas de apropriação dos discursos, de textos (verbais e não-verbais) e da produção do sentido, sendo este diferenciado pelas posições que atores ocupam socialmente. Nesta perspectiva, mostram algumas dependências da vida cultural, que aparecem nas diferentes formas de apropriação, mediadas pela representação.

“Para quem busca compreender como se escreve a história, todos os conjuntos de fenômenos que constituem a cultura histórica de uma época se tornam importantes e entre os fenômenos mais intrigantes está a imagem fotográfica. Não como uma esfinge que pede para ser decifrada, mas, como algo que suscita diálogos” (CIAVATTA, 2002: 69-71).

A construção do conhecimento a partir da linguagem fotográfica é perfeitamente possível, desde que se respeite e interprete a subjetividade inerente à fotografia. A fotografia, apesar de sua aparência objetiva, possui uma subjetividade duplamente mediada, seja na sua concepção material, seja na sua concepção ideológica.

Nesta perspectiva, Ana Maria Mauad (1996), considera que a fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto o local que ocupam no interior da própria imagem:

“[...] estabelecem-se, assim, não apenas uma relação sintagmática, à medida em que veicula um significado organizado, segundo as regras de produção de sentido nas linguagens não-verbais, mas também uma relação paradigmática, pois a representação final é sempre uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis” (MAUAD, 1996:07).

Seguindo o arcabouço teórico de Mauad (1996), é preciso ficar claro que a competência do autor de uma fotografia corresponde a do leitor, cuja exigência mínima é saber que uma fotografia é uma fotografia, ou seja, o suporte material de uma imagem. Na verdade é a competência de quem olha que fornece significados à imagem. Essa compreensão se dá a partir de regras culturais, que fornecem a garantia de que a leitura da imagem não se limite a um sujeito individual, mas que acima de tudo seja coletiva.

“A idéia de competência do leitor pressupõe que este mesmo leitor, na qualidade de destinatário da mensagem fotográfica, detenha uma série de saberes que envolvem outros textos sociais. A compreensão da imagem fotográfica, pelo leitor/destinatário, dá-se em dois níveis, a saber: nível interno à superfície do texto visual, originado a partir das estruturas espaciais que constituem tal texto, de caráter não-verbal; e nível externo à superfície do texto visual, originado a partir de aproximações e inferências com outros textos da mesma época, inclusive de natureza verbal. Neste nível, podem-se descobrir temas conhecidos e inferir informações implícitas” (MAUAD,1996 : 09).

No caso de uma instituição como a EMATER-MG, que conta com um rico acervo fotográfico de suas ações extensionistas, importa nesta pesquisa investigar as narrativas e os recortes da realidade que os extensionistas rurais fizeram e que as fotografias encerram. Interpretar as representações fotográficas, seus significados, suas tramas, realidades e ficções, bem como as finalidades para as quais foram produzidas é a tarefa fundamental a ser empreendida nesta pesquisa.

## **5 - FOTOGRAFIAS E REPRESENTAÇÕES NA REVISTA EXTENSÃO RURAL EM MINAS GERAIS**

### **5.1 - Metodologia da pesquisa**

“O conhecimento das imagens, de sua origem, suas leis é uma das chaves de nosso tempo. É o meio também de julgar o passado com olhos novos e pedir-lhe esclarecimentos condizentes com nossas preocupações presentes, refazendo uma vez mais história à nossa medida, como é o direito e dever de cada geração”.

Pierre Francastel

A pesquisa desenvolvida abrangeu os 60 anos de extensionismo rural praticado em Minas Gerais, porém como ponto de partida para as análises fotográficas, foi selecionada a data de 1962, ano da publicação da primeira edição da Revista Extensão Rural em Minas Gerais, observando a partir das capas, entre os anos de 1962 a 2008, as representações do meio rural, construídas pelos técnicos da EMATER-MG, ao longo do tempo. Em função disso a pesquisa iconográfica abrangeu 46 anos de publicações.

Para delimitação do objeto empírico utilizamos o montante de 130 edições da Revista Extensão Rural em Minas Gerais, contudo, tendo em vista o número variado de exemplares encontrados, referentes a cada década, a delimitação da quantidade de capas a serem analisadas em cada década obedeceu ao seguinte critério de proporção: a quantidade de capas de revistas a serem analisadas será determinada levando-se em consideração a quantidade de edições desta década, em relação à quantidade total de revistas. Assim décadas com maior quantidade de exemplares terão um número maior de capas analisadas do que décadas com número menor de revistas.

A década de 1960 possui 20 capas de revistas, o que corresponde a 15 % do total de 130 exemplares. Para análise fotográfica foi selecionada a alíquota de 50 revistas que abrange todo o período estudado. Neste sentido serão analisadas 8 capas de revistas na década de 60, em relação a amostra de 50 capas estabelecidas.

Já a década de 1970 possui 38 capas de revistas, que corresponde a 29% do total de exemplares, definindo o número de 15 capas a serem analisadas nesta década. Na década de 1980 temos o número de 40 capas de revistas, o que corresponde a 31% do total de exemplares,

ficando assim estabelecido 16 capas a serem analisadas. Da mesma forma para a década de 1990, temos 23 capas de revistas, que somam 18% do total, estabelecendo-se 9 capas para análise. E por último a década de 2000, a menos representativa entre elas, que possui 9 capas de revistas, que representam 7% do total de exemplares, ou seja, 4 capas a serem analisadas nesta última década em estudo.

Desta forma, de um total de 130 exemplares, analisamos 52 capas de revistas, observando-se que, para a seleção das capas a serem analisadas em cada década, foi utilizado como critério as principais temáticas, expressas nos gráficos construídos mais adiante. Ou seja, escolhemos as capas mais representativas enquanto testemunhos das atividades extensionistas em Minas Gerais. Para tanto a metodologia para a coleta de dados consistiu nas seguintes etapas:

1- Pesquisa documental, composta por:

- Documentos institucionais depositados no Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da EMATER- MG: (Relatórios, atas, cartas, textos, cartilhas, folders, livros, folhetos etc.).

2 – Pesquisa iconográfica:

- Fotografias institucionais, depositadas no Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da EMATER- MG. Para isto foi necessário a pesquisa e seleção das fotografias e em seguida realizado o processo de digitalização das imagens. A digitalização dos documentos e fotos foi executada utilizando-se o próprio processo fotográfico. Descrição dos equipamentos que foram utilizados no processo de digitalização:
  - Câmera digital profissional DSLR, modelo Canon 50 D, 15.1 megapixels.
  - Objetiva Canon 18-200 mm, modelo da série EF, ultrassônica com estabilizador de imagem IS.
  - Flash profissional Canon, modelo 580 EX II, dedicado E-TTL.
  - Cartão de memória Sandisk, 8 GB Ultra.
  - Tripé fotográfico Wellgo W-330.

As fotografias das capas digitalizadas, no total de 130 edições, encontram-se no Anexo desta dissertação.

3- Entrevistas:

Como suporte à análise fotográfica, também foi realizadas entrevistas com os extensionistas que trabalham ou trabalharam na instituição, com os responsáveis pelo Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da EMATER- MG, para esclarecer fatos históricos e obter dados sobre o contexto das fotografias e sobre o aparato institucional criado para o setor de Comunicação Rural, particularmente no que se refere à elaboração, tratamento e divulgação de imagens. (Figura-1)

#### 4- Pesquisa Bibliográfica:

Por fim, todo trabalho foi embasado por uma ampla pesquisa bibliográfica, trazendo as principais contribuições dos diversos autores que discutem a extensão rural e a comunicação, como também os teóricos que se propõem a pensar novas metodologias de análises fotográficas, notadamente no âmbito das Ciências Sociais. Essa pesquisa tem um caráter interdisciplinar, aliando os referenciais teóricos e conceituais da Antropologia e da Comunicação, fundamentais para a análise dos dados coletados.



Figura 1 - Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da EMATER- MG. Fonte: Dados de campo, Rodrigo Carvalho Gonçalves, 2011/2012.

## 5.2 - O mundo rural e a prática extensionista através das fotografias

No sentido de nortear de forma mais organizada a análise das fotografias das capas das revistas Extensão Rural em Minas Gerais, foram estabelecidas seis temáticas de observação: 1- Pessoas e reuniões, 2- Animais, plantas e produtos, 3- Casas e benfeitorias, 4- Máquinas, insumos e ferramentas, 5- Paisagens, 6- Formas e desenhos.

Partindo dessa divisão temática criou-se uma tabela no Excel para a construção de gráficos que pudessem ilustrar alguns resultados. Foi criado um gráfico para cada década, no sentido de visualizar de forma separada as temáticas que mais aparecem ao longo dos anos de atividade extensionista da EMATER-MG, como também um gráfico geral, para que se possa entender a análise em um nível mais amplo.

### 5.2.1 – A década de 1960

Analisando o gráfico-1, referente à década de 1960 observamos que 1-pessoas e reuniões foi a temática que mais ocorreu nas capas da revista, seguido de 2-animais e plantas. A ocorrência destas temáticas, nesse primeiro momento, é entendida pelo fato de as ações extensionistas estarem voltadas a uma espécie de assistencialismo, ao que Rodrigues (1997) chamou “Humanismo Assistencialista”, que pretendia “ajudar as famílias a ajudarem a si mesmas”. O autor explica:

“Nestas condições, o governo deixava o serviço de extensão rural à vontade para desempenhar as suas atividades no meio rural de acordo com os princípios que lhe deram origem, à imagem e semelhança da experiência norte-americana. Estas atividades conformavam um conjunto de práticas que certamente convinham à legitimação do Estado no meio rural, onde a sua presença direta não se fazia muito regular” [...] em um período em que o Estado brasileiro ainda não despertara para o potencial produtivo da agricultura em termos de capitalização e pelo uso intensivo de tecnologia” (RODRIGUES, 1997:121).

Sendo assim percebemos que, desde o início era interesse da instituição, divulgar através destas primeiras revistas publicadas, uma imagem que elevasse a credibilidade da mesma. O meio encontrado foi descaracterizando o meio rural, através da imagem do produtor rural como atrasado e carente de uma série de transformações a princípio urgentes e necessárias, tais quais as

propostas ofertadas pela instituição. O fato de a categoria 1- Pessoas e reuniões ser preponderante nesse período pode ser interpretado pelo objetivo estatal de se fazer presente no meio rural através dos extensionistas. Além disso, as reuniões indicam a prática extensionista pelo viés da comunicação e da educação, transmitindo um sentido de difusão de novos conhecimentos.

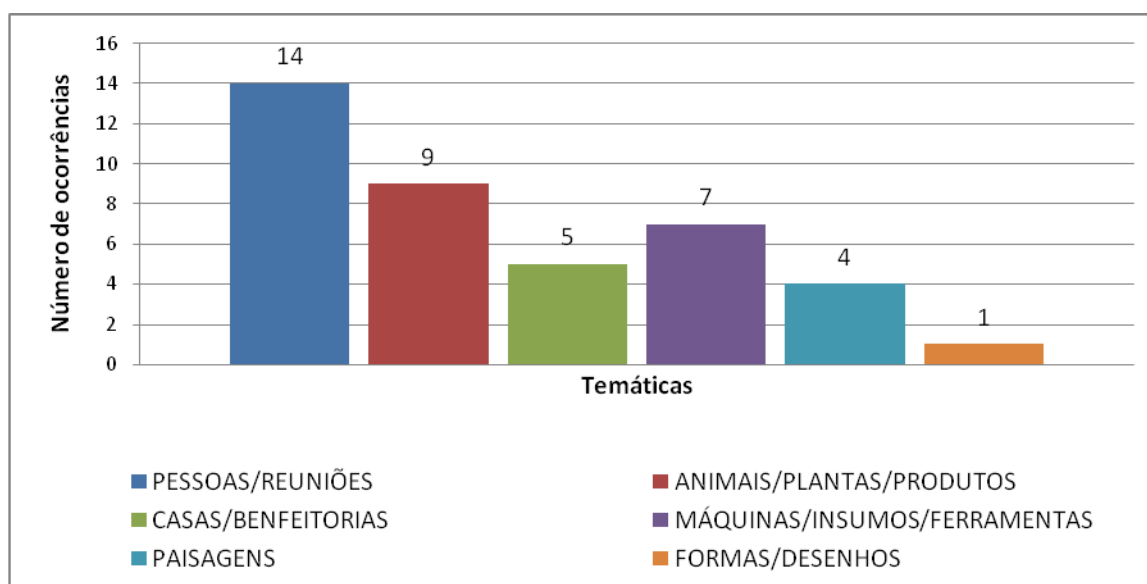


Gráfico 1: Frequência de temáticas na década de 60. Fonte: Dados de campo, 2011/2012.



Figura 2 - 1964

As duas primeiras edições da revista não contêm fotografias, mas já a partir da terceira edição (1964), a fotografia aparece e nela já observamos o espaço rural sendo representado. No primeiro plano a silhueta de uma árvore e logo ao fundo as montanhas e campos, que ilustram objetivamente o que se pretendia tratar no interior da revista, o meio rural. Aparentemente de caráter bucólico, a imagem mostra ao fundo uma vastidão espacial e paisagística, indicando um mundo amplo e aberto ainda por ser domesticado. Em constância com a tendência majoritária dessa década, que

privilegia a presença de pessoas no campo, esta capa, especificamente, sugere que a presença dos extensionistas remete-se também a intervenção e modificação da paisagem através da ampliação das áreas cultivadas, opondo-se a imagem de um campo não cultivado.

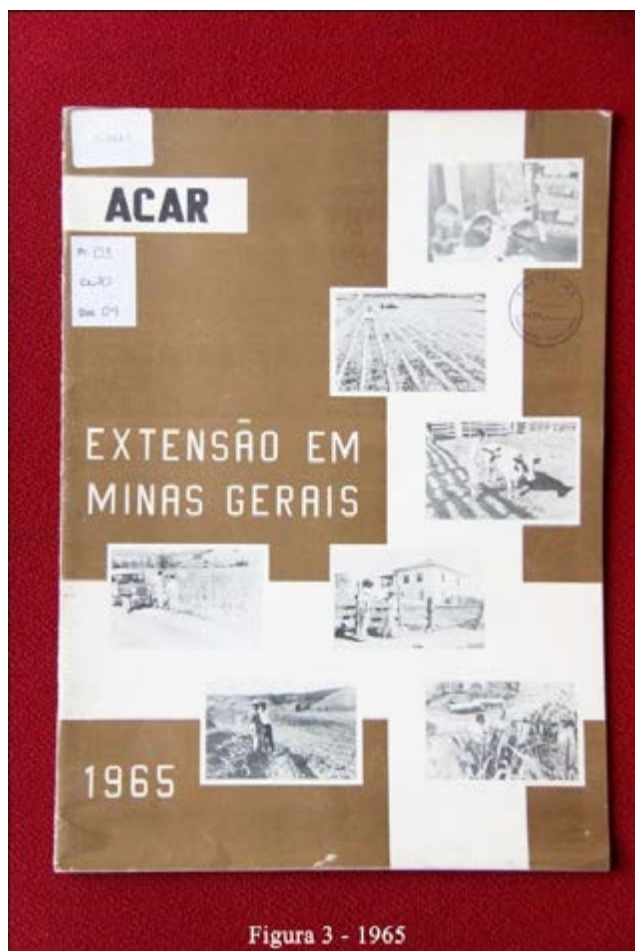


Figura 3 - 1965

Na capa da edição de 1965 observamos mais intensamente os aspectos da extensão rural mineira, representados na capa por um conjunto de sete fotografias. Nesta capa percebemos a presença de cinco das seis temáticas estabelecidas para a análise (apenas 6- Formas e desenhos não aparecem). Nestas fotografias, já encontramos a personagem extensionista, mostrada em trabalho de campo, orientando mulheres nas atividades domésticas, a partir de uma educação conceituada pelo sistema de extensão rural como informal. Também observamos a temática 2-Animais, plantas e produtos, na fotografia de lavouras e currais, em fase de reforma, ou já modificada pelas primeiras ações extensionistas. Isso elucida o

interesse da revista em demonstrar não só as atividades educativas do projeto de extensão, mas também as transformações concretas que já ocorriam no meio rural mineiro. Como por exemplo, observa-se a presença da terceira temática 3- Casas e benfeitorias, onde visualizamos uma propriedade rural com arquitetura moderna se comparada às moradias tradicionais construídas com materiais locais, da época. Assim fica evidente que o projeto extensionista dos anos 60 também tinha como foco o lar, no sentido arquitetônico, induzindo toda a família em busca de conforto e modernidade. Vale lembrar que após o golpe militar de 64, houve forte incentivo para a urbanização e industrialização do campo, o que reflete inclusive no acesso das populações rurais aos materiais da indústria de construção civil e aos eletrodomésticos.



Figura 4 - 1966

Já na capa da edição de 1966 fica evidente o discurso proposto pela ação extensionista, até então entendida como “educativa informal”. Visualizamos nesta fotografia a figura do extensionista em uma grande lavoura, acompanhado atentamente por um agricultor, o que nos leva a pensar que era exatamente esta a postura que a ACAR esperava do seu público alvo, ou seja, os agricultores que se interessassem pelos ensinamentos dos extensionista teriam maiores chances de progredirem com suas produções. Nesse sentido Queda explica:

“Sendo a Extensão Rural um trabalho de natureza educacional é preciso reconhecer, por isso mesmo, que toda educação é um ato político, no sentido de que é preciso preservar e reconstruir uma ordem econômica,

política e ideológica em uma dada sociedade. Conseqüentemente, a educação não é neutra. A Extensão Rural possui, evidentemente, uma interpretação da realidade e essa neutralidade somente seria possível se fosse descartada a concepção de uma sociedade de classe. Procurando ocultar a dimensão político-social e ideológica do seu projeto educacional a Extensão Rural reduz os processos educacionais a uma questão essencialmente “metodológica”, técnica e administrativa. A ênfase na chamada “metodologia extensionista”, (...) procura atribuir ao projeto extensionista uma certa racionalidade técnica acompanhada da neutralidade científica” (QUEDA,1987:109).

Nota-se então a utilização da fotografia como objeto de propaganda das ações extensionistas, que até mesmo antes da existência da revista, em seus relatórios, vinham repletos de fotografias, principalmente das atividades realizadas em campo, mostrando o antes e o depois das visitas e instruções dos técnicos extensionistas aos agricultores. Segundo José Paulo Ribeiro, extensionista há 60 anos, em entrevista:

“Tudo começou com Mr.Crowford e Mr. Apodaca, que passaram a utilizar este material nos primeiros relatórios da instituição, no final da década de 40 e no início dos anos 50. Posteriormente, diversos fotógrafos passaram pela Acar, com destaque ao José

Nicolau, que trabalhava na revista O Cruzeiro, ele se destacou por ter um olho clínico para tirar fotografias das atividades de extensão, escolhendo os melhores ângulos e valorizando intensamente o trabalho dos extensionistas”. (RIBEIRO, entrevista, pesquisa de campo 2011).

O melhor ângulo, nesse caso, mostra o campo por seu viés econômico, do trabalho e da produtividade.

Na edição de 1967, percebemos a continuação da proposta de capa anteriormente analisada. Agora reafirmando a postura do “novo” agricultor (inteligente), atento às inovações técnicas que

estavam sendo trazidas ao meio rural, como também reforça o caráter de ação educativa, proposto nesse primeiro momento, mas já vinculado ao crédito rural supervisionado, que era uma nova modalidade de crédito, que estabelecia como garantia de pagamento dos empréstimos, o acompanhamento técnico de um agrônomo.

Na capa de 1967, figura- 6, observamos a fotografia de uma reunião de políticos condecorando a participação dos jovens do Clube 4-s. Essa fotografia pode representar a vinculação do projeto extensionista à imagem de poder que se relaciona a política e aos políticos, o que confere um enaltecimento e até mesmo credibilidade ao trabalho que estava sendo realizado. Envolver a juventude rural nas atividades da instituição foi um importante

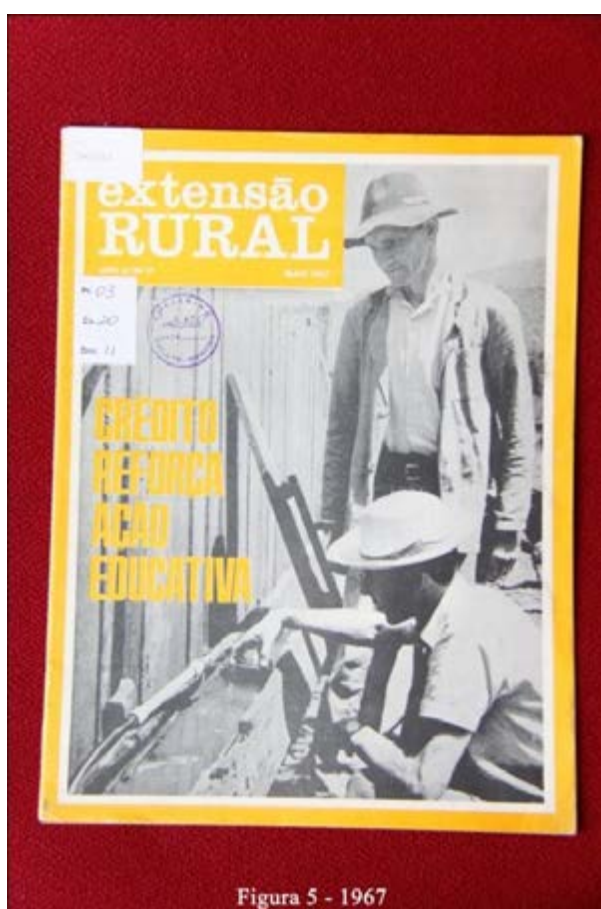


Figura 5 - 1967

aspecto do sistema não só em Minas Gerais como no Brasil, visto que foram criados projetos especialmente voltados a este público, como também verificado pela sua constante presença nas capas da revista, durante esta década. O Clube 4-S partia do pressuposto de que os jovens são “naturalmente” receptivos às idéias de mudança e as novas tecnologias. Eles seriam, nessa visão, as frentes de inovação comportamental do meio rural. O projeto extensionista visava, então,

trazer a modernidade aos jovens, fazendo com que eles ficassem mais próximos de um estilo de vida urbano, procurando-se interromper ou diminuir o êxodo juvenil rumo às cidades.

A edição posterior, do mesmo ano, destaca novamente a presença dos técnicos extensionistas em plena atividade de campo, observados pelos agricultores e jovens. Interessante notar as roupas dos agricultores, todos arrumados para a fotografia. Também foi pouco antes desse momento que se promulgou diversas leis que estabeleceram a regulamentação dos créditos rurais, uma delas, a circular número 8 do Banco Central do Brasil, que obrigou em Minas Gerais, todos os bancos a assumirem convenio com a ACAR para esta finalidade. Nesse sentido Ribeiro explica:

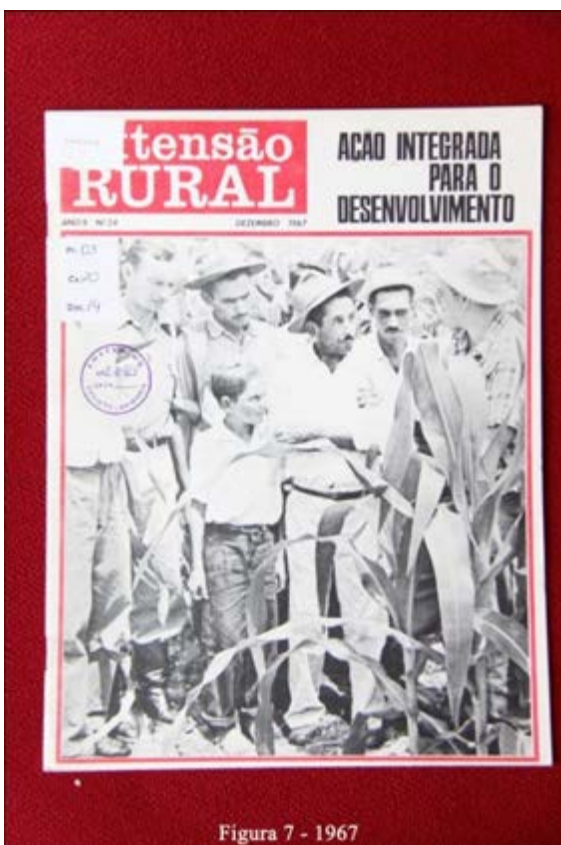


Figura 7 - 1967

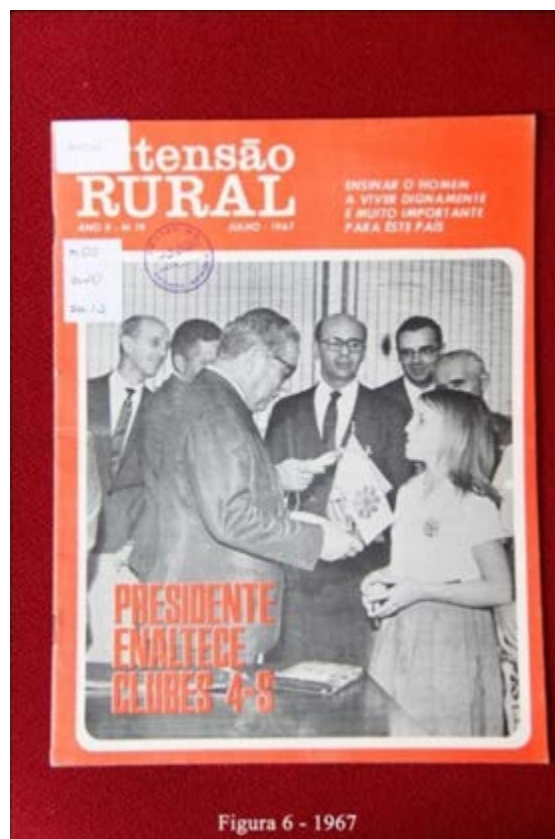


Figura 6 - 1967

“(…) existia uma divisão de informação responsável pela escolha e publicação das imagens, às vezes nós podíamos opinar, mas em geral eles já sabiam o que fazer com o material fotográfico produzido. Era tudo sacramentado nas fotografias. Mostrávamos a casa velha, e depois mostrávamos a casa nova depois do uso do crédito”. (RIBEIRO, entrevista, pesquisa de campo, 2011)

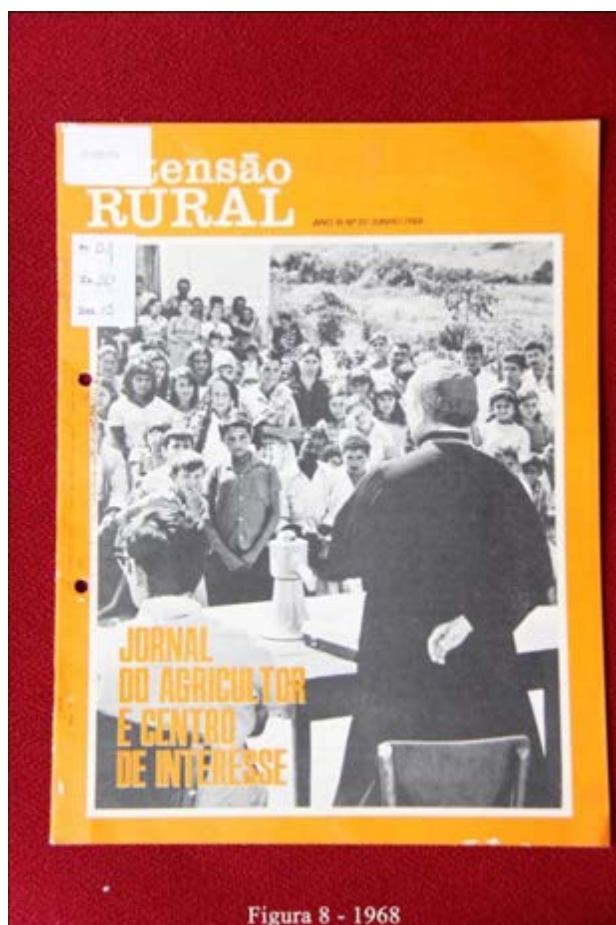


Figura 8 - 1968

Cabe na análise da capa de 1968, questionarmos a presença de um padre abençoando novos equipamentos, apresentados nas comunidades rurais, como também entender que a ação extensionista de certa forma foi respaldada pelo poder simbólico da igreja, que nos primeiros momentos, como descrito por antigos extensionistas, também exerceu forte influência nas comunidades para que a população rural aceitasse, ouvisse e participasse das reuniões organizadas pela ACAR. Também é evidente nesta fotografia que um número maior de pessoas estava integrado as reuniões promovidas, dentre elas, homens, mulheres, jovens e crianças. A

instituição expandia cada vez mais a sua atuação. Almeida explica a relação entre a ação extensionista e o público alvo:

“É interessante observar a relação entre o público e o trabalho de extensão, visto que o grau de instrução do público era bem baixo, com isso era necessário mostrar a coisa o mais real possível, fazer com que as pessoas entendessem e fizessem o mesmo, adotassem as inovações. Era também necessário que se registrasse o que se estava fazendo, já que o governo estava investindo e cobrava uma contrapartida, assim ela teve um papel fundamental, mostrando as diferenças regionais, os perfis, ações e trabalhos” (ALMEIDA, entrevista, pesquisa de campo, 2011).

A figura-8 permite perceber que, além das reuniões, havia outros momentos da Extensão que podiam ser ritualizados, nesse caso, com apoio institucional da Igreja. Nessa imagem, em particular, fica implícito que a Extensão, com seu projeto modernizante, buscou apoio em instituições mais tradicionais, já referendadas e com maior credibilidade junto à população rural.

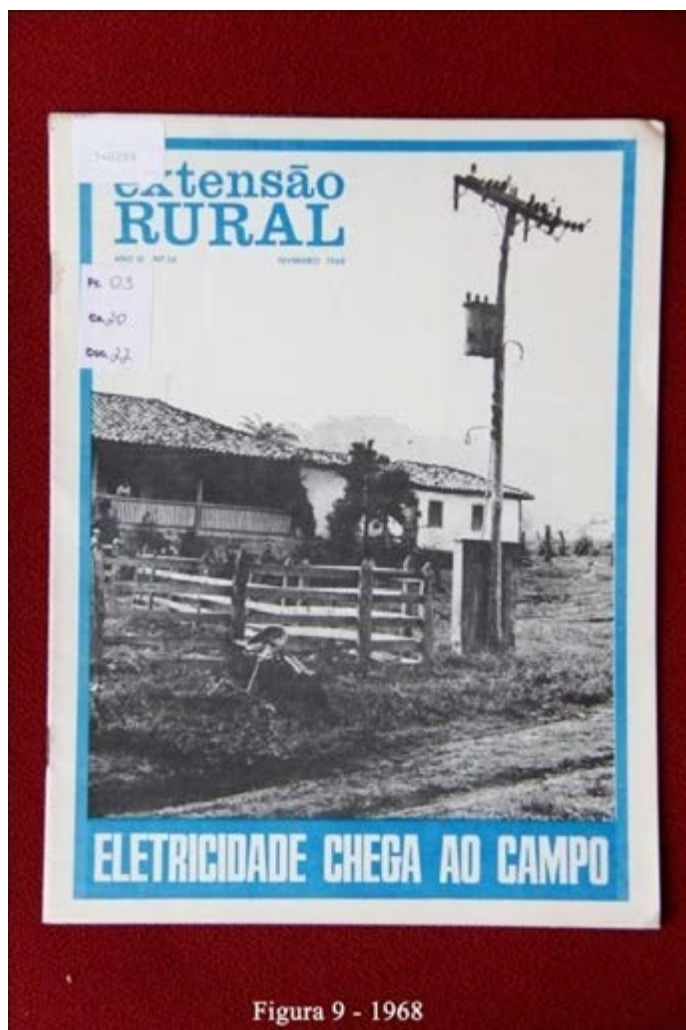


Figura 9 - 1968

facilitaria a vida dos extensionistas que não precisariam mais carregar o gerador nas suas visitas de campo, prática comum nesta década. Ribeiro destaca que essa conquista facilitou o próprio processo pedagógico:

“(…) os recursos audiovisuais estiveram sempre presentes, desde o início, com destaque para o projetor de cinema, que era operado por Geraldo Hertz, que também foi largamente utilizado e de forma pioneira, já que levávamos o projetor e o gerador no *jeep* e passávamos os filmes em distantes locais” (RIBEIRO, entrevista, pesquisa de campo, 2011).

A fotografia, bem enquadrada, com um contraste mais acentuado, mostrando uma propriedade rural, um poste e o transformador de energia em destaque, ilustra bem a imagem que a instituição pretendia transmitir, uma idéia de progresso, desenvolvimento de uma instituição a frente de seu tempo, como vemos na figura- 9.

O projeto extensionista foi tão ambicioso quanto ao seu estabelecimento e aceitação no meio rural brasileiro, que uma das ações dos técnicos foi possibilitar, com apoio técnico, que a eletricidade chegasse ao máximo de propriedades rurais, obviamente apoiados pelas políticas governamentais da época, que necessitavam de consumidores dos produtos da industrialização implantada no país. Além disso, esta eletricidade que chegava ao meio rural mineiro futuramente iria subsidiar a manutenção do uso de insumos, máquinas e equipamentos ofertados nos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, vale destacara que a eletricidade também



Figura 10 - 1969

Consideramos a fotografia da capa de 1969 emblemática, não só por fazer apologia ao uso de defensivos agrícolas, como também pela própria proposta de utilizar um avião para a execução do serviço. Quando foi pensada, a princípio a Extensão Rural deveria atender aos agricultores rurais isolados, analfabetos, empobrecidos, e neste momento da fotografia nos deparamos com um grande contraste, ao propor o uso de tal equipamento de custo elevadíssimo e de difícil acesso, ainda mais no contexto da época. Eletricidade e avião são, portanto, os grandes ícones da modernidade tecnológica. A frase da capa da figura- 10 indica não apenas o fato óbvio da aspersão aérea, mas

também que o esforço para a obtenção dos resultados poderia ser enormemente diminuído, como passe de mágica. Além disso, numa interpretação mais arriscada, não podemos deixar de entrever uma conotação religiosa na menção ao céu.

Cabe neste momento da análise fotográfica, observar a evolução da ocorrência das temáticas do gráfico, já que nas primeiras capas de revistas publicadas, percebemos a maior presença da categoria 1-Pessoas e animais, e já no final da década, apareceram mais fotografias de benfeitorias, de equipamentos e máquinas, o que concorda com o gráfico, que aponta a temática 4- Máquinas, insumos e ferramentas, como a terceira de maior incidência.

### 5.2.1 – A década de 1970

Na década de 1970, observamos uma continuidade das temáticas em relação à década anterior, destacando-se um aumento da frequência de ocorrência da temática 6-Formas e desenhos, visto que a partir desta década a revista se torna mais periódica e novas preocupações começam a surgir, como a composição gráfica.

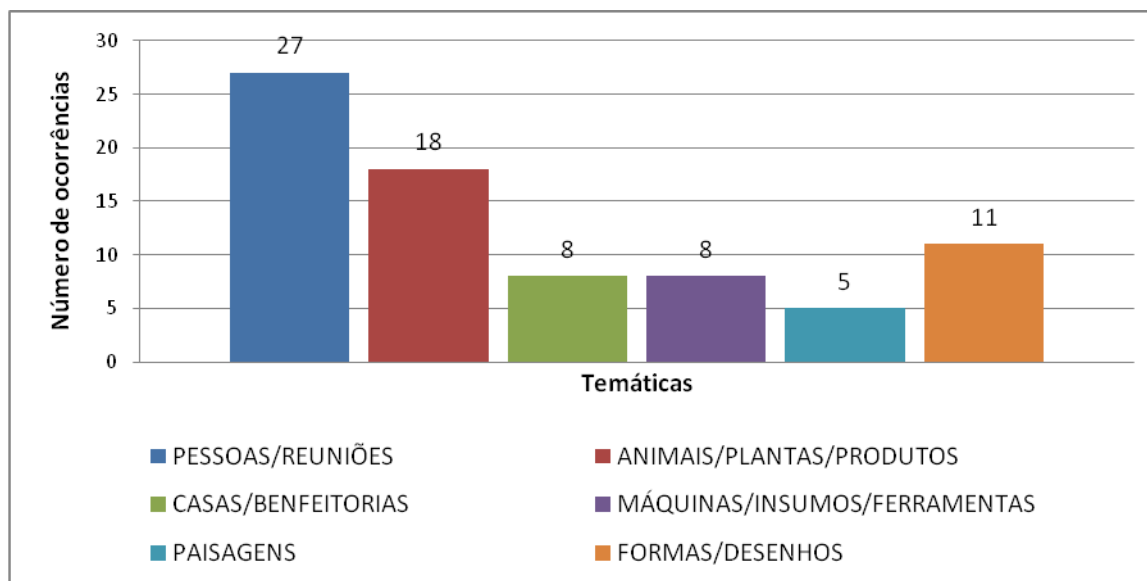


Gráfico 2: Frequência de temáticas na década de 70. Fonte: Dados de campo, 2011/ 2012.

A primeira edição da década de 70 mostra novamente os técnicos extensionistas acompanhados dos agricultores, retornando a linha de fotografias escolhidas para as capas das primeiras revistas publicadas. Porém é muito interessante observarmos que a partir de agora os agricultores ou técnicos aparecem sempre portando equipamentos, em destaque na foto dessa edição, o uso da mochila e do borrifador de agrotóxicos.



Figura 11 - 1970

Em entrevista com o extensionista Benjamim Salles Duarte, que trabalha na instituição há 42 anos, quando questionado se existia alguma política de imagem, produção fotográfica para determinado fim pedagógico, ou para determinado fim de divulgação externa ou demonstração do trabalho que estava sendo realizado, respondeu:

“Tais políticas eram abordadas nos Planos Diretores da Acar, de 1948. Elas tinham como objetivo buscar, naquela época, uma integração entre pesquisa, extensão e produção, sendo que no meio deste trio existia um projeto, que se chamava Bem-estar social. Então era uma idéia inovadora há 60 anos passados, pois não se olhava apenas a propriedade, mas também a família, não era somente fomento agrícola, que vigorava na época em que a questão da produção superpunha a questão da família dentro do espaço rural. Quando a Acar veio para o Brasil o mundo vivia um colapso

socioeconômico, a Europa dizimada, um pouco da África, diversos problemas com comida, problemas industriais, o Japão dizimado, e o que sobrou mais poderoso ainda foi os EUA, que detinha 50 % do PIB mundial. Os EUA deveriam socorrer a Europa (plano Marshall), totalmente industrializado, desenvolvendo tecnologia de ponta, e os outros países sofrendo os seus próprios problemas internos. Sedo assim o mundo voltou os olhos para a América Latina, ai surgiu a proposta de uma extensão rural com um olhar para a família, com uma política ainda incipiente. A visão extensionista vinha acoplada de algumas condicionantes, tecnologia, renda, bem-estar social. A renda muito focada em quatro tipos de crédito, o supervisionado, que atendia demandas da agricultura e pecuária, mas também da família, credito orientado, juvenil e habitacional rural. Então tínhamos técnicos capacitados para acionar todos estes créditos, para atender todos os aspectos do extensionismo, sendo assim esta empresa já nasceu



Figura 12 - 1972

inovadora. Assim, você pode notar os efeitos que tinha esta política na qualidade de vida das famílias assistidas. Foi uma empresa inovadora também no aspecto de como trabalhar com a família rural. Estávamos trazendo de certa forma uma doutrina, uma visão de um país desenvolvido que precisaria ser adaptado a condições políticas, econômicas, sociais minimamente no Brasil, então foi preciso qualificar o extensionista para que ele pudesse trabalhar no meio rural. Estradas péssimas, poeira no verão, barro nas chuvas, eletrificação praticamente inexistente, um sistema de pesquisa agropecuário, que por mais esforço, ainda deixavam muitas perguntas sem resposta, o nível cultural dos agricultores. Sabe-se que a cultura tem profunda influência na adoção de inovação, os preconceitos rurais, que era necessário aprender a conviver como eles. Não existiam tantos meios de comunicação, exceto o rádio, que foi um grande instrumento da extensão rural. O Brasil era um país tradicionalista, pouco inovador, era um país resistente, éramos obrigados a fazer o estudo de realidade rural, em que se levantava todos os dados, em todos os

aspectos. Talvez até com certo amadorismo, talvez muito mais por amor do que por conhecimento neste tipo de assistência. Mas enfim o que quero dizer é que a empresa firmou uma filosofia. A empresa passou por muitas turbulências, mas a sua filosofia, o seu espírito nunca mudou, infelizmente ela dependeu de recursos federais, municipais, inicialmente internacionais, portanto mudanças ocorrem. Não se pode fazer um bom trabalho ignorando-se o poder político. Não se faz um trabalho sem o poder político. E toda inovação custa dinheiro, se você quer mudar é preciso pagar por isso. A inovação tem o custo da rotina mais x. A empresa atualmente tem a mesma logística de quando foi fundada. Atingimos 803 municípios, não tem nada igual no Brasil"! (DUARTE, entrevista, pesquisa de campo, 2011)

Na fala desse extensionista encontramos uma preocupação, revestida de heroísmo e certa abnegação, quanto aos resultados concretos do processo transformador da Extensão Rural, o que

marca as imagens fotográficas dessa década pela incorporação das tecnologias introduzidas pelo agrônomo e pela economista doméstica.

Aqui cabe fazer uma relação entre o aparecimento de fotografias de reuniões em campo, nas décadas de 1960 e 1970, já que a temática 1- Pessoa e reuniões está presente em muitas capas nestas duas décadas. Com efeito, era uma das metas do sistema de Extensão Rural estabelecer uma comunicação direta e objetiva com seu público alvo, como tratado no documento “A comunicação em um programa de extensão e crédito rural”:

“Extensão é educação e educação é comunicação; com isso queremos deixar bem clara a importância da comunicação no processo de desenvolvimento e a grande responsabilidade daqueles que trabalham ou venham a trabalhar como especialistas nesse assunto. A transferência de conhecimentos, envolvendo conceitos, normas e rotinas, do extensionista ao indivíduo ou grupo que se pretende educar, quando se cumpre programas de extensão rural, constitui prática indispensável para êxito do trabalho planejado”. (ABCAR, 1960:23)



Figura 13 - 1972

Assim, na capa de 1972 temos na fotografia a presença do educador técnico, a serviço do MOBREAL, que implementou um sistema de educação voltado às populações menos favorecidas no intuito de garantir o “letramento mínimo”. Era uma educação funcional que não considerava a educação como uma ferramenta de emancipação do homem, tampouco uma forma de atingir uma

independência crítica, mas sim uma educação tecnicista, onde o necessário era ler e escrever o mínimo, para assinar documentos, por exemplo, e as quatro operações básicas da matemática. Ou seja, a iniciativa ia ao encontro aos interesses do sistema político, com o qual o extensionismo colaborava.

“O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi um projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, e propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos, visando *"conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida"* (MENEZES, 2002:1).



Figura 14 - 1972

É notável a qualidade das fotografias nesse momento, com ângulos bem escolhidos e corretas exposições à luz, o que indica o profissionalismo técnico dos fotógrafos da instituição, bem como a intencionalidade em escolher certos aspectos em detrimento de outros. Também é importante destacar o aparecimento de equipamentos técnicos nas fotografias. Como exemplo, na fotografia a seguir, que mostra um pesquisador utilizando o balão meteorológico. A presença de equipamentos técnicos nas capas nos afirma mais uma vez a imagem pretendida pela instituição neste momento, em estreita

ligação às inovações tecnológicas, que eram então desenvolvidas nos institutos de pesquisas e universidades. Como afirmam Duarte e Soares:



Figura 15 - 1972

um momento de grande simbolismo, quando um político condecora agricultores jovens, que participavam dos Clubes-4-S.

Como observamos anteriormente, a prática de premiações aos jovens agricultores que se destacavam, fortalecia a imagem da instituição, tanto quanto respaldava as ações extensionistas efetuadas. Concordando com afirmação acima, Maurício Almeida engenheiro agrônomo pela UFV, ex-professor do CEE, e coordenador técnico da Emater há 20 anos, explica a preocupação da instituição em relação à produção fotográfica.

“É interessante observar a relação entre o público e o trabalho de extensão, visto que o grau de instrução do público era bem baixo, com isso era necessário mostrar a coisa o mais real possível, fazer com que as pessoas entendessem e fizessem o mesmo, adotassem as inovações. Era também necessário que se registrasse o que se estava fazendo, já que o governo estava investindo e cobrava uma contrapartida, assim ela teve um papel fundamental, mostrando as diferenças regionais, os perfis, ações e trabalhos”. (ALMEIDA, entrevista, pesquisa de campo, 2011)

“O procedimento era linear: os estudos científicos liberam pesquisas inovadoras no campo das tecnologias para o homem do campo, a Extensão Rural elabora a codificação das mensagens sobre tais idéias científicas e o agricultor adota o modelo. Seguindo as grandes escolas de comunicação, as mensagens agrícolas não poderiam deixar de seguir na direção da formação de opinião pública e da propaganda” (DUARTE; SOARES, 2011: 402).

Prosseguindo na análise fotográfica, percebemos que a partir das edições de 1972 começam a surgir novos layouts de capa, no caso da edição mostrada ao lado temos desenhos e formas misturados com fotografias. Porém, entendemos que a ênfase da capa ainda se concentra na fotografia, visto que ela representa



Figura 16 - 1973

Já na edição de 1973, as fotografias desaparecem, entrando em cena nas capas das revistas a temática 6- Desenhos e formas. Obviamente que estes desenhos e novas configurações não poderiam destoar demais das idéias apregoadas pelo extensionismo, desse modo observamos o formato de uma folha de planta, na capa dessa edição, o que remete à produção, era sempre estabelecendo algum elo de significados. Esse momento pode ser entendido pelo fato de que desde o início da extensão, a instituição contava em seu quadro de profissionais, com competentes artistas gráficos e desenhistas, que no início vieram dos EUA para trabalharem na instituição. O início da

década de 1970 foi marcado pela atuação destes profissionais, não só na elaboração das capas, mas também de muitos folhetos, álbuns seriados, cartilhas, banners ilustrados, que segundo eles facilitavam a compreensão dos ensinamentos técnicos, proporcionando uma mais rápida compreensão e adoção das inovações. Fato é que estes profissionais influenciaram direta e indiretamente na fotografia dos extensionistas.

A partir da edição de 1974 começa a aparecer com mais frequência a temática 4- Máquinas, insumos e ferramentas. Essa temática sempre é representada nas fotografias de grandes lavouras, estabelecendo uma relação de que o sucesso observado nestas lavouras seria resultado de uma eficiência produtiva, proporcionada pelo uso das máquinas agrícolas. Fato que ocorre justamente em um momento em que o Brasil passou por uma transição, de país agrário, com a economia baseada na exportação principalmente de café, à industrial, com adoção do modelo de desenvolvimento rural baseado na difusão de pacotes tecnológicos modernizantes.



Figura 17 - 1974

Esse período também ficou marcado pela transferência de fundos públicos para grandes monoculturas voltadas para a exportação. Neste momento a extensão elegeu como sua clientela os grandes e médios empresários rurais, beneficiários da política de crédito rural subsidiado e potenciais adotadores dos pacotes tecnológicos. Também em 1975 a ACAR foi extinta e surgiram a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG).

No mesmo sentido, observamos na fotografia da capa a seguir, a figura do agricultor, mas agora utilizando uma mochila que lança jatos de defensivos agrícolas, reafirmando a visão modernizante, de sucesso produtivo por adesão ao modelo de pacotes tecnológicos. Dessa maneira Almeida explica a importância da fotografia para a instituição enquanto recurso pedagógico e de convencimento propagandístico dos novos equipamentos, tornando o agricultor em consumidor dos pacotes tecnológicos:

“A questão da fotografia é fundamental neste trabalho técnico educativo, por que você olha, você mostra e você convence mais facilmente. A visão é o melhor meio de aprender, é um recurso fundamental, que tem de ser continuado. Um folder com fotografias por exemplo desperta muito mais interesse do que um sem fotografias. Nos materiais técnicos educativos é da mesma forma, elas despertam muito mais interesse no receptor”. (ALMEIDA, entrevista, pesquisa de campo, 2011)



Figura 18 - 1974

com a presença de máquinas agrícolas e mais significamente o interior de uma indústria de processamento, mostrando mais uma vez os efeitos benéficos do novo sistema adotado.



Figura 19 - 1975

Percebemos que as edições da década de 70 são enfáticas quanto à imagem de produtividade, quanto às tecnologias agregadas e ao uso de insumos e equipamentos agrícolas, refletindo a ideologia modernizante do período militar.

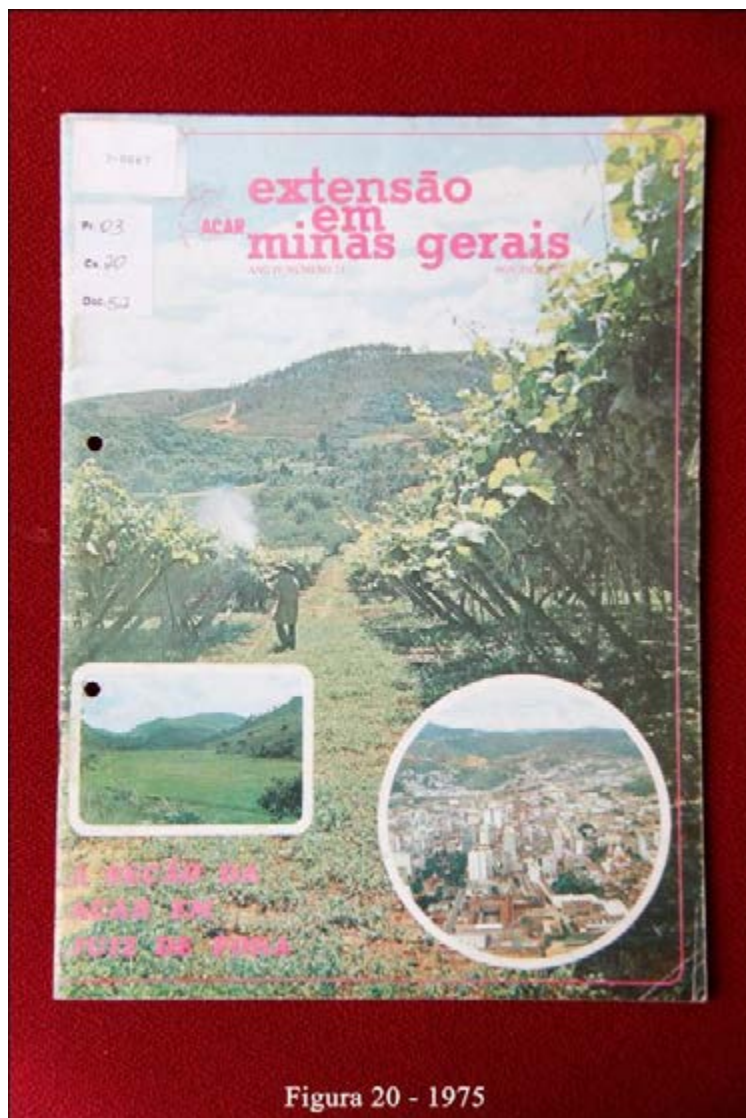


Figura 20 - 1975

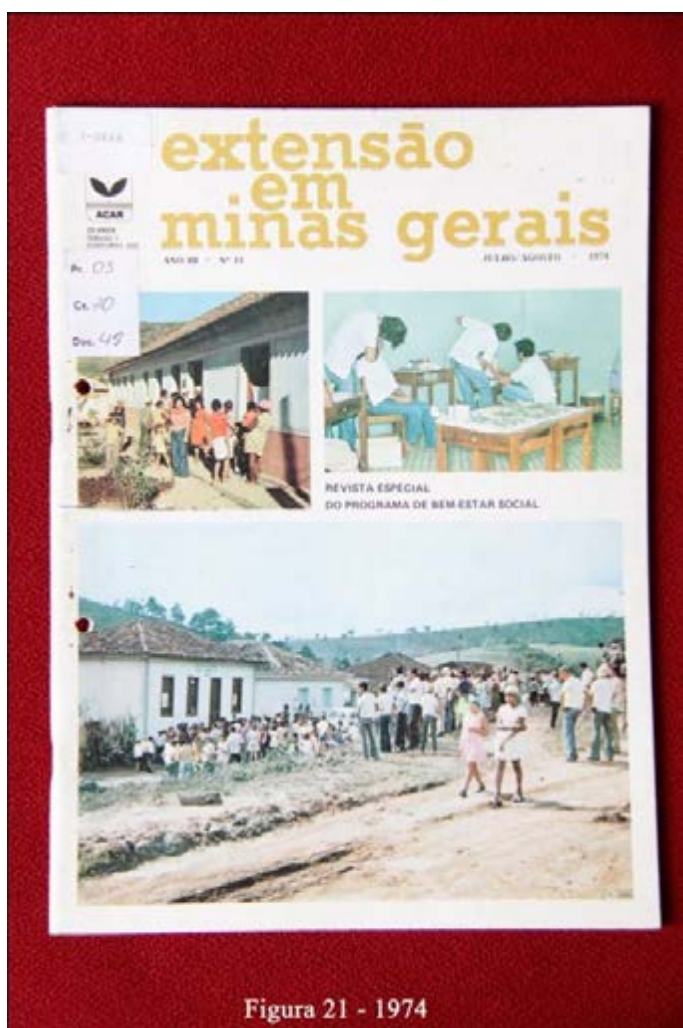


Figura 21 - 1974

Foi observado que mesmo em um momento de extrema modernização da agricultura nacional, voltado à transferência de tecnologia, a questão do bem-estar-social e da educação sempre foram abordadas, quase como uma justificativa a todo o resto do trabalho que estava sendo desenvolvido. Até mesmo pelo seu caráter inicial, a educação dos agricultores sempre foi uma das preocupações da instituição, bem como a saúde das populações rurais. Nas fotografias da edição de 1974, mostrada ao lado, vemos o exterior e o interior das escolas rurais, bem estruturadas para as condições da época e para as condições do meio rural brasileiro nessa década. Também se evidencia a

presença de dentistas e técnicos da saúde, em atendimento às populações rurais. Independentemente da intencionalidade ou não da instituição, tudo concorria para a valorização dos trabalhos realizados pela instituição a partir dos princípios da extensão rural clássica.

Como visto anteriormente, o foco da extensão rural passou de assistencialista, para produtivista, já que nesta década, as atenções se concentraram em grandes monoculturas. Rodrigues (1997) explica:

O difusionismo produtivista marca o período em que os objetivos nacionais expressos nos planos governamentais de desenvolvimento prevalecem sobre o localismo e o “missionarismo” da ação extensionista concebida nos termos originais. Proliferam-se as unidades locais especializadas, formadas por equipes de agrônomos, veterinários e técnicos agrícolas que substituem as equipes “casadas” de um profissional da agropecuária e uma economista doméstica, sinalizando a prioridade para atividades econômicas” (RODRIGUES, 1997: 125).

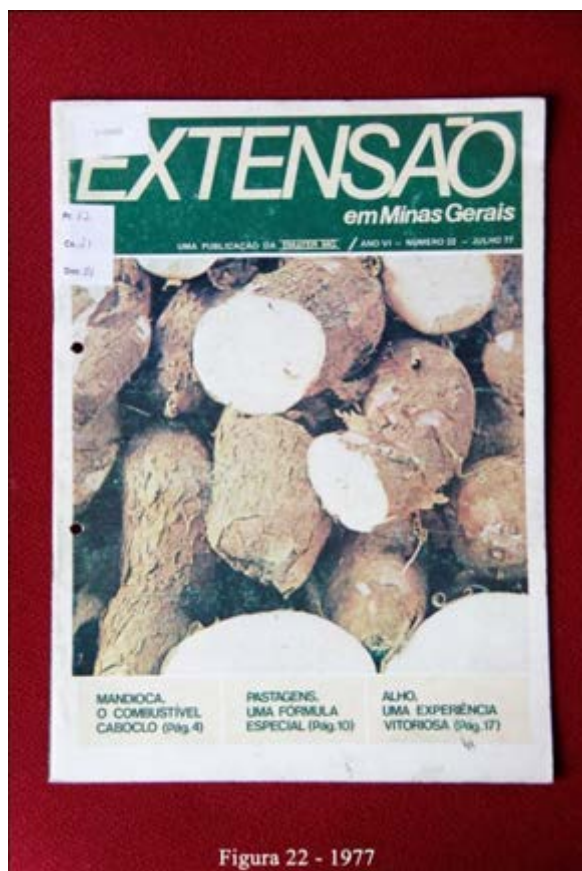


Figura 22 - 1977

faz um resgate do símbolo da Extensão Rural, o *jeep*, como representação da superação dos obstáculos físicos, e da conquista das transformações que estavam acontecendo no meio rural brasileiro.

A imagem da figura-22 é representativa nesse processo, quando os recursos voltados para a extensão e produção rurais passaram a focalizar o aumento da produtividade e especialização por macrorregião, identificando uma cultura apenas (no caso a mandioca), como objeto central de atenção dessa edição.

A partir do exposto até aqui, fica claro que a instituição sempre soube o valor, a importância e a força das imagens no intuito de divulgação dos trabalhos extensionistas, bem como sabiam que uso de tais fotografias facilitava a concordância com suas idéias pelas populações do meio rural. Nesse sentido na edição a seguir, que comemora o dia da Extensão Rural, a revista



Figura 23 - 1977



Figura 24 - 1978

Já na fotografia estampada na capa da edição de 1978, observamos um agricultor em uma casa de produtos agropecuários. Na foto percebemos a fisionomia de dúvida do agricultor, refletindo se deveria ou não comprar e utilizar o agrotóxico. Dessa forma entendemos que a revista veio como que para acabar com essas dúvidas; é como se a revista respaldasse o uso destes defensivos, que apareceram constantemente nas capas de revista desta década, o que indica que poderia estar havendo em campo certa resistência por parte dos agricultores. Assim, verifica-se que além da palavra do extensionista, a própria Emater, através da sua revista, empenhou o seu

prestígio institucional, endossando e assumindo a utilização dessas práticas.

Mais para o final da década de 1970 ainda percebemos a forte influência dos artistas gráficos e desenhistas da instituição, que fizeram na edição de 1978 uma representação do homem do campo. Essa representação pode ser considerada como clássica ou do agricultor tradicional, já que mostra o homem do campo, de chapéu para se proteger do sol, como um sujeito sofrido, envelhecido pela dura rotina dos trabalhos rurais. Ao mesmo tempo, a imagem que se buscava do novo produtor, era daqueles dispostos a aceitar as inovações, as propostas de mudança e adotar as novas tecnologias. Nesse sentido Dias (2006) afirma:



Figura 25 - 1978

“Entre o agricultor e o extensionista se criava uma relação cordial, mas permeada pela autoridade, como a relação entre o paciente que aceita calado o diagnóstico do médico e toma o remédio amargo sem reclamar.

Já aquele que questionava ou que não aceitava mudar era chamado de teimoso, atrasado, apegado ao passado, preguiçoso. (DIAS, 2006: 5)

Aqui é pertinente estabelecer uma comparação entre a evolução das temáticas entre os gráficos de 1960 e 1970, visto que, quanto à temática 6- Formas e desenhos, observamos um significativo aumento na década de 1970 em relação à década anterior, passando de apenas uma ocorrência para 16 ocorrências. Percebemos também um relativo aumento das temáticas 1- Pessoas e reuniões e 2- Animais, plantas e produtos.

### 5.2.3 – A década de 1980

Na década de 1980, momento em que a Extensão Rural passou por profundas crises, é notável o aumento das temáticas 1- Pessoas e reuniões e 2- Animais, plantas e produtos, seguindo a evolução do gráfico de 1970. Isso demonstra que apesar da modernização proposta e da exteriorização dessas idéias a partir das capas da revista, com a constante presença de máquinas e equipamentos nas capas da década de 70, já podemos compreender uma mudança de foco, que a partir de então retoma a atenção nas pessoas e no espaço rural, e menos nos equipamentos e máquinas. O gráfico- 3 demonstra de forma clara uma significativa diminuição da temática 4- Máquinas, insumos e ferramentas, o que reafirma o exposto acima, no sentido de uma mudança de direcionamento, ou interesses nas atividades da extensão rural mineira.

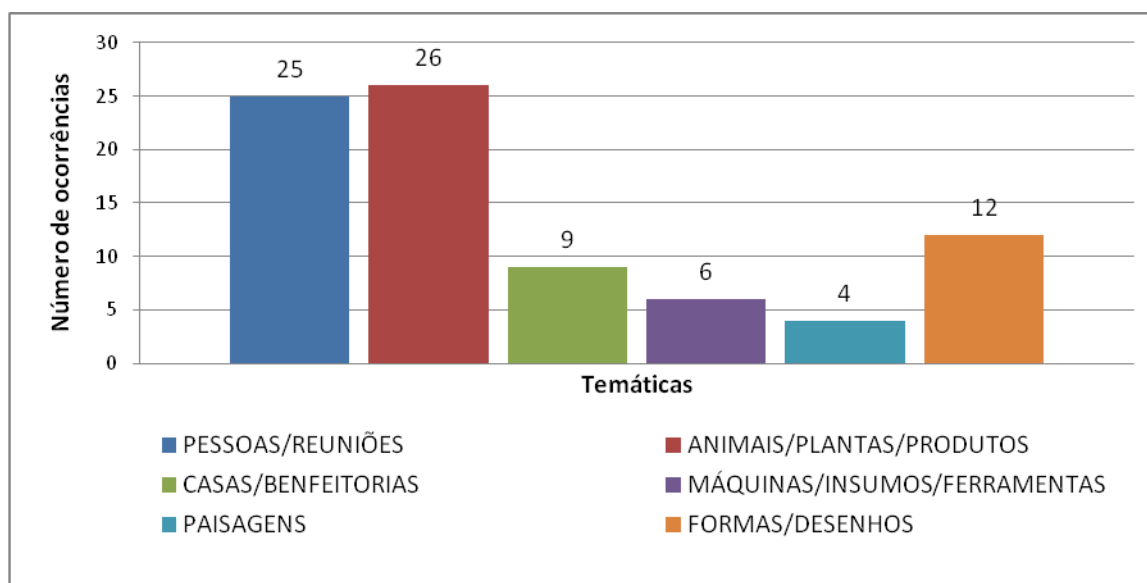


Gráfico 3: Frequência de temáticas na década de 80. Fonte: Dados de campo 2011/2012.

As fotografias desta década, agora coloridas, e de alta qualidade técnica, demonstram de uma forma mais generalizada, como a adoção de tecnologias foi carro chefe das ações extensionistas, focados na adoção destas por parte dos agricultores e da população rural de um modo geral, a partir da oferta dos pacotes tecnológicos, como forma de superar as dificuldades encontradas pelos técnicos extensionistas no meio rural.

Na fotografia a seguir o que chama mais atenção são as pessoas trabalhando, porém também fica claro, que a agricultura desenvolvida neste lugar, dependeu diretamente das tecnologias incorporadas naquele local, como se observa na imagem, com a presença de canos e valas na fotografia, que no caso possibilitaram a agricultura em um solo pouco irrigado por chuvas. Ribeiro esclarece:

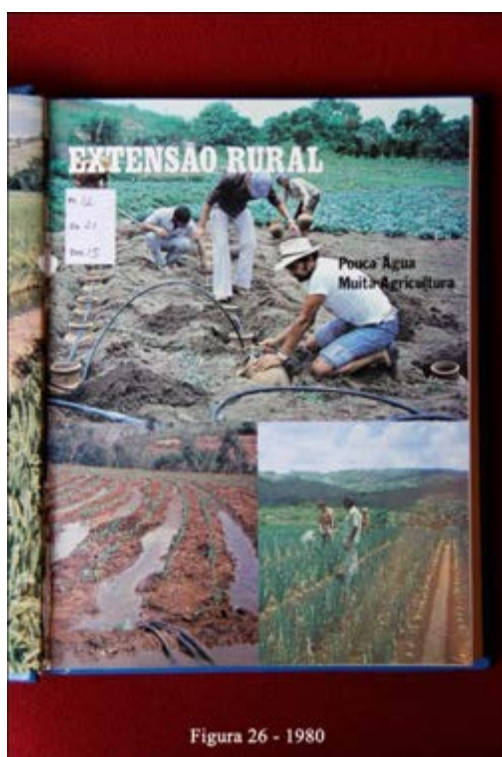


Figura 26 - 1980

“Com certeza, a fotografia para empresa foi a que mostrou o resultado de muita coisa que se fazia, mas também como recurso pedagógico, mostrou como ensinar a fazer um cilo trincheira, um paiol, um terreiro de café, a utilização do filtro de barro dentre outras dezenas de coisas, ela era algo muito prático. Como recurso pedagógico também teve muita importância, principalmente com a utilização de slides, utilizados em varias palestras e treinamentos. Ela foi muito importante como meio de ensinar, como um recurso de impacto”. (RIBEIRO, entrevista, pesquisa de campo, 2011)

Na figura-27 temos a fotografia de um produtor rural, com a frase “A vez do pequeno produtor”. A imagem não deixa de ser emblemática: um homem velho e de aparência cansada, apoiando-se em um instrumento tradicional da tarefa agrícola, a enxada. Não deixa de ser uma contradição ao próprio esforço extensionista que apesar dos sucessos propagandeados anteriormente, mostra que a tradição e a pobreza ainda persistem. É como se a instituição tivesse o lampejo de consciência sobre a necessidade de, de fato, voltar seus olhos para os “pequenos”.

No entanto, em outra edição de 1980, visualizamos a figura de políticos entregando prêmios aos produtores modelo, que atingiram suas metas produtivas, obviamente estabelecidas pelo sistema de extensão rural brasileiro, ou seja, se exteriorizava o sucesso das ações extensionistas, respaldado pelo poder simbólico



Figura 27 - 1980



Figura 28 - 1980

dos políticos, e sua subsequente formação de opinião pública, assim como era feito na década de 60 e 70. Nesse caso, nota-se que o projeto extensionista também foi responsável pela introdução de idéias de competitividade entre os agricultores. É como se os mais competitivos, através dos prêmios, ficassem mais alinhados e próximos ao poder.

Novamente percebemos o discurso demagogo da instituição, quando se utiliza das imagens dos jovens na fotografia da edição seguinte. Dentro das propostas da Extensão Rural mineira os jovens sempre estiveram incluídos, e sempre foram incentivados a participar dos programas modelo da extensão realizada. A partir de propostas de trabalho com a juventude rural pretendia-se também permitir a continuação destes jovens no meio rural, mas na verdade o que se verificou foi uma grande fuga do meio rural brasileiro, elevando-se significativamente os números do



Figura 29 - 1981

êxodo rural e promovendo o inchaço das cidades. Ainda neste momento, houve uma tentativa de mudança ideológica nas atividades extensionistas, com a participação de alguns políticos ligados à Teologia da Libertação. Pretendeu-se voltar o foco da extensão ao agricultor familiar e foram implementados modelos de formação técnica, estabelecidos convênios com universidades, e adotou-se um discurso sociológico para interpretar a realidade e orientar a estratégia extensionista. A reação interna e de forças conservadoras derrubaram esta tentativa de mudança de orientação da extensão rural.

Segundo Rodrigues, na década de 80, após passar por uma grande crise econômica, a extensão rural brasileira tentou retomar seu viés humanista, o qual Rodrigues chamou de “Humanismo Crítico”, porém, destacando que:

“De fato, esta nova orientação fora apenas esboçada, já que a nítida virada estratégica da política agrícola governamental, com a reforma ministerial, voltou-se para a obtenção das “supersafras”, pondo em xeque os antigos “compromissos sociais” que o SIBRATER insistia em abraçar” (RODRIGUES, 1997:127).

O autor ainda explica que a principal característica do “Humanismo Crítico” foi a promoção humana integral das maiorias demográficas no campo, mas sem paternalismo, dentro de uma perspectiva libertadora em que o pequeno agricultor, proprietário ou não das terras onde labuta, seria sujeito de suas ações como cidadão, problematizando a sua realidade e decidindo. O extensionista deixava de ser um agente de mudança manipulador, passaria então a ser o interlocutor tecnicamente competente de um relacionamento dialógico, horizontal, democrático,

portanto. Nesse sentido, percebemos na fotografia abaixo, que mesmo com esta tentativa de mudança em sua orientação filosófica, a extensão rural mineira, ainda impregnada pelo *ethos* extensionista e pela política produtivista das décadas anteriores, ainda publicava em suas capas da revista Extensão Rural em Minas Gerais, fotos relacionadas diretamente à venda da produção rural, ou ao seu beneficiamento, comercialização e distribuição, sempre voltados a demonstrar ao seu público alvo de que forma ele poderia obter lucro e aumentar a sua renda, o que elevava a imagem da instituição enquanto órgão capacitador. Nessas fotos observa-se também uma mudança de foco em relação à mulher rural, agora incentivada ao setor da pequena agroindústria familiar, tornando-se geradora de renda.



Figura 30 - 1981

Como visto no início da década de 80, apesar dos desejos de mudança filosófica, a extensão ainda seguia os preceitos produtivistas e as políticas governamentais ainda estavam direcionadas à obtenção das supersafras, voltadas a exportação. Obviamente o constante desenvolvimento de técnicas agrícolas, estruturado nos anos anteriores ainda era focalizado pela instituição EMATER-MG, que ainda tentava transmitir uma imagem de inovação, tecnologia, estampando na fotografia da capa ao lado, o trigo, que agora poderia ser cultivado até mesmo no cerrado, segundo a chamada da edição. Fato é que neste momento a extensão passava por grave crise econômica, em muitos casos o serviço extensionista se vinculou às prefeituras que custearam os escritórios locais. Houve grandes cortes de recursos, diminuindo a renovação de quadros que acabou estimulando também o que Ribeiro (2000) chamou de “período de fuga de talentos”, o que nivelou por baixo a competência da empresa.



Figura 31 - 1981

Na edição exposta a seguir, percebemos a abrangência do ideário extensionista, que nesse momento já estava calcado em um novo discurso e pretendia agir até mesmo nas populações extrativistas, fazendo propaganda do uso de tecnologia como solução aos que vivem dos recursos naturais. Propunha-se neste momento novas técnicas de exploração e processamento,

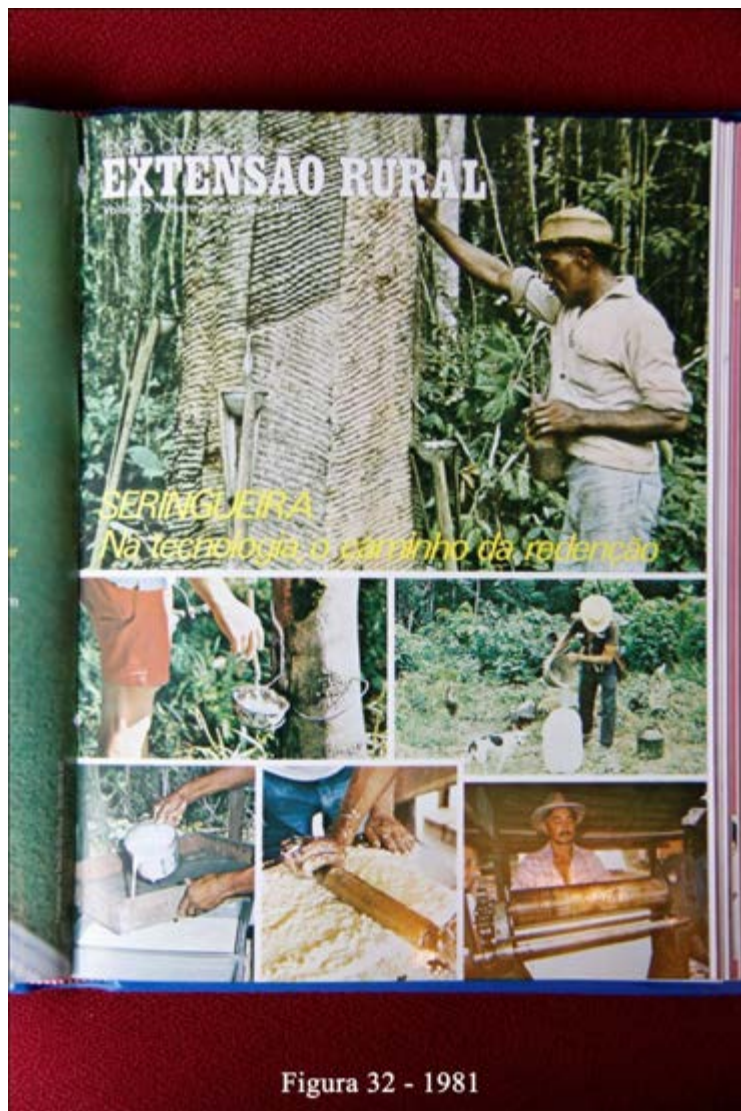


Figura 32 - 1981

possibilitando a agregação de valor, comercialização e renda. Percebe-se que o foco das ações extensionistas retornam às populações menos favorecidas, enquanto nos anos anteriores eram os grandes e médios empresários rurais os mais beneficiados pelo sistema de extensão rural e existência técnica mineira.

Neste período observamos o retorno da presença de fotografias dos extensionistas em campo, que a partir de um momento de crise, se tornou mais incisiva, até mesmo para reforçar sua credibilidade no meio rural mineiro, que já dava indícios de insatisfação quanto ao viés extremamente produtivista e direcionado a produtores mais

capitalizados. Dessa forma, sabendo das crises e turbulências pelas quais a instituição passou, verificou-se que a fotografia esteve presente desde a primeira vez que se praticou a extensão no Brasil, com registro ininterrupto de todas as atividades. Nesse sentido, explica Benjamim Salles Duarte em sua entrevista:

“A fotografia teve importância significativa na história da extensão rural do Brasil. Na instituição, tanto na vertente técnica, fotografando as culturas e todos os outros aspectos, com profissionais altamente qualificados. Todo este apoio logístico da comunicação visual foi

justamente, para que as pessoas, incluindo os pesquisadores, alinhassem a linguagem, a fotografia tem esse mérito, se bem tirada ela fala por si mesmo. A pessoa vê, se você colocar uma foto de um café de qualidade ele é inconfundível. A fotografia tem uma dimensão, técnica, cultural, tecnológica” (DUARTE, entrevista, pesquisa de campo, 2011).

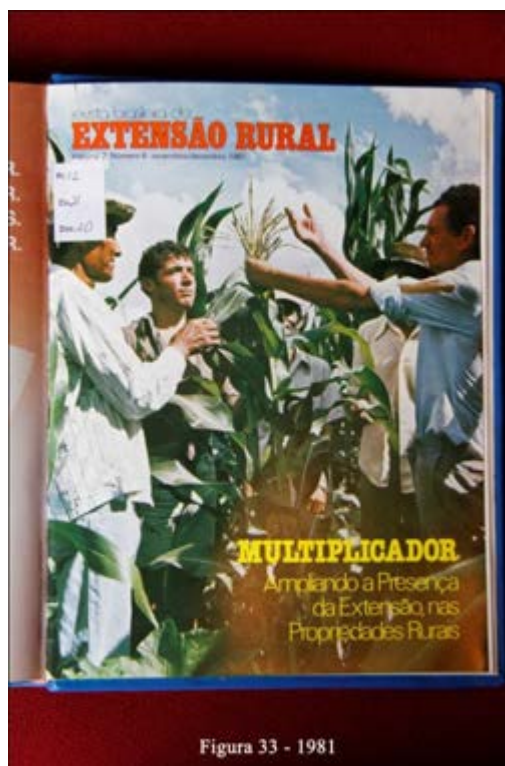


Figura 33 - 1981



Figura 34 - 1981

Na figura 34, edição de 1981 percebemos que apesar dos esforços no sentido de reorientar o sistema de forma mais crítica e humana, a ideologia produtivista ainda estava enraizada, como mostra a fotografia da cana-de-açúcar, produto voltado ao desenvolvimento de programas governamentais como o Proálcool, estabelecidos pelo governo com intuito de expansão das atividades agroindustriais. Também ainda se estimulava o uso intenso de tecnologia, especialmente porque a edição aborda, de forma inovadora, a crise energética e as alternativas de biocombustíveis.

Apesar de a Extensão ainda ter sido marcada por ações produtivistas nesta década, cada vez mais a revista Extensão Rural em Minas Gerais se preocupou em manter um elo de ligação, que aproximasse a população rural dos interesses do sistema de extensão vigente. Como no caso da capa ao lado, que mostra uma fotografia panorâmica da propriedade rural, ainda em transformação, com a presença do técnico extensionista acompanhado pelo agricultor, nos remetendo às primeiras capas da década de 60. Percebemos então a intenção de se fazer um resgate da imagem da Extensão, menos produtivista e mais dialógica, que considera a propriedade rural como um

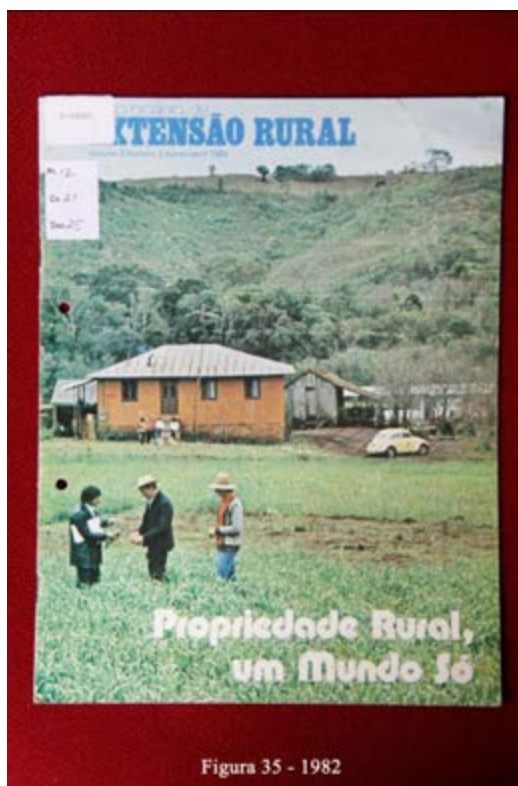


Figura 35 - 1982

sistema integrado. Dessa forma a capa desta edição retoma o foco no produtor e na propriedade rural, tal como se pretendia, porém foi um discurso demagogo, visto que as iniciativas tomadas no início da década, no sentido de ações mais humanistas não mudaram de fato a forma de se

fazer a extensão rural.



Figura 36 - 1982

Também é demagoga e discrepante a capa da edição de 1982, figura-36, que apresenta um desenho e uma manchete sobre conservação da natureza, em um momento em que a produtividade ainda era o objeto central das ações extensionistas, mesmo envolvida em um processo de reorientação ideológico-filosófica institucional.



Figura 37 - 1985

Como não poderia ser diferente a edição seguinte da revista Extensão Rural em Minas Gerais, retorna ao seu principal objetivo, incentivar as populações rurais a adotarem seus modelos de produção. Na fotografia ao lado observamos novamente a figura de um jovem, “futuro da agricultura nacional”, empunhando três espigas de milho, quase como um troféu, por ter se adequado aos procedimentos do extensionismo.

Nos anos 80, assim como na década de 70, a revista nunca deixou de apresentar mulheres e crianças em suas capas, porém agora, no caso das mulheres, menos voltadas a atividades de economia domestica. O foco passou para o processamento de produtos, como mostra, por exemplo, a capa de 85, a transformação do algodão cru em linhas para costura, sendo feita por uma mulher e uma criança. Essa era a participação das mulheres, almejada pelos extensionistas, no novo contexto político-agrário.



Figura 38 - 1986

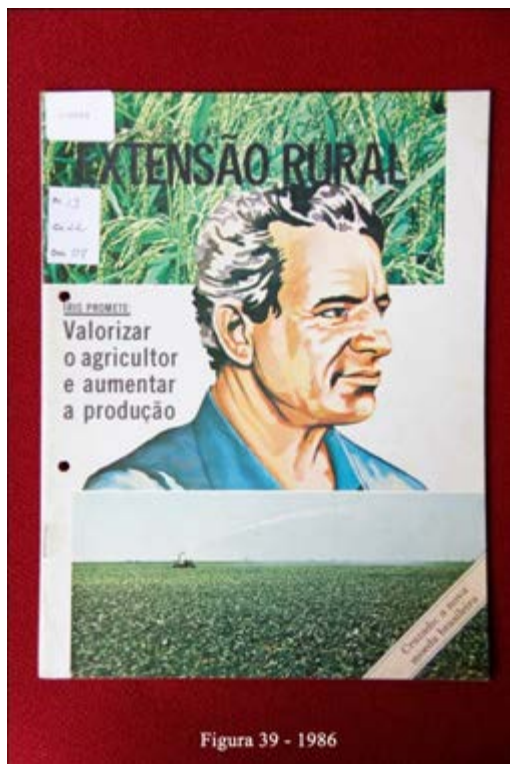


Figura 39 - 1986

Na edição de 1986 temos desenhos e fotografias, formando o conjunto da capa. Notamos ao longo da análise das capas da revista a constante presença de fotografias de lavouras e grandes plantações. O que muda e chama atenção nessa capa é o semblante do “novo agricultor”, agora representado de forma diferente das capas anteriores, mais limpo, barbeado, feliz, realizado, sem chapéu. A chamada da edição para a meta do aumento da produção pode estar funcionando como explicação para esse novo perfil mais feliz dos agricultores.

Por fim, nesta última imagem selecionada, observamos o enaltecimento das máquinas agrícolas, ferramentas essenciais para a efetivação do sistema de produção que estava sendo realizado desde a década de 70, justamete em um período de grande liberação de crédito para financiamento de tratores e equipamento agrícolas em geral, apesar de toda debate no sentido de mudança e reorientação institucional. Desse modo a extensão rural promoveu a manutenção da estrutura fundiária do país. Oriowaldo Queda salienta:

“(...) modernizar a agricultura sem reforma agrária, mantendo, portanto, as relações políticas de dominação e as relações econômicas de apropriação. Esse tem sido em verdade, o modelo de serviço de extensão rural, uma instituição de mais de 100 anos nos países desenvolvidos” (QUEDA, 1987:13).

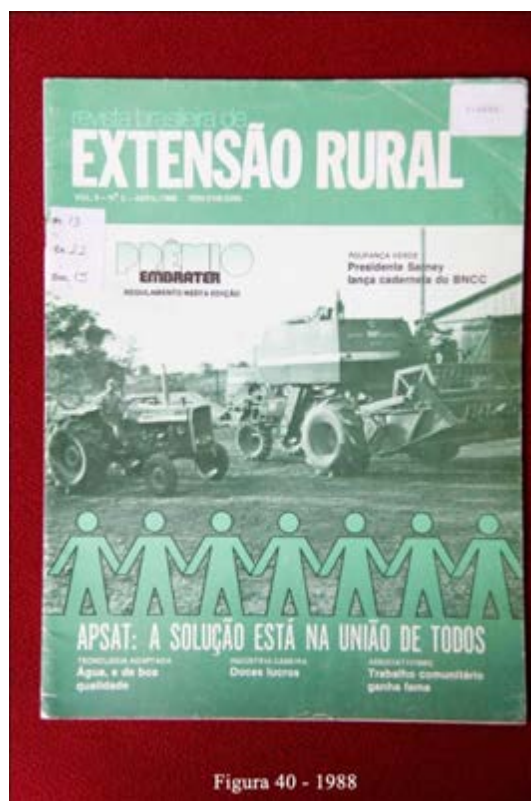


Figura 40 - 1988

A década de 80 também ficou marcada pelas críticas feitas ao modelo de práticas adotadas pela extensão rural, que passaram a ser alvo de estudos, avaliações e proposições alternativas, que partiram inclusive de grupos de resistência que estavam dentro das entidades de extensão, como também de setores acadêmicos, da sociedade civil organizada, das igrejas, e de organizações de representação dos agricultores. Destaca-se Paulo Freire como um dos primeiros críticos do processo educacional e da extensão convencional, tendo proposto o estabelecimento de uma relação dialética entre o agricultor e o extensionista para a construção de conhecimentos apropriados a cada realidade, além da troca de saberes como forma de revalorização da cultura local.

#### 5.2.4 – A década de 1990

Na década de 1990, podemos notar no gráfico- 4 que houve uma diminuição da temática 1- Pessoas e reuniões em relação ao ano anterior, enquanto a temática 2- Animais, plantas e produtos se manteve mais constante. Também percebemos um aumento da temática 5- Paisagens.

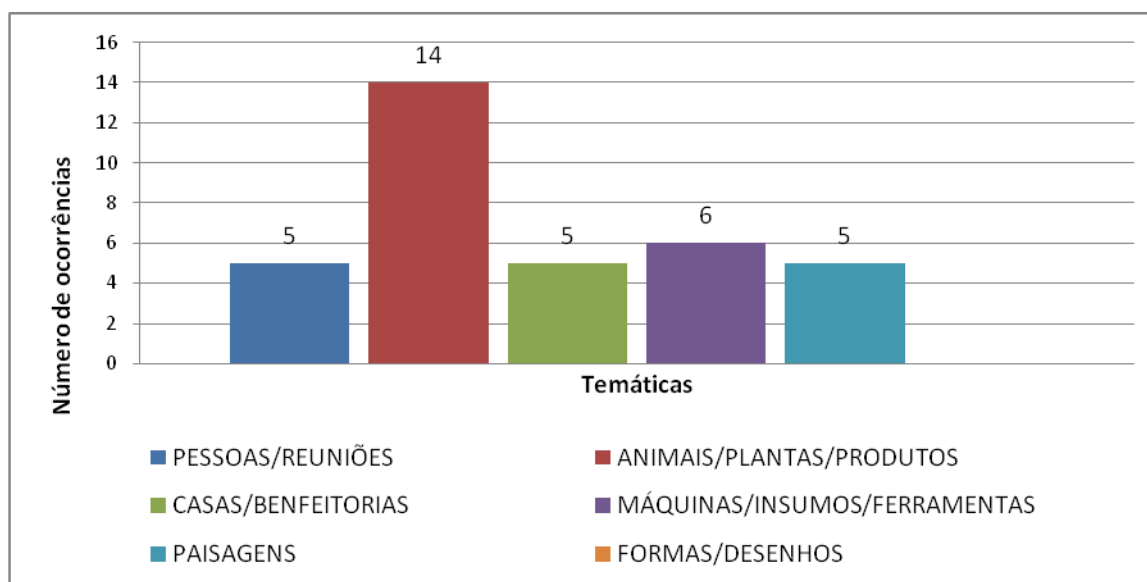


Gráfico 4: Frequência de temáticas na década de 90. Fonte: Dados de campo 2011/2012.

Em janeiro de 1989, foi extinta a EMBRATER, passando a EMBRAPA à coordenação do SIBRATER. Neste momento, ainda era desejável a elevação dos níveis de produtividade econômica e sua distribuição, ainda era interesse do sistema fazer a grande massa de produtores rurais alcançarem os possíveis níveis de capitalização e de tecnificação, do que torná-los consumidores sem renda, como consequência do êxodo rural. Tal proposição nos anos 90 foi meramente retórica, visto que estas ideias não se enquadravam nas tendências neoliberais que surgiam no cenário político da década. Percebemos então que apesar dos esforços, a extensão rural continuou trabalhando com a filosofia difusionista, mascarada em discursos humanistas e sociais. Dessa forma ainda eram expectativas da extensão rural, “exercer a difusão de tecnologias agropecuárias que possibilitem incrementos de produtividade da terra em 2% ao ano”. (RIBEIRO, 2000:145)



Figura 41 - 1991

Na década de 1990 é interessante destacarmos algumas mudanças, como por exemplo, nesta primeira edição, onde observamos a fotografia de bovinocultura, o que indica também uma mudança do quadro agrário mineiro, que passa a ter ênfase na pecuária de corte e de leite como uma das possíveis alternativas de crescimento econômico.

Neste momento a EMATER-MG sobre-existia, com sérios problemas financeiros, em processo de reestruturação, que despendia tempo e mão de obra. A estrutura administrativa da empresa se reformulava e também as suas concepções de ação de extensão, que agora em um viés empresarial, passaria a utilizar a palavra “princípios” ao invés de “filosofia”, para designar

seu trabalho. A Extensão reunia forças para dar continuidade as suas atividades. Como visto anteriormente a Revista Extensão Rural em Minas Gerais também sofreu modificações nesse processo, inclusive deixando de ser publicada em alguns momentos, mas o veículo de comunicação resistiu, e veio tentar estimular novamente, mas ainda na linha difusionista, a uma adoção por parte dos agricultores, das novas técnicas desenvolvidas. Na fotografia abaixo a

paisagem de um campo, já arado e preparado, convida o leitor (público alvo, agricultores), a começar a plantar novamente, pois ao sistema estaria ali para auxiliar nesta tarefa. A chamada da edição “Hora de plantar” parece, inclusive, uma referencia metafórica à própria situação da instituição, obrigada a se reformular para renascer.

Nesse sentido, e levando em consideração as propostas de reformulação iniciadas na década de 80, a instituição dava prosseguimento a suas atividades, porém não conseguiu demonstrar através da revista uma mudança ideológica de fato; ao contrário o que percebemos é uma continuidade do modelo proposto nas duas primeiras décadas de extensão rural praticadas no Brasil e em Minas Gerais. A foto acaba por dizer que o sucesso do campo, proporcionado pelas ações



Figura 42 - 1992



Figura 43 - 1994

estavam sendo direcionadas à cidade, que acabava se desenvolvendo junto. Ou patrocinada pelo desenvolvimento do campo.



Figura 44 - 1996

Na edição de 1996 percebemos, e reafirmamos o dito acima, já que mesmo com os debates sobre novas ruralidades observamos claramente o *ethos* extensionista, estampado nesta fotografia, por ainda insistir em programas de modernização e mecanização da agricultura nacional.

Por outro lado, todas as tentativas do repensar da Extensão Rural não foram em vão, já que a instituição começava a demonstrar uma abertura a novas possibilidades. Não só quanto à metodologia das ações, mas também novas formas de produzir renda, explorando-se os conhecimentos próprios da população rural, e valorizando a tradição e a identidade das

comunidades. A fotografia de artesanato ilustra significativamente as mudanças filosófico-ideológicas da extensão rural, agora direcionada, (pelo menos teoricamente) à agricultura familiar e à valorização da cultura local. O subtítulo “Arte de resistência” nos deixa entrever que nem tudo na cultura rural sucumbiu ao rolo compressor da ótica modernizante e que a própria Extensão Rural se voltava a valorizar essas sobrevivências culturais, ainda que com o argumento da arte unicamente como forma de renda.



Figura 45 - 1996



Figura 46 - 1997

marginalizados. Na figura-46 podemos perceber essa tentativa de mudança, quando a revista mostra a fotografia de índios Krenak, afirmando que a nova extensão é para todos aqueles que tivessem interesse em serem atendidos.

Em meio a estas transformações, pelo menos teoricamente, surge o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Os recursos oriundos do Pronaf para a prestação da assistência técnica foram fundamentais para muitas empresas estaduais, aproximando definitivamente a Extensão Rural pública da agricultura familiar. Apesar de que em alguns momentos a revista até procurou demonstrar estas mudanças, de um modo geral as fotografias de capa buscaram muito mais incentivar o uso de tecnologias do que demonstrar a amplitude dos projetos e de uma nova visão do que seria Extensão Rural para a agricultura familiar. Segundo Ribeiro:

“Por volta de 1996, a EMATER-MG deu uma grande guinada no seu sistema de planejamento, definindo a estratégia de trabalho com os produtores de agricultura familiar, além de suprir a necessidade de informações e definições na área da programação e a metodologia,



Figura 47 - 1998

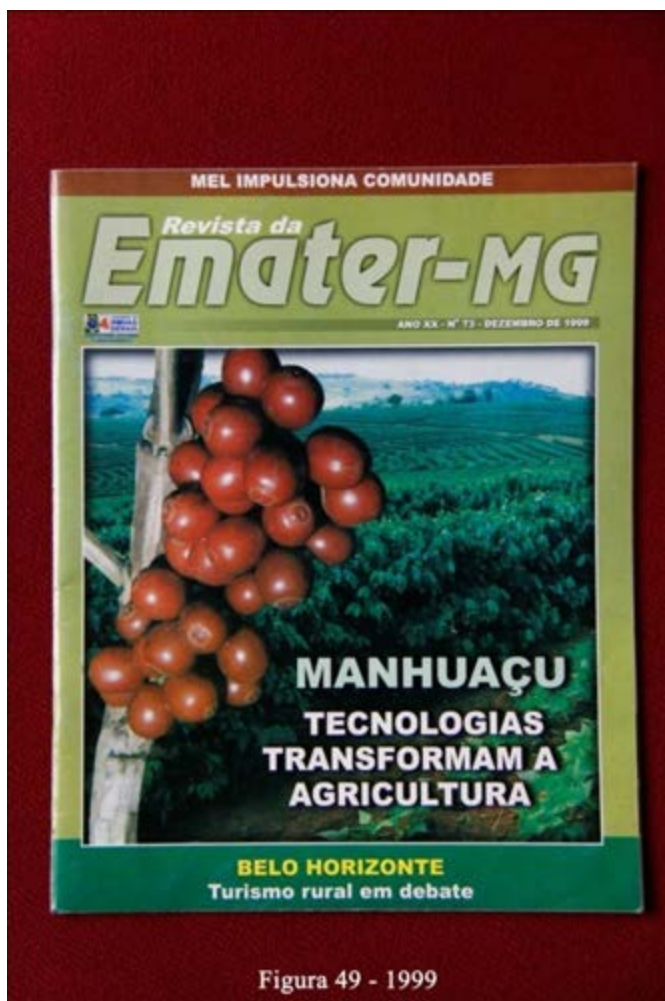
claramente sentida pelos extensionistas. O processo de gestão da Empresa propõe a formulação de planos para a ação empresarial e a realização de avaliações gerenciais periódicas. (...). Tanto os aspectos conceituais como os fundamentos que orientam o processo tem origem em experiências vivenciadas pela extensão rural em Minas Gerais, apoiando-se na filosofia de que os produtores de agricultura familiar são sujeitos de sua ação. Além disso, busca-se gerar processos participativos de desenvolvimento rural em benefício do produtor. Ditos processos visam permitir o incremento da renda das famílias participantes, para que, através da autogestão coletiva e da articulação com outros setores, busquem as soluções que satisfaçam as suas necessidades, a melhoria de sua qualidade de vida e sua integração no desenvolvimento do Estado. A principal condição para o sucesso do processo é permitir aos produtores de agricultura familiar, através da organização, o aumento da sua capacidade de participação no mercado, de forma ativa e natural”. (RIBEIRO, 2000:158)

Na edição de 1999, podemos evidenciar mais claramente o intuito da EMATER-MG em divulgar uma imagem institucional enquadrada nas novas proposições e concepções de Extensão Rural, agora também calcadas em um projeto de sustentabilidade e preservação ambiental. A fotografia de uma paisagem, onde aparece o meio rural em um ângulo mais aberto, mostrando a propriedade rural, as plantações, as montanhas, áreas verdes, reafirma a nova postura do sistema de Extensão Rural, mas indicando que também para a recuperação das áreas degradadas se faziam necessários os conhecimentos científicos, as tecnologias e a mediação/ intervenção dos extensionistas.



Figura 48 - 1999

Neste momento é perceptível a qualidade técnica das fotografias, que juntamente com a história da extensão rural se desenvolveu. As novas tecnologias da fotografia logo foram sendo agregadas pelos extensionistas, que fotografaram cada vez mais as atividades e ações extensionistas, bem como o meio rural mineiro. Novas temáticas do desenvolvimento rural, como o turismo, entram em pauta.



Enfim, percebemos que a década de 90 foi uma década conturbada, já que se pretendia uma reorientação na filosofia e nas ações de extensão rural, mas que por influência de forças políticas, que sustentavam o sistema, acabaram sendo negligenciadas nas capas e nas discussões temáticas da revista.

### 5.2.5 – A década de 2000

No gráfico referente a década de 2000 observamos o desaparecimento das temáticas 3- Casas e benfeitorias e da temática 4- Máquinas , insumos e ferramentas o que concorda com o atual desenvolvimento da extensão rural mineira.

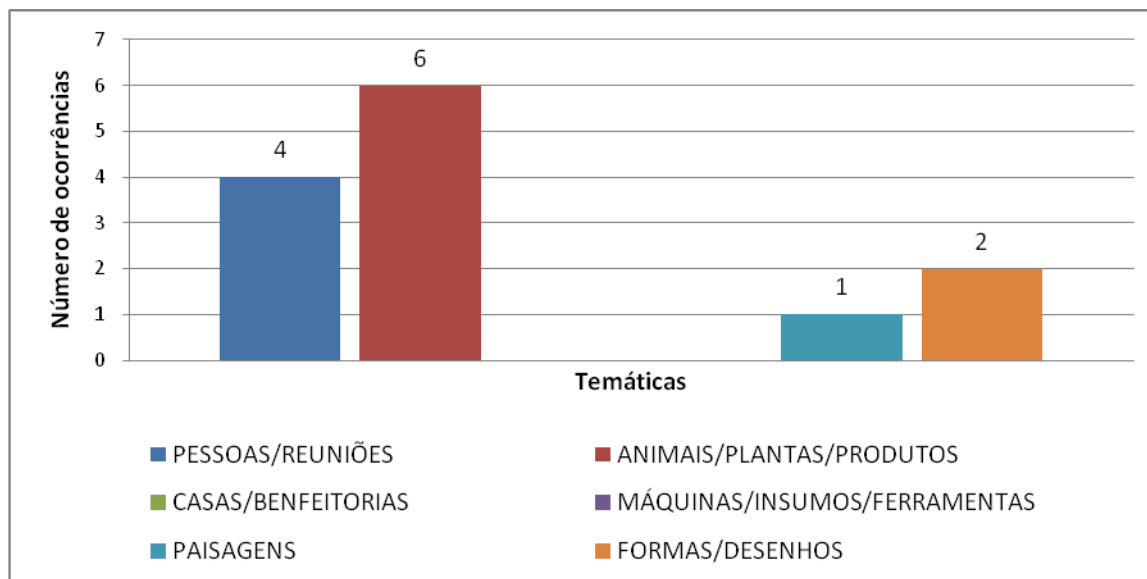


Gráfico 5: Frequência de temáticas na década de 2000. Fonte: Dados de campo, 2011/ 2012.

Analisando as capas desta década, entendemos, que entre os anos 2000 e 2008, ano da última edição estudada, processa-se claramente a mudança ideológico-filosófica da Extensão Rural mineira, agora com um discurso sustentável e com foco na pessoa do produtor e sua família, que a partir de então se propõe a seguir o modelo de agricultura familiar, da agroecologia, preservação dos recursos naturais, da valorização da cultura e da identidade dos povos. Na fotografia a seguir percebemos claramente o viés ecológico adotado pela instituição e divulgado na revista no intuito de valorização e recuperação de credibilidade da opinião pública. A revista procura se alinhar aos grandes debates contemporâneos, embora a própria Extensão tenha sido identificada historicamente com os prejuízos pela indução da utilização de técnicas e produtos hoje considerados desastrosos.



Um dos debates marcantes deste período foi a segurança alimentar, nitidamente ilustrado na edição de 2003, e que ao contrário das primeiras décadas de serviço de extensão, discutem novas formas de agricultura mais livres de insumos, fertilizantes, agrotóxicos, e mais independentes de empresas de biotecnologia e maquinários. Neste assunto, Benjamim Duarte, também opina ao dizer:

“Já agora no século 21 temos uma nova extensão, é a nova Emater. Teremos uma extensão mais dialógica ou mais técnica? Os dois juntos, pois são 70 milhões de pessoas no mundo por ano, e elas precisam de alimentos de qualidade e água, assim você tem uma possibilidade maior de viver. São as prioridades. Nós estamos vivendo mais, portanto vamos consumir mais. Hoje existe muita pressão sobre os níveis de consumo dos recursos naturais, principalmente para imitar os países ditos desenvolvidos. Esta pressão sobre os recursos naturais derivam do aumento da longevidade humana. A agricultura não produz alimento somente, mas é preciso entender a multifuncionalidade da agricultura, como um dos fatores de transformação social, pelos seus diversos aspectos. É preciso fazer de uma nova leitura do espaço rural. Uma visão

de sustentabilidade com o uso inteligente dos recursos naturais. É neste cenário que a extensão rural vai ser chamada a participar no século 21”. (DUARTE, entrevista, pesquisa de campo, 2011).

Essa nova extensão citada por Duarte, vai ao encontro da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), coordenada pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de junho de 2003. Desse modo a PNATER afirma:



Figura 51 - 2003

“(…) as ações devem privilegiar o potencial endógeno das comunidades e territórios, resgatar e interagir com os conhecimentos dos agricultores familiares e demais povos que vivem e trabalham no campo em regime de economia familiar, e estimular o uso sustentável dos recursos locais. Para com isso atuar partindo do conhecimento e análise dos agroecossistemas e dos ecossistemas aquáticos, com enfoque holístico e integrador de estratégias de desenvolvimento, além de uma abordagem sistêmica capaz de privilegiar a busca da equidade e inclusão social e ainda a adoção de bases tecnológicas que aproximem os processos produtivos das dinâmicas ecológicas” (MDA, 2004, *apud*, MOTA, 2006).



Na edição de 2005 cabe observar a composição da capa, juntando a fotografia de um computador (que representa a nova tecnologia da comunicação e da informação), com a fotografia de mãos segurando uma beterraba (que representa o trabalho, o conhecimento do agricultor). Tal composição demonstra o interesse da instituição em agregar os conhecimentos modernos e a tecnologia desenvolvida aos conhecimentos e competências próprias do saber tradicional das populações rurais. Como também representa a própria transformação ocorrida dentro da instituição, que agora pretende desenvolver uma extensão/comunicação rural mais dinâmica e

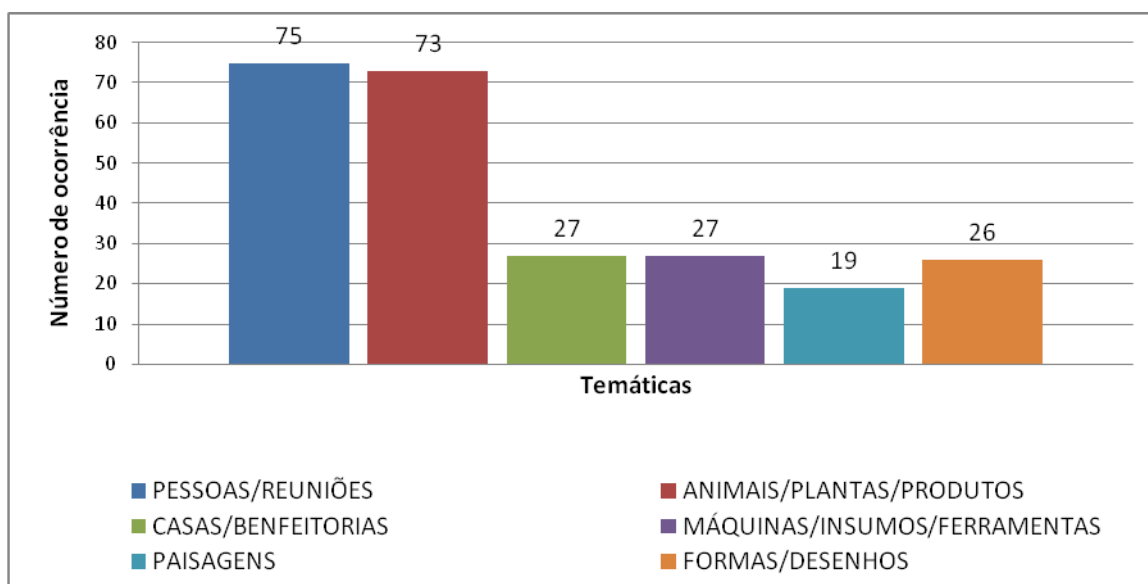
globalizada, utilizando para isto as novas tecnologias da informação, como a internet.

A capa de 2004 também pode ser considerada emblemática, já que retorna ao discurso de uma extensão que valoriza o conhecimento da população rural. Percebemos pela fotografia dos queijos, uma mudança de foco na instituição, que agora tenta divulgar uma imagem diferente e extremamente discrepante das imagens veiculadas nas revistas anteriores. Até por que o queijo mostrado na fotografia é o queijo Minas artesanal, que por ser fabricado com leite cru, não se enquadra nos métodos produtivos atuais, exigidos pelo Ministério da Agricultura. Isso reafirma a postura da instituição em defesa dos produtos oriundos da agricultura



familiar, feito a partir de conhecimentos próprios e ancestrais. A empresa parece que quer divulgar sua adesão a modos tradicionais de produção econômica, mais voltados para a sustentabilidade ambiental e para a preservação cultural que, nesse caso específico, contrariaria a lógica da produtividade, tão defendida em décadas anteriores.

Enfim podemos notar no gráfico de frequência de temáticas geral, que abrange o período de 46 anos de publicação da Revista Extensão Rural em Minas Gerais, que ao longo dos 60 anos de Extensão Rural no Brasil, as temáticas que mais se destacaram foram 1- Pessoas e reuniões e 2- Animais, plantas e produtos, seguidas por 4- Máquinas, insumos e ferramentas. Tais temáticas mais nítidas e visíveis ou mais obscuras e subtendidas, representaram a Extensão Rural praticada em Minas Gerais, bem como a presença dos extensionista no universo rural. Também entendemos que o uso da fotografia foi de extrema importância para a instituição, que ao longo do tempo, a partir da iniciativa da revista, conseguiu de forma subjetiva estabelecer e divulgar uma imagem institucional que mais lhe fosse conveniente, conseguindo a credibilidade e confiança necessárias para dar continuidade aos seus projetos. Também ficou claro que a fotografia, enquanto facilitador da compreensão dos conhecimentos técnicos transferidos, atingiu seu objetivo, diminuindo o tempo de aceitação das mudanças propostas e contribuindo para o enaltecimento da imagem da instituição no meio rural.



\* Gráfico 6: Frequência de temáticas ao longo de todo período analisado (46 anos). Fonte: Dados de campo 2011/ 2012.

\* O número de ocorrências ultrapassa o número de capas, pois há edições onde as capas são compostas por várias temáticas diferentes.

Assim, o gráfico 6 mostra um equilíbrio daquilo que o extensionista via no rural: pessoas, animais e plantas, todos passíveis de intervenção e melhoramento. É no conjunto desses fatores, visando sempre maior produtividade, que a política de Extensão Rural formulou suas propostas de desenvolvimento rural, ora enfatizando aspectos do aprimoramento genético para plantas e animais, ora destacando a educação e a comunicação como formas de aprimoramento humano.

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo inicial deste trabalho foi analisar a Extensão Rural em Minas Gerais através das fotografias de capa da Revista Extensão Rural em Minas Gerais, para a compreensão da dinâmica sociocultural, das atividades extensionistas, bem como as transformações sociais provocadas por eles no meio rural durante 60 anos de extensão rural e 46 anos de publicações. Para isto perguntamos inicialmente e tentamos responder, como as fotografias veiculadas na revista Extensão Rural em Minas Gerais representam o mundo rural e a presença do extensionistas nos processos de transformação social, qual era a importância das fotografias em um projeto mais amplo de comunicação rural desenvolvida pela EMATER-MG e quais eram as perspectivas de alcance do uso da fotografia enquanto instrumento facilitador da compreensão de mensagens, técnicas e instruções promovidas pelos extensionistas da instituição.

Dessa forma analisando as fotografias percebemos que elas funcionaram como uma porta para o passado, permitindo ao pesquisador adentrar em um túnel do tempo e visualizar com outros olhares o trabalho efetuado pelos extensionistas ao longo dos anos.

Para aqueles interessados nos ecos do passado do universo extensionista este trabalho poderá oferecer indícios, pistas, sugestões, novas questões, no sentido de ampliar as possibilidades de entendimento da história, dos caminhos percorridos, bem como das estratégias, filosofias, ideologias, e ações da Extensão Rural mineira.

O estudo das imagens impõe mais que a observação ou apreciação das fotografias. Como pesquisador, há de se ter o cuidado de resgatar o que há de novo, documental e explícito nas imagens sem ignorar as possíveis omissões intencionais, acréscimos e manipulações de toda a ordem. Boris Kossoy (2001) enfatiza que o valor e o alcance dos documentos visuais, bem como, sua viável interpretação, estão na razão direta de quem consegue, em função de sua bagagem cultural, sensibilidade, experiência humana e profissional, formular-lhes perguntas adequadas e inteligentes. Logo, a descrição ainda que minuciosa da fotografia, não basta. É preciso que o pesquisador esteja sintonizado no assunto, no contexto e no seu objetivo de pesquisa, pois do contrário, podem surgir inúmeros equívocos.

Assim exposto, no presente estudo não foi realizado apenas um levantamento bibliográfico no que tange ao contexto histórico da Extensão Rural mineira, ou seja, as ações extensionistas e suas transformações sociais, mas sim a utilização das fotografias como recurso pedagógico e de

divulgação institucional, através das fotografias da Revista Extensão Rural em Minas Gerais. Portanto foram feitas diversas visitas ao Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural da EMATER em Belo Horizonte para entrevistas com extensionistas, e funcionários, sempre no sentido de absorver o maior número de informações e conhecimentos que iluminassem o contexto e orientassem a interpretação do texto, ou seja, as imagens fotográficas.

Percebemos então, a partir da série de imagens selecionadas e analisadas, que se construiu uma narrativa sobre a história da Extensão Rural, sempre buscando destacar suas principais ações, e divulgando uma imagem de instituição inovadora, integrada às pesquisas, com força política, destemida e determinada a enfrentar os obstáculos mais diversos para a implementação de suas idéias.

Enquanto agente de transformações sociais, a EMATER-MG soube inteligentemente utilizar a fotografia como recurso pedagógico, obtendo êxito ao acelerar a compreensão dos conhecimentos e promover as mudanças desejadas. Sabendo das limitações de alfabetização de seu público-alvo, a instituição priorizou a visualidade das fotos, conferindo-lhe valor de comprovação e verdade.

Durante sua publicação, no percorrer dos 46 anos estudados, as fotografias da capa das revistas exerceram um papel crucial, estabelecendo uma relação de comprometimento entre a instituição e aqueles que a viam ou a interpretavam, influenciando definitivamente na opinião pública sobre o serviço de extensão rural que, pelos resultados documentados nas fotos, parecia inquestionável.

A intertextualidade utilizada nesta pesquisa possibilitou um diálogo entre as diferentes fontes (iconográficas, verbais, orais, literárias), possibilitou também interagir com outras visões sobre a Extensão Rural, outros discursos sobre o mesmo objeto, mas sobretudo permitiu a contextualização histórico-visual social e cultural, a partir da memória de extensionistas que vivenciaram as diferentes etapas da instituição e da política pública e que ainda hoje estão ativos.

Sendo assim e concordando com Ciavatta (2002), a partir das representações elaboradas pelos fotógrafos extensionistas foi possível compreender as formas e os motivos que traduziram as posições e interesses deste determinado grupo social. Imbuído de um senso missionário e civilizador, o grupo de extensionistas da EMATER-MG atribuiu ao mundo rural um caráter de obra sempre inacabada, sempre sujeita a aprimoramentos e sempre ávida e passiva diante das intervenções externas.

Cabe ainda nestas considerações finais mencionar a relevância deste trabalho: posto que após anos de trabalhos do Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural, colecionando e organizando os documentos, ainda que precariamente, esta dissertação é um dos primeiros esforços de disponibilizar este rico material histórico-visual para a sociedade. Estas fotografias institucionais, através de uma linguagem própria, exprimem importantes elementos constitutivos não só da filosofia ou ideologia da Extensão Rural, bem como de suas ações como agentes transformadores do meio rural mineiro. Rememorando acontecimentos com um olhar distinto, resgatando um pouco da história e da memória da instituição, as imagens trabalharam juntas, compondo, antes de tudo, partes de um todo complexo e ainda carente de mais explicações.

Neste contexto, não podemos deixar de citar a enorme importância deste material iconográfico, aqui digitalizado e organizado, como um artefato cultural portador de uma memória viva do processo estudado, digno de conservação e preservação, sendo considerada uma importante fonte para o conhecimento histórico da experiência do universo da Extensão Rural de Minas Gerais e do Brasil. Também é relevante dizer a importância desse centro de documentação e pesquisa, por seu valor inestimável como fonte de conhecimento para futuras gerações. Este trabalho vem ainda como uma luz, que pode abrir os olhos, e demonstrar a importância de investimentos em preservação e conservação de todo tipo de material de nossa história.

**BIBLIOGRAFIA:**

ABCAR. **A comunicação em um programa de extensão e crédito rural**. Santiago- Chile. 1964

ALVES, Eliseu R.A. **Os objetivos educacionais**. Folheto da ACAR. S.D

ALMEIDA, Simone Barreto de. **Imagem e etnografia**. In: Possíveis Diálogos. Revista da Faculdade Social da Bahia. Ano 6, nº2, 2007.

ANDRADE, Rosane de. **Fotografia e Antropologia-olhares fora - dentro**. São Paulo: Estação Liberdade/ EDUC, 2002.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Organização e atividades da ACAR**. Belo Horizonte, Minas Gerais, 1949.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL. **Informações sobre o Sistema Brasileiro de Extensão Rural e Crédito Supervisionado**. Impresso no projeto-31/ETA- ABCAR, 1960.

BARSA, enciclopédia. **Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda**. 1993

BARTHES, Roland. **A Câmara clara: notas sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL. História da Educação no Brasil. Período do Regime Militar. **Pedagogia em Foco**, Vitória, 1993. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/hebl0a.htm>>.

BORDENAVE, Juan Diaz; PEREIRA, Adair Martinz. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes Ltda. 1980.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação rural**. 3ed. SP: Editora Brasiliense S.A. 1988.

BORGES, Humberto Porto. **História e Fotografia**. <http://WWW.fotoplus.com/fpb/fpb017/b017c.htm>

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989, 311p.

BRANDENBURG, A. **Extensão rural: missão cumprida**. Revista de Ciências Humanas, Curitiba, n.2, Editora UFPR. P.47-58, 1993.

CAPORAL, F. R.; RAMOS, L. F. **Da extensão rural convencional a extensão Rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia**. Disponível em: <<http://www.agroeco.org/socla/publicaciones.html>>.

CANABARRO, Ivo. **Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações**. Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXXI n.2, 23-39, DEZ 2005.

CARVALHO, G.B; BRAGA, G.M. **Jornalismo Rural na comunicação social do Vale do Paraíba, Estado de São Paulo**. 2001. <http://www.intercom.org.br/papers/sipec/ix/trab15.htm>

CARNICEL, Amarildo. **Fotografia e inquietação: uma leitura da imagem a partir da relação fotógrafo-fotografado**. RESGATE (11), 2002. P.41-54

CERQUEIRA, Antonio Aílton Ferreira. **A representação da morte nas capas de revistas Veja e Isto É**. Em questao. UFRGS/FABICO. V.13, n.1. 2007.

[HTTP:seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2010/1328/#auto](http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/2010/1328/#auto)

CIAVATTA, Maria. **O mundo do trabalho em imagens**. A fotografia como fonte histórica. Rio de Janeiro: DP e A, 2002.

COELHO, France Maria Gontijo. **A Arte das Orientações Técnicas no Campo**. Viçosa: UFV, 2005.

DEMARTINI, Zeila B.F. **Resgatando imagens, colocando novas dívidas: reflexões sobre o uso de fotos na pesquisa em história da educação**. São Paulo: Cadernos Ceru. Série 2- nº8-1997.

DIAS, Marcelo Miná. **Uma abordagem introdutória sobre concepções e práticas da extensão rural no Brasil**. CPDA/UFRJ, 2006.

DIAS, Marcelo Miná. **As Mudanças de direcionamento da PNATER (Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural) em face do difusionismo.** Oikos, Viçosa, v. 18, n.2, p.11-21, 2007.

DOULA, Sheila Maria. **A fotografia e o “estar lá” da extensão rural.** CD do VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural – Quito, 20-25 NOV.2006.

DUARTE, R; SOARES, J.B. Extensão Rural e comunicação no Brasil: Notas históricas e desafios contemporâneos. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v.1, n. 2, p. 397-426, jul - dez. 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMBRATER. **A comunicação na extensão rural: fundamentação e diretrizes operacionais.** Brasília, 1987. 52p.

**Extensión em Las Américas.** Vol II. Enero 1957. P.22-13

FABRIS, Annateresa. **Fotografia: Usos e Funções no Século XIX.** Annateresa Fabris (org.) – 2, Ed./ reimpresso. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008

FREIRE, Marcius. **Gregory Bateson, Margaret Mead e o caráter balinês: notas sobre os procedimentos de observação fotográfica em “Balinese Character: a Photographic Analysis”.** Revista ALCEU. V.7 – n.13 – p. 60-72 – jul./dez. 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 11. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, ISA MARIA. **Comunicação de informações tecnológicas para o meio rural.** Ciência da Informação, V. 13, n.: 67-71, jan. /jun. (1984)

FREITAG. Bárbara. **“Sistema e mundo vivido em Habermas”.** IN; Revista GEEMPA. Porto Alegre: jul.1993.

FRIEDRICH, Odilo Antonio. **Comunicação Rural: Proposição Crítica de Uma Nova Concepção**. 2. Ed. Brasília, Embrater, 1988.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil – um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1986.

GEERTZ, Clifford. **O dilema do antropólogo entre estar lá e estar aqui**. Cadernos de Campo, ano 8, n1, São Paulo, 1997-8, p. 205-35

HABERMAS, J. **Teoria de La acción comunicativa I – Racionalidad de La acción y racionalización social**. Madri; Taurus, 1987.

HEDGECOE, J. **Guia completo de fotografia**. 1. Ed. São Paulo. Editora Martins Fontes, 1996, 223p.

JOLY, Martine. **Introdução a análise da imagem**. Campinas, SP: Papirus, 1996. (Coleção Ofício de Arte e Forma).

KEARL, Bryant E. **Comunicação para o desenvolvimento agrícola**. EMBRATER. Brasília 1979.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. 3ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 2ª edição. São Paulo: Ateliê Editorial, 2007.

LAPLANTINE, François. **A descrição etnográfica**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

LEITE, Mirian Moreira. **Retratos de família: leitura da fotografia histórica**. São Paulo: EDUSP, 1993.

LEITE, Enio. **A história da fotografia no Brasil**. Focus Escola de Fotografia. 2004

LIMA, A.L; EVANGELO, M.C.S. **Extensão Rural: parcerias e pioneirismos**. 1998. EMATER-MG

MALAVOLTA, E. **As ciências agrícolas no Brasil**. In: Ferri, M.G e Montoya, S. História das Ciências no Brasil, São Paulo, EPU, 1981.p.105-149.

MARANGON, Benito. O papel da Comunicação na Extensão Rural: uma abordagem para o momento presente. In: I Seminário de Comunicação Rural - Perspectivas atuais e futuras. UFV, Viçosa-MG. 1994.

MARC, Bloch. **Introdução a História**. 2ª edição, Lisboa, Publicações Europa-América, 1965.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: fotografia e história interfaces**. Revista Tempo, v.1, n.2. Rio de Janeiro: 1996.

MDA. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão rural. (PNATER)**. 2003

MENEZES, F.P.D; MIRANDA, J.R.S. **Um olhar ético e moral nas ações extensionistas**. Revista de Ciências Humanas, Vol. 11, número 1, p.139-150, jan./jun. 2011.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "**Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)**" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=130>, visitado em 4/6/2012.

MOTA, Nilton Luiz Cosson. **Florestania, mateiros, varadouros, ramais, igarapés: a extensão rural no pólo agroflorestal Dom Moacir, Bujari, Acre.** Dissertação (Mestrado em extensão rural e desenvolvimento rural). Universidade Federal Rural de Pernambuco. (UFRPE). Recife-PE, 2006.

OLIVEIRA, Erivam M. O pioneiro da fotografia no Brasil. [WWW.bocc.ubi.pt](http://WWW.bocc.ubi.pt)

OLIVEIRA, Erivam M. Da fotografia analógica à ascensão da fotografia digital. [WWW.bocc.ubi.pt](http://WWW.bocc.ubi.pt)

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. **A importância de uma teoria interpretativa da cultura na extensão e educação rural.** IN: BRAGA, Geraldo Magela; KUNSCH, Margarida Maria Krohling. (orgs). **Comunicação Rural – Discurso e Prática.** Viçosa: UFV, 1993, 173p.

PAULA, de J.A.A. **Memória Histórica.** ACAR/EMATER-MG. 1998

PEIXOTO, Marcus. **Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da Legislação.** Consultoria Legislativa do Senado Federal. *HTTP://*  
[WWW.senado.gov.br/conleg/textos\\_discussao.htm](http://WWW.senado.gov.br/conleg/textos_discussao.htm).

PEREIRA, Rodrigo Fernando. **A Ilusão especular de Arlindo Machado.** 2008  
<http://rfpereira.multiply.com/journal/item/34>

PUHL, Fernanda; WEBER, Andréia F. **Panorama sobre comunicação rural no Médio Alto Uruguai- Rio Grande do Sul.** Universidade Federal de Santa Maria, UFSM. INTERCOM 2010.

PUZZO, Mirian Bauab. Gêneros discursivos. Capas de revistas. Revista Caminhos em Linguística aplicada, UNITAU. Volume 1, Número 1, p. 63-71, 2009. Disponível em: [www.unitau.br/caminhosla](http://www.unitau.br/caminhosla)

QUEDA, Oriowaldo. **A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola.** Tese Livre Docência. Piracicaba, SP, 1987.

RIBEIRO, José Paulo. **A saga da extensão rural em Minas Gerais.** Rio de Janeiro: Annablume, 2001.

RODRIGUES, C. M. **Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v.14, n.1, p.113-154, 1997.

SALLES, F. **Breve História da Fotografia.** 2008. Retirado de: [HTTP: WWW.mnemocine.com.br](http://WWW.mnemocine.com.br)

SILVA, G. J; COSTA. J.R.S. **Jeca Tatu versus Zé Brasil: Extensão Rural e modernização conservadora no pensamento esaviano.** I Seminário de História: Caminhos da Historiografia Brasileira Contemporânea. Universidade Federal de Ouro Preto. 2006. <http://www.ichs.ufop.br/seminariodehistoria>.

SILVEIRA, Miguel Ângelo da; CANUT, João Carlos. (orgs). **Estudos de Comunicação Rural.** São Paulo: Intercom: Loyola, 1988.

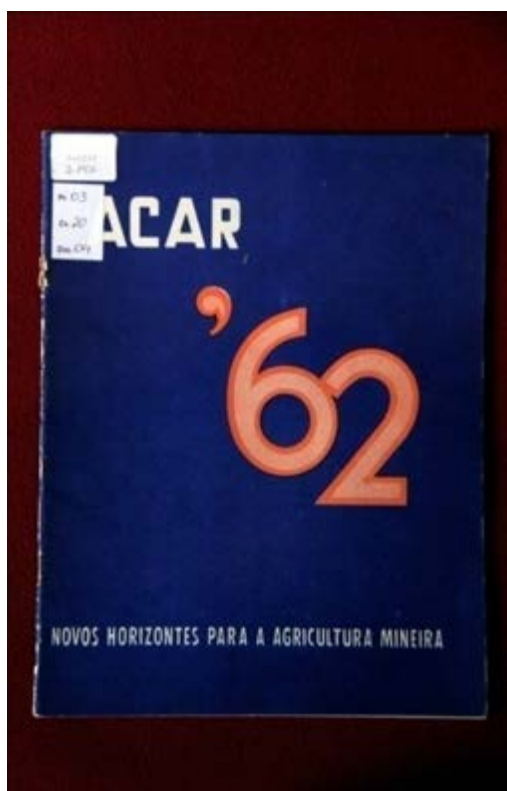
I SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO RURAL. **Comunicação Rural: perspectivas atuais e futuras.** ARAÚJO, J.G. F de. (Editor). Universidade Federal de Viçosa, 1994.

SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1986.

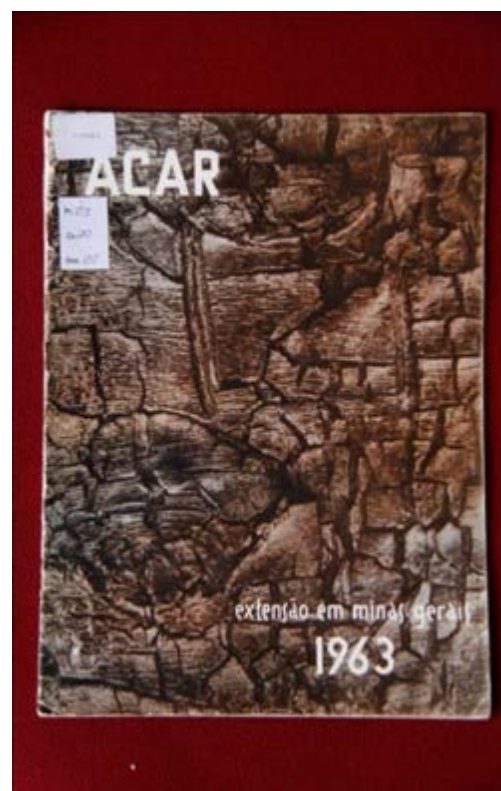
SONTAG, Susan. **Sobre fotografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

**ANEXO 1 - MEMÓRIA FOTOGRÁFICA** - Coleção de capas digitalizadas das Revistas **Extensão Rural em Minas Gerais (1962–2008)** do Centro de Documentação e Pesquisa em Extensão Rural Engenheiro Agrônomo José Alfredo Amaral de Paula, EMATER-MG, Belo Horizonte. (2011/ 2012).



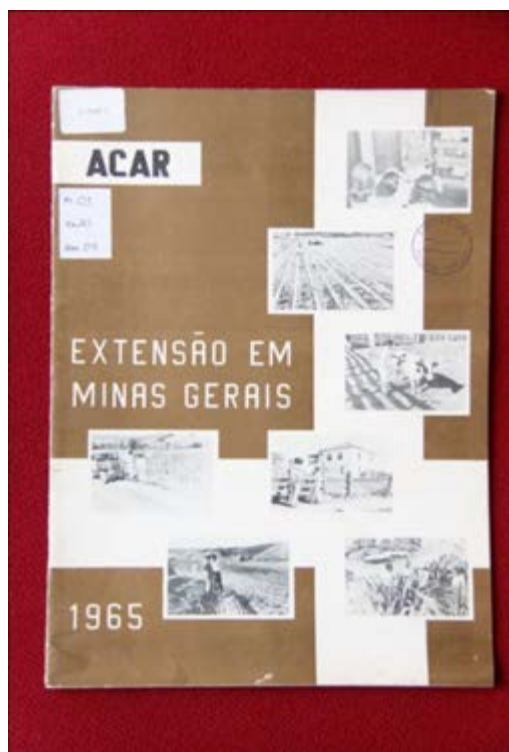
Edição - 1962



Edição - 1963



Edição - 1964



Edição - 1965



Edição - 1966



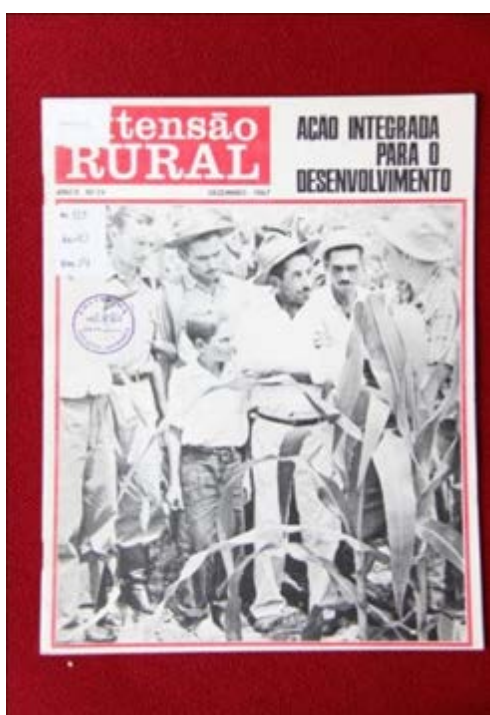
Edição - 1967



Edição - 1967



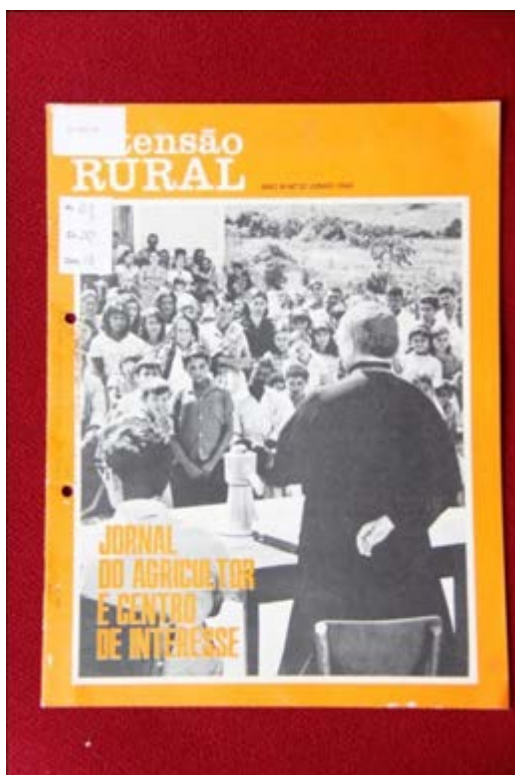
Edição - 1967



Edição - 1967



Edição - 1968



Edição - 1968



Edição - 1968



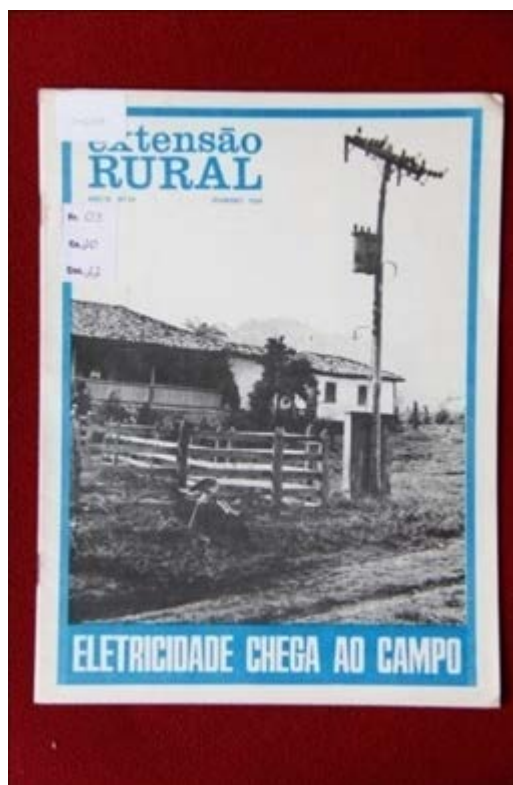
Edição - 1968



Edição - 1968



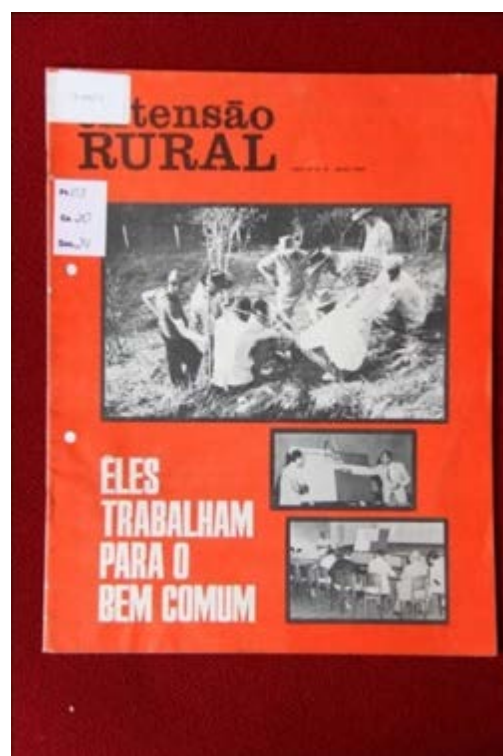
Edição - 1968



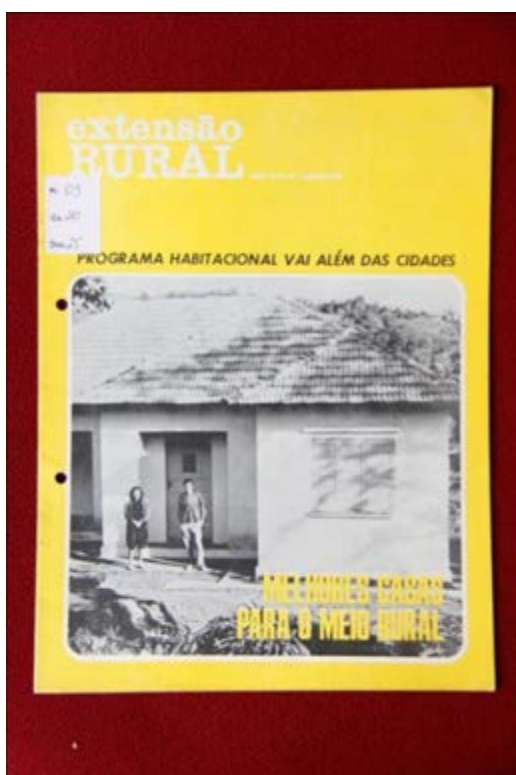
Edição - 1968



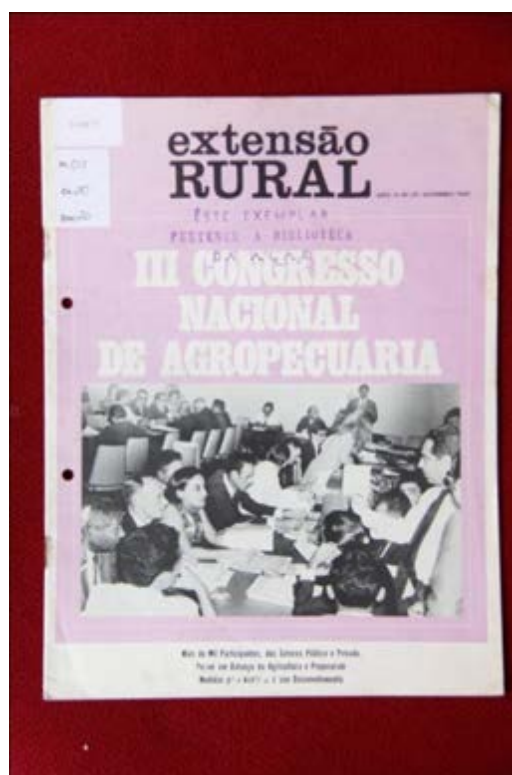
Edição - 1969



Edição - 1969



Edição - 1969



Edição - 1969



Edição - 1970



Edição - 1971



Edição - 1971



Edição - 1972



Edição - 1972



Edição - 1972



Edição - 1972



Edição - 1972



Edição - 1972



Edição - 1972



Edição - 1972



Edição - 1973



Edição - 1973



Edição - 1973



Edição - 1973



Edição - 1974



Edição - 1974



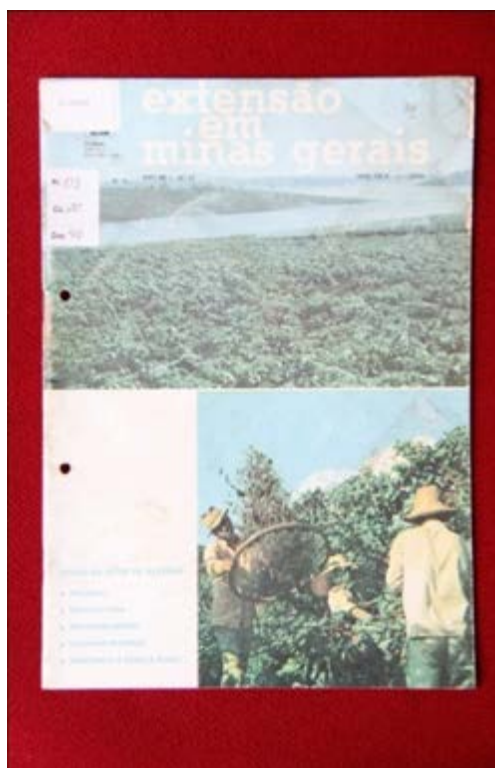
Edição - 1974



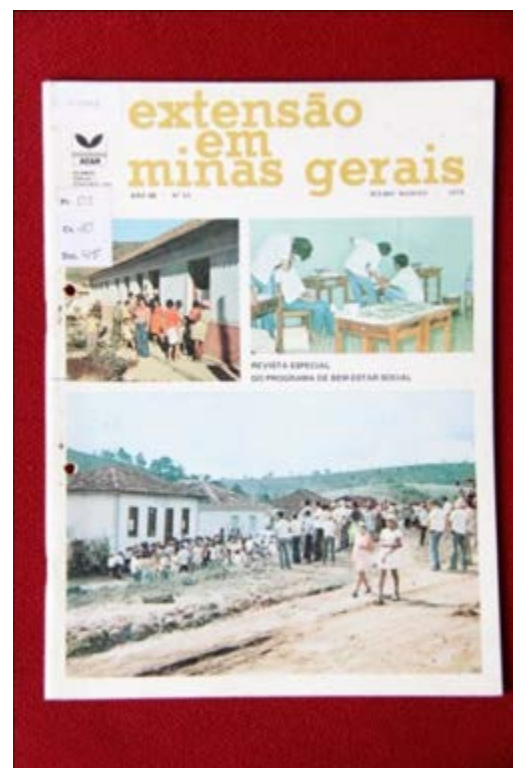
Edição - 1974



Edição - 1974



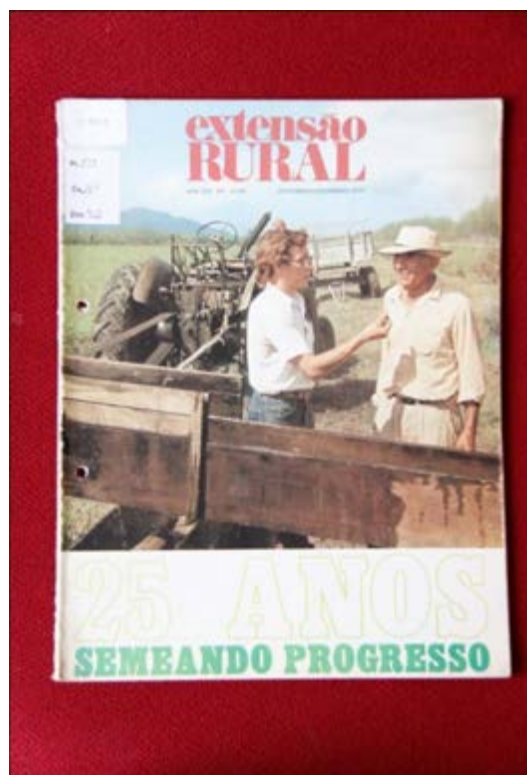
Edição - 1974



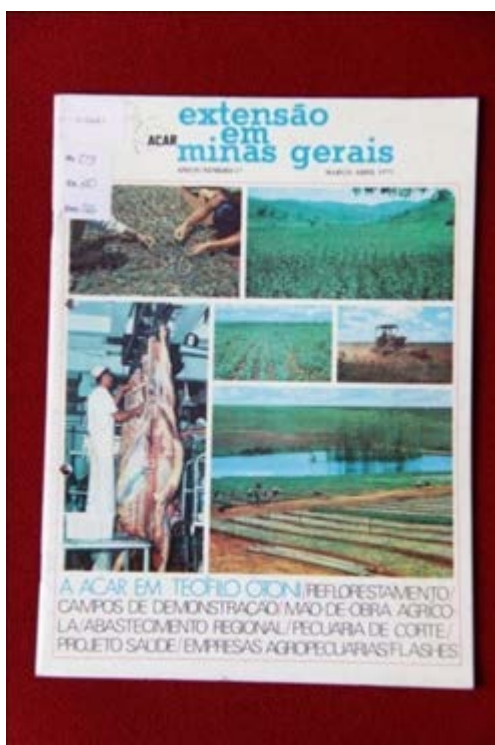
Edição - 1974



Edição - 1974



Edição - 1975



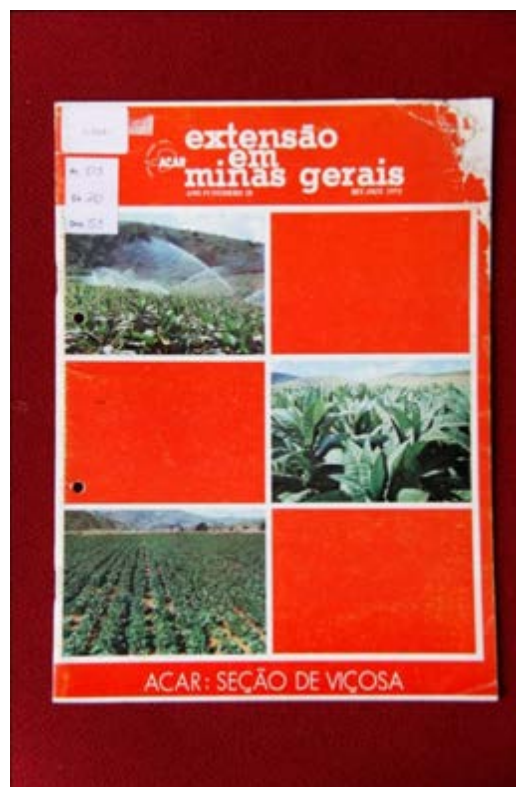
Edição - 1975



Edição - 1975



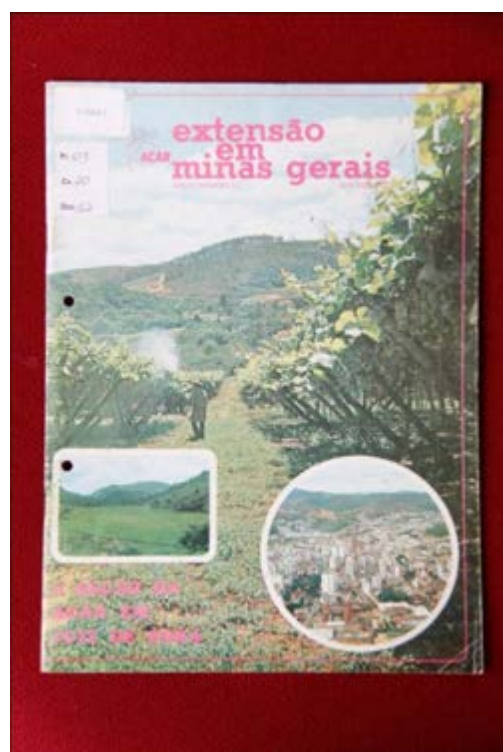
Edição - 1975



Edição - 1975



Edição - 1975



Edição - 1975



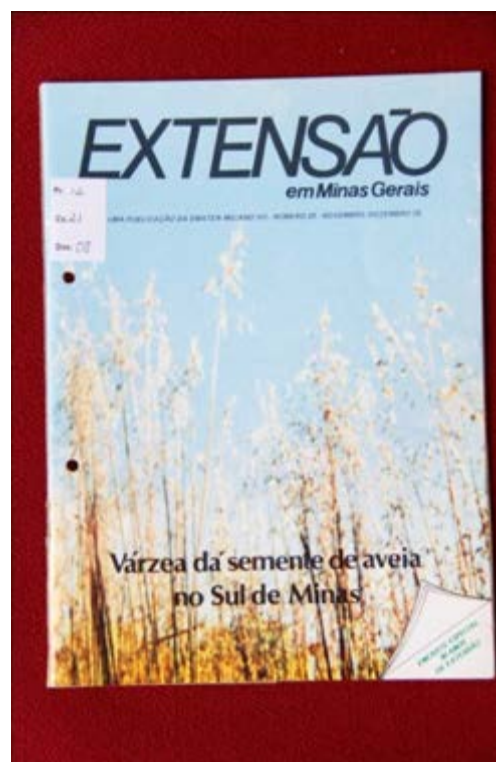
Edição - 1977



Edição - 1977



Edição - 1977



Edição - 1978



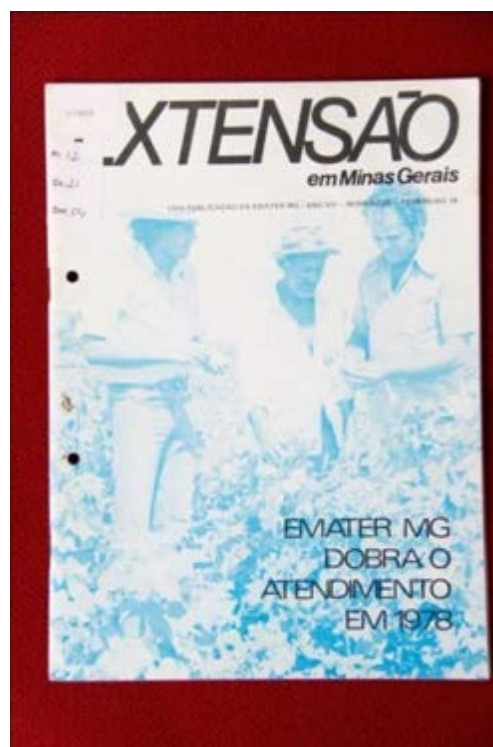
Edição - 1978



Edição - 1978



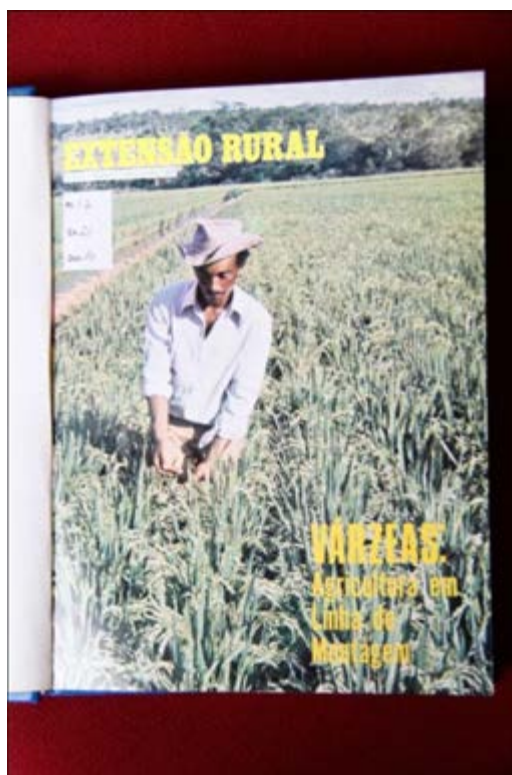
Edição - 1978



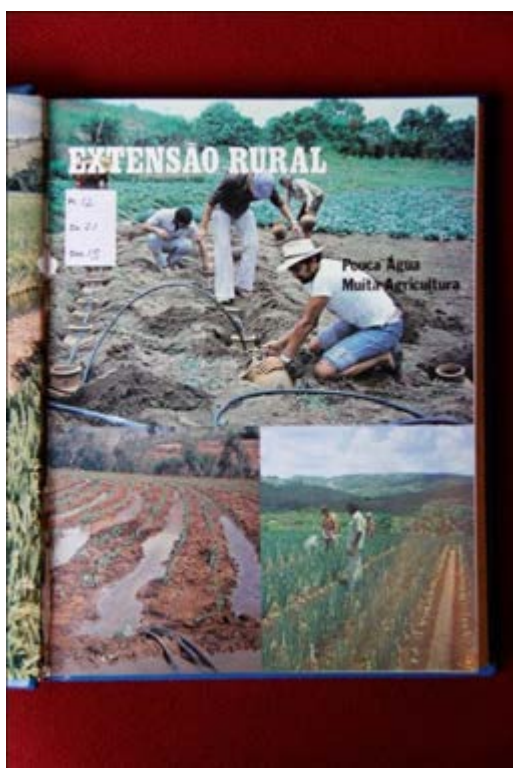
Edição - 1978



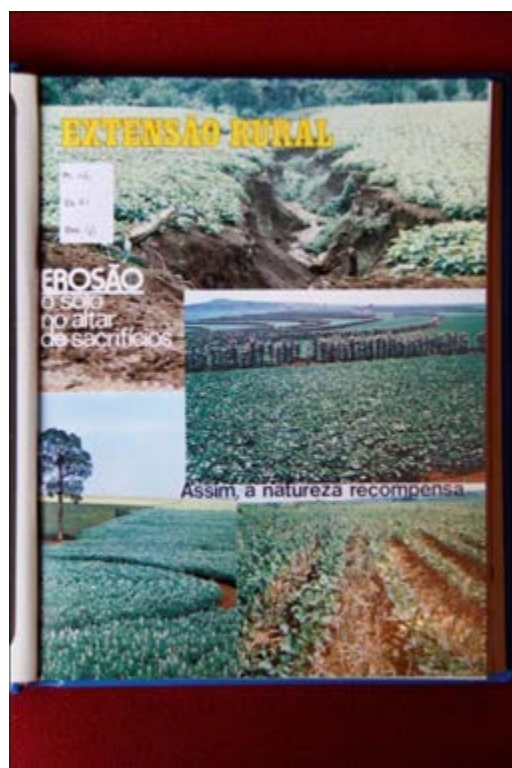
Edição - 1980



Edição - 1980



Edição - 1980



Edição - 1980



Edição - 1980



Edição - 1981



Edição - 1981



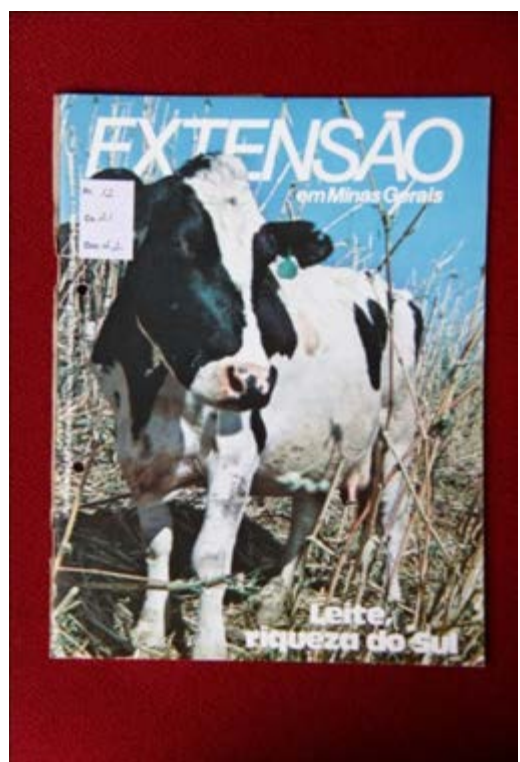
Edição - 1981



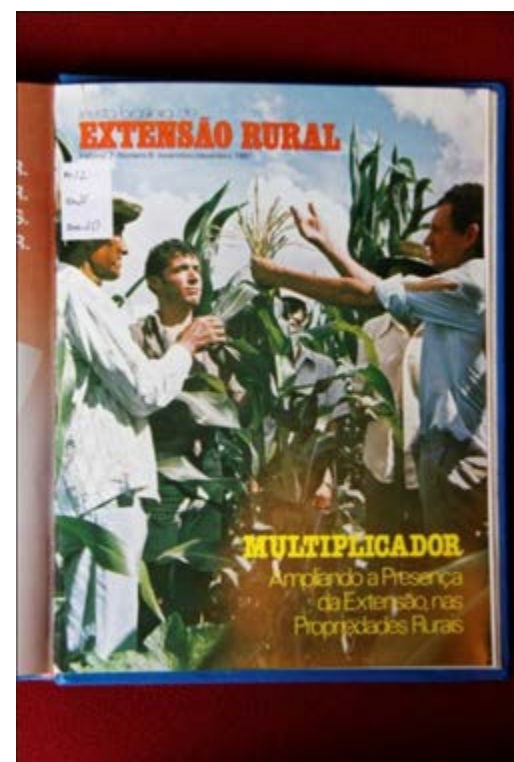
Edição - 1981



Edição - 1981



Edição - 1981



Edição - 1981



Edição - 1981



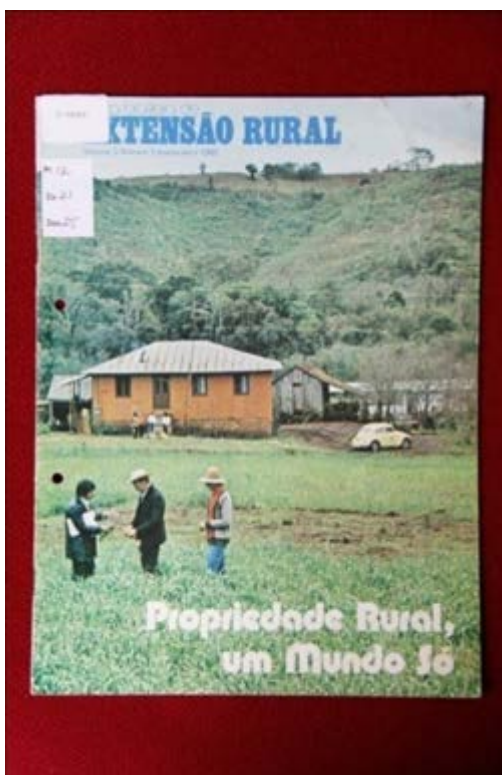
Edição - 1981



Edição - 1981



Edição - 1982



Edição - 1982



Edição - 1982



Edição - 1982



Edição - 1982



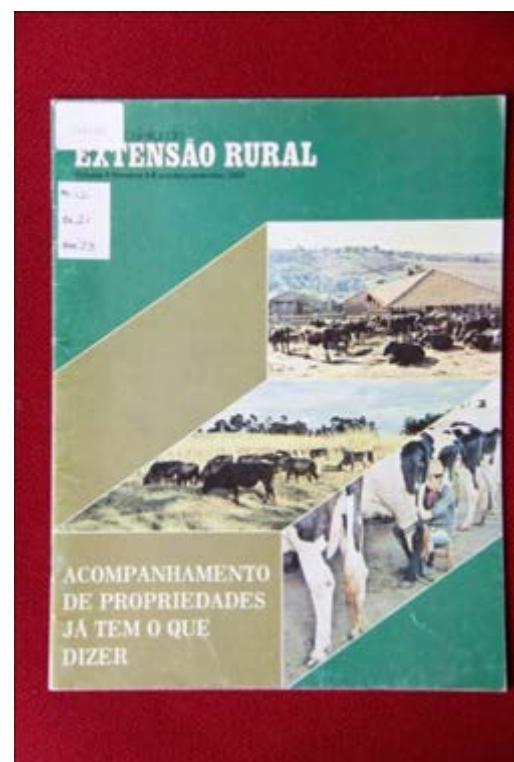
Edição - 1982



Edição - 1983



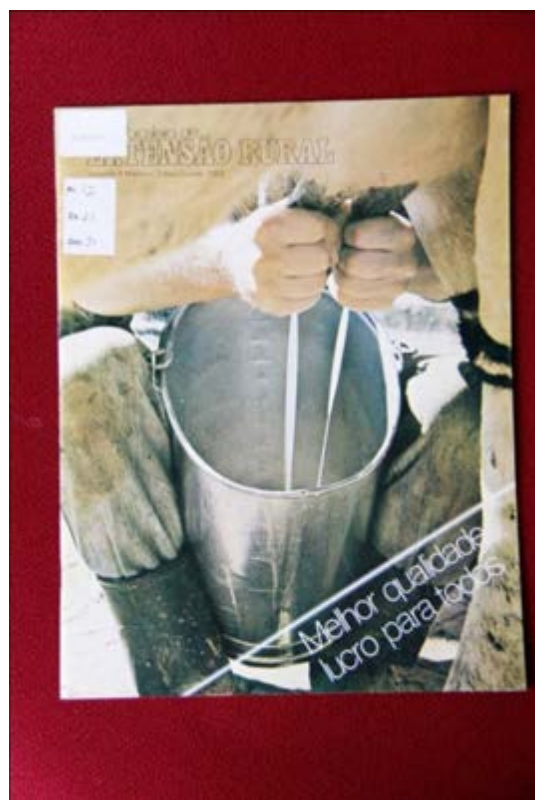
Edição - 1983



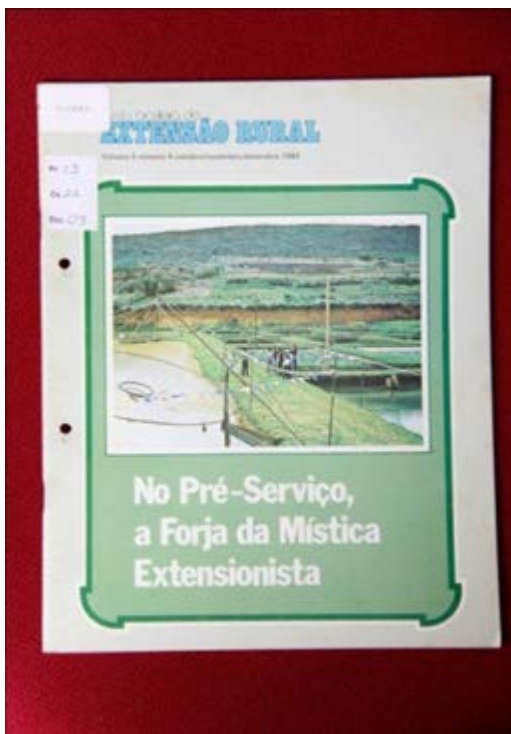
Edição - 1983



Edição - 1983



Edição - 1983



Edição - 1984



Edição - 1984



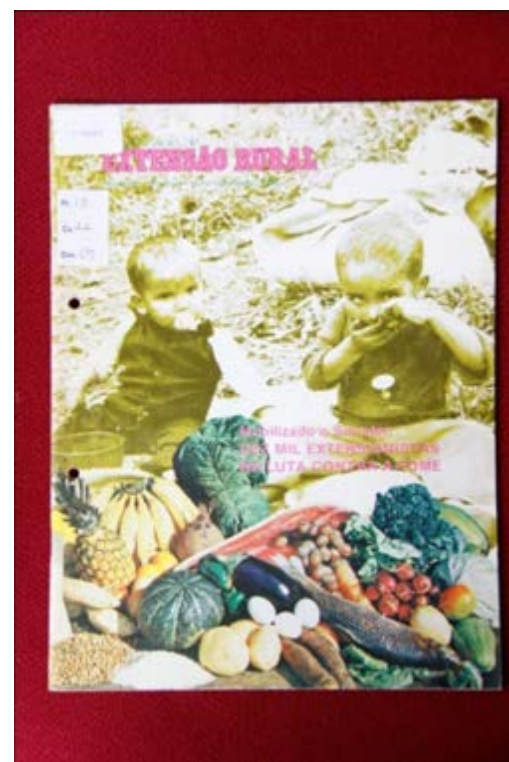
Edição - 1984



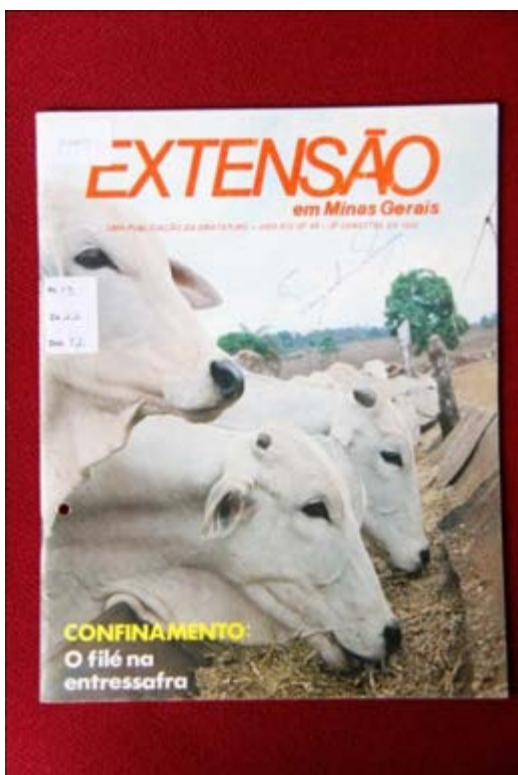
Edição - 1985



Edição - 1985



Edição - 1985



Edição - 1986



Edição - 1986



Edição - 1986



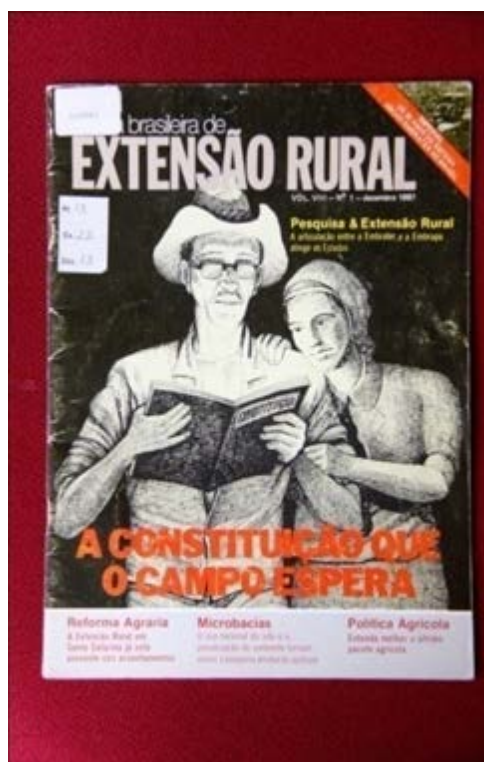
Edição - 1986



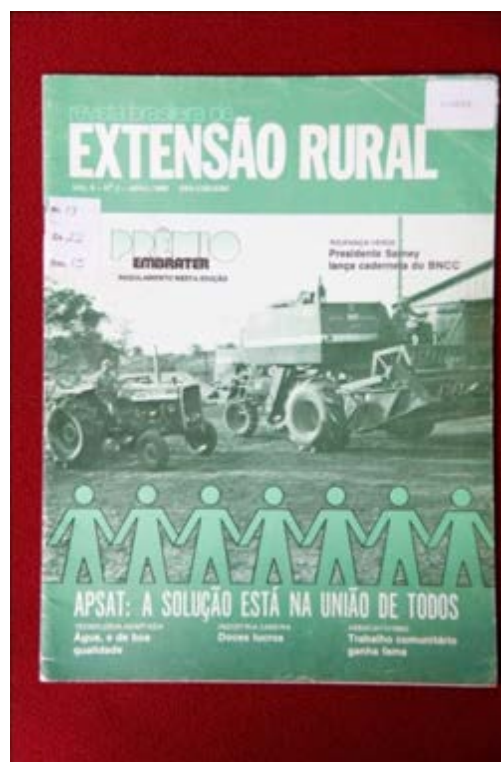
Edição - 1986



Edição - 1987



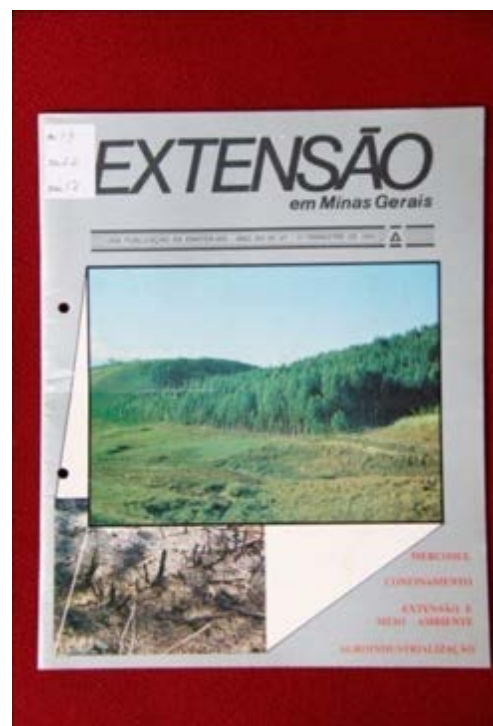
Edição - 1987



Edição - 1988



Edição - 1991



Edição - 1992



Edição - 1992



Edição - 1992



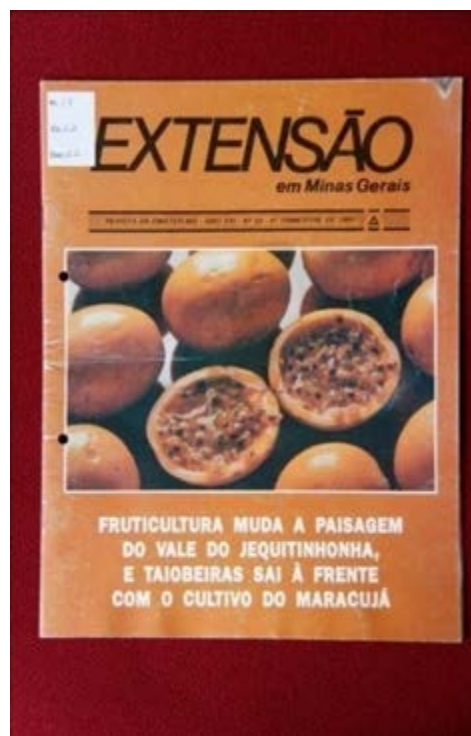
Edição - 1993



Edição - 1993



Edição - 1993



Edição - 1993



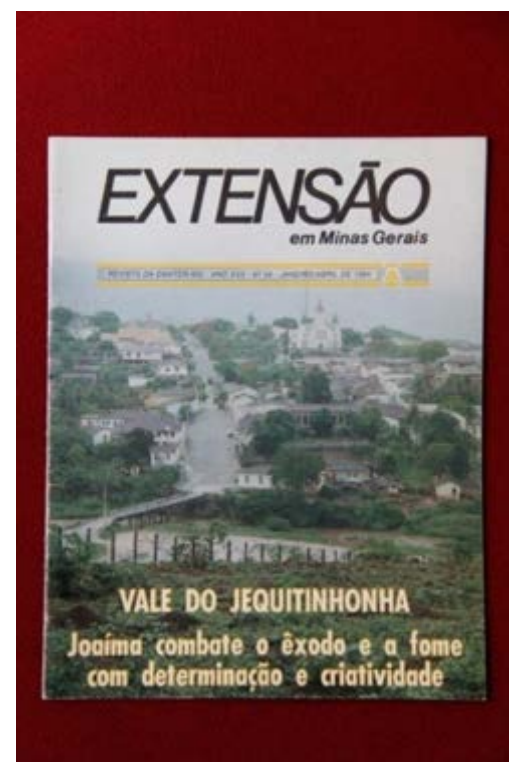
Edição - 1994



Edição - 1994



Edição - 1994



Edição - 1994



Edição - 1995



Edição - 1996



Edição - 1996



Edição - 1996



Edição - 1997



Edição - 1997



Edição - 1997



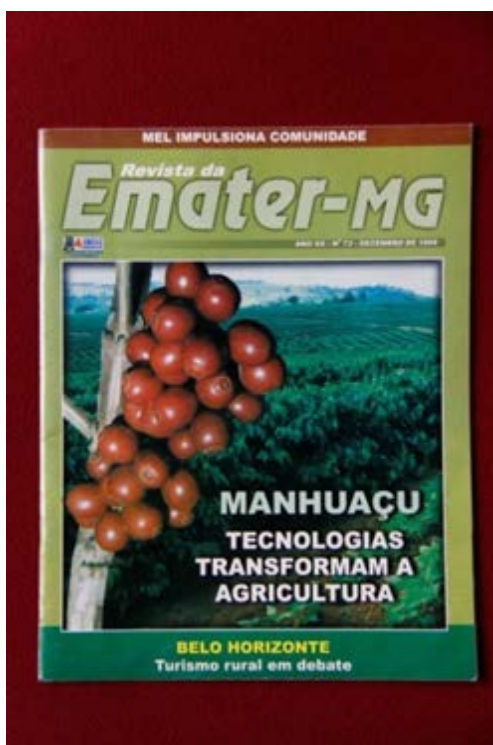
Edição - 1998



Edição - 1998



Edição - 1999



Edição - 1999



Edição - 2002



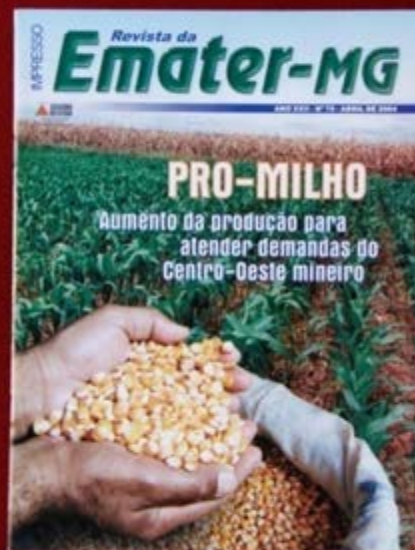
Edição - 2003



Edição - 2003



Edição - 2003



Edição - 2004



Edição - 2004



Edição - 2005



Edição - 2005



Edição - 2008

## ANEXO 2 - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

**Entrevistado 1** – Professor Maurício Almeida. Engenheiro Agrônomo pela UFV, professor do Centro de Tecnologia de Alimentos (UFV), foi coordenador do Centro de Ensino e Extensão, trabalhou do Departamento de Economia Rural. Trabalha na Emater como Coordenador técnico há 20 anos. Trabalhou também como fotógrafo da Emater em diversas visitas a campo.

*1- Professor Maurício a Emater atualmente desenvolve algum projeto de memória, e se sim quais são eles?*

A Emater a partir de 1998 sentiu a necessidade de resgatar os trabalhos e projetos desenvolvidos pela instituição, como também os nomes, as pessoas, e os materiais, tanto iconográficos, como as fotografias, como os textuais, as cartilhas etc. Sempre com o sentido de se tornar uma referência nacional, visto que a Acar foi uma referência em Minas e no Brasil. A Emater sempre foi uma referência para o país em termos de extensão rural, portanto nada mais oportuno do que resgatar esta história de trabalho com o homem do campo e a família rural, trabalho educativo presente até os dias de hoje.

*2- Professor Maurício, a Emater desde seu início se preocuparam com as fotografias e com as imagens, qual era a preocupação da instituição com estas imagens fotográficas?*

É interessante observar a relação entre o público e o trabalho de extensão, visto que o grau de instrução do público era bem baixo, com isso era necessário mostrar a coisa o mais real possível, fazer com que as pessoas entendessem e fizessem o mesmo, adotassem as inovações. Era também necessário que se registrasse o que se estava fazendo, já que o governo estava investindo e cobrava uma contrapartida, assim ela teve um papel fundamental, mostrando as diferenças regionais, os perfis, ações e trabalhos.

*3- Quando a instituição se preocupou em contratar um fotógrafo profissional, que fosse experiente, que dominasse de fato o equipamento, que tivesse reais condições de revelar e ampliar as fotografias?*

Desde o princípio a instituição se preocupou com isto, inclusive um dos fotógrafos foi o José Nicolau que trabalhava no canal Manchete, e antes dele ainda outros fotógrafos americanos vieram para cá para dar suporte aos trabalhos iniciais, alguns inclusive com experiências em cobertura de guerras. Sendo assim eram profissionais de peso, com equipamentos de ponta para as condições da época. Infelizmente muitos destes equipamentos acabaram sendo leiloados.

*4- Os extensionistas também fotografavam?*

Eles sempre carregavam pelo menos uma máquina com eles, visto que elas ajudavam a mostrar os trabalhos que estavam sendo feitos, era necessário prestar contas.

5- *Existia alguma espécie de orientação, a partir da diretoria ou outra hierarquia da instituição, sobre o que deveria ser fotografado?*

A princípio não, a instituição se preocupava em orientar tecnicamente aqueles que iriam fotografar em campo, existia um treinamento básico pré-campo. Sendo assim ele tinha sim uma idéia do que deveria se fotografar. Estes treinamentos eram financiados pelo próprio programa do projeto. O que fotografar na verdade, era mostrar o trabalho, eram feitas fotografias lineares, temporais, mostrando o antes das visitas, e instruções e o depois da adoção das inovações. Mas também se mostravam os erros técnicos a partir da fotografia, no sentido pedagógico, que deveriam ser corrigidos, por exemplo, a fotografia de um campo com adubagem errada. A Emater sempre teve uma política direcionada para a produção áudio-visual. Existia uma área destinada só para fotografia.

6- *Quem eram os encarregados pela edição da revista?*

Existia uma equipe para isto, com jornalista, fotógrafo, direcionado para determinadas matérias, além do registro do trabalho cotidiano.

7- *Como os extensionistas utilizavam as fotografias feitas em campo?*

A fotografia foi muito utilizada na produção de relatórios, artigos, textos técnicos, e como recurso pedagógico. Visto que anteriormente, outras técnicas como o álbum seriado e o mimeografo foi altamente utilizado e tinha sua eficácia comprovada. A fotografia foi utilizada desde o início exatamente pela sua eficiência como recurso pedagógico.

8- *Em sua opinião, qual era visão de mundo que os extensionistas pretendiam com estas fotografias?*

Melhorar as condições dos agricultores, os extensionistas estavam sempre preocupados em ajudar a elevar o nível de vida das famílias rurais. A foto possibilitava a comparação, facilitando o convencimento da adoção de novas tecnologias. Na área de saúde foram marcantes, mostrando pessoas com verminoses, doenças, mostrando as pessoas descalças, por exemplo, sendo que a partir da visualização as pessoas compreendiam melhor que deveriam andar calçadas para evitar pegar aquelas doenças.

9- *Professor Maurício, como você avalia a possibilidade de dar continuidade aos projetos de memória da Emater e qual a importância que você atribui à produção de imagens e as fotografias que já existem da Emater de Minas Gerais.*

A fotografia para mim é o ontem, o hoje e o amanhã, as mídias estão mudando, evoluindo rapidamente, e não sabemos exatamente o que poderemos reproduzir, e a fotografia também esta evoluindo. Porém as fotografias do passado, em papel, têm muita informação que não pode ser perdida no tempo. O resgate destas fotos é fundamental, caso contrario se perderá

fatos, contextos, se perderá a história da agricultura brasileira, da extensão brasileira, que foi pioneira. É preciso promover uma concepção moderna de arquivo, democratizando o acesso, disponibilizando este material para inúmeros futuros trabalhos. Não existem registros tão fortes como as fotografias. As fotografias são diversas percepções do mundo, um analisa de uma maneira, outro de outra, sem exatamente que exista uma interpretação certa ou errada.

*10- Atualmente existe um fotógrafo da instituição?*

Sim, existe um fotógrafo a disposição da instituição. Mas só trabalha no período jornalístico de 6 horas.

*11- Atualmente este fotógrafo recebe alguma orientação do que fotografar?*

Não necessariamente, ele pode por conta própria selecionar o que fotografar, existe autonomia, mas geralmente quando ele acompanha os técnicos, acaba por registra muitas coisas indicadas por estes.

*12- Quem financiava os equipamentos?*

Nos próprios projetos do programa existiam subsídios para a parte de produção fotográfica.

*13- Você acredita que a democratização da fotografia esta interferindo em uma produção fotográfica de maior qualidade técnica e artística?*

A Tecnologia abriu espaço, as máquinas já vêm com centenas de recursos automáticos, porém isto não prepara o fotógrafo para as diversas situações que ele vai encontrar. Assim o fotógrafo tem que ter outros conhecimentos, uma boa foto precisa de uma boa técnica de fotografia, mas necessita também de um olhar apurado, que só existe com o treinamento. É preciso um cuidado maior com as fotografias digitais, pois se cria a ilusão de que as fotografias digitais são eternas, quando que um pique de energia pode queimar o HD, por exemplo, e fazer com que se perca todo o trabalho. A tecnologia muitas vezes é uma faca de dois gumes.

*14- A Emater ainda produz material impresso?*

Sim, a instituição ainda produz diversos impressos, folders, cartilhas etc.

*15- Teve algum fotógrafo que se destacou por algum viés diferenciado nas fotografias?*

Sim, um fotógrafo antigo, seu Coimbra se destacou pelo lado mais humano, fotografava mais as pessoas do que as coisas.

*16- Qual é a importância da fotografia como recurso pedagógico?*

A questão da fotografia é fundamental neste trabalho técnico educativo, por que você olha, você mostra e você convence mais facilmente. A visão é o melhor meio de aprender, é um recurso fundamental, que tem de ser continuado. Um folder com fotografias por exemplo desperta muito

mais interesse do que um sem fotografias. Nos materiais técnicos educativos é da mesma forma, elas despertam muito mais interesse no receptor.

**Entrevistado 2-** José Paulo Ribeiro. Autor do livro “A saga da extensão rural em Minas Gerais”. Pioneiro da extensão rural em Minas Gerais. 60 anos de extensão rural.

*1- Buscando entender um pouco mais da história da Acar bem como quando e porque existiu a necessidade de fotografar?*

Tudo começou com o diretor Mr. Crawford e Mr. Apodaca, que passaram a utilizar este material nos primeiros relatórios da instituição, no final da década de 40 e no início dos anos 50. Posteriormente, diversos fotógrafos passaram pela Acar, com destaque ao José Nicolau, que trabalhava na Revista o Cruzeiro, ele se destacou por ter um olho clínico para tirar fotografias das atividades de extensão, escolhendo os melhores ângulos e valorizando intensamente o trabalho dos extensionistas.

*2- Existia uma política de áudio-visual?*

Não necessariamente como política, mas os recursos áudio-visuais estiveram sempre presente desde o início, com destaque para o projetor de cinema, que era operador por Geraldo Hertz, que também foi largamente utilizado e de forma muito pioneira, já que levávamos o projeto e o gerador no jeep e passávamos os filmes em distantes locais.

*3- A fotografia então sempre foi importante para a instituição?*

Com certeza, a fotografia para empresa foi a que mostrou o resultado de muita coisa que se fazia, mas também como recurso pedagógico, mostrou como ensinar a fazer um cilo trincheira, um paiol, um terreiro de café, a utilização do filtro de barro dentre outras dezenas de coisas, ela era algo muito prático. Como recurso pedagógico também teve muita importância, principalmente com a utilização de slides, utilizados em varias palestras e treinamentos. Ela foi muito importante como meio de ensinar, como um recurso de impacto.

*4- Existia uma divisão de informação?*

Sim, existia uma divisão de informação responsável pela escolha e publicação das imagens, às vezes nós podíamos opinar, mas em geral eles já sabiam o que fazer com o material fotográfico produzido. Era tudo sacramentado nas fotografias. Mostrávamos a casa velha, e depois mostrávamos a casa nova depois do uso do crédito.

### **Entrevistado 3 - Benjamim Salles Duarte- 42 anos de extensão rural.**

*1- Pelo fato de você ter 40 anos de extensão conhece bem todas as fases pelas quais a extensão passou, neste sentido, existia alguma política de imagem, produção fotográfica, para determinado fim pedagógico? Ou para determinado fim externo de publicação ou de demonstração do trabalho que estava sendo realizado?*

Tais políticas eram abordadas nos Planos diretores da Acar, de 1948, ela tinha como objetivo buscar, naquela época, uma integração entre pesquisa, extensão e produção, sendo que no meio deste trio existia um projeto, que se chamava Bem-estar social. Então era uma idéia inovadora há 60 anos passados, pois não se olhava apenas a propriedade, mas também a família, não era somente fomento agrícola, que vigorava na época em que a questão da produção superpunha a questão da família dentro do espaço rural. Quando a Acar veio para o Brasil o mundo vivia um colapso socioeconômico, a Europa dizimada, um pouco da África, diversos problemas com comida, problemas industriais, o Japão dizimado, e o que sobrou mais poderoso ainda foi os EUA, que detinha 50 % do PIB mundial. Os EUA deveriam socorrer a Europa ( plano Marshall), totalmente industrializado, desenvolvendo tecnologia de ponta, e os outros países sofrendo os seus próprios problemas internos. Sedo assim o mundo voltou os olhos para a América latina, ai surgiu a proposta de uma extensão rural com um olhar para a família, com uma política ainda incipiente. A visão extensionista vinha acoplada de algumas condicionantes, tecnologia, renda, bem-estar social. A renda muito focada em quatro tipos de crédito, o supervisionado, que atendia demandas da agricultura e pecuária, mas também da família, credito orientado, juvenil e habitacional rural. Então tínhamos técnicos capacitados para acionar todos estes créditos, para atender todos os aspectos do extensionismo, sendo assim esta empresa já nasceu inovadora. Assim, você pode notar os efeitos que tinha esta política na qualidade de vida das famílias assistidas. Foi uma empresa inovadora também no aspecto de como trabalhar com a família rural. Estávamos trazendo de certa forma uma doutrina, uma visão de um país desenvolvido que precisaria ser adaptado a condições políticas, econômicas, sociais minimamente no Brasil, então foi preciso qualificar o extensionista para que ele pudesse trabalhar no meio rural. Estradas péssimas, poeira no verão, barro nas chuvas, eletrificação praticamente inexistente, um sistema de pesquisa agropecuário, que por mais esforço, ainda deixavam muitas perguntas sem resposta, o nível cultural dos agricultores. Sabe-se que a cultura tem profunda influência na adoção de inovação, os preconceitos rurais, que era necessário aprender a conviver como eles. Não existiam tantos meios de comunicação, exceto o rádio, que foi um grande instrumento da extensão rural. O Brasil era um país tradicionalista, pouco inovador, era um pais resistente, éramos obrigados a fazer o estudo de realidade rural, em que se levantava todos os dados, em todos os aspectos. Talvez até com certo amadorismo, talvez muito mais por amor do que por conhecimento neste tipo de assistência. Mas enfim o que quero dizer é que a empresa firmou uma filosofia. A empresa passou por muitas turbulências, mas a sua filosofia, o seu espírito nunca mudou, infelizmente ela dependeu de recursos federais, municipais, inicialmente internacional, portanto

mudanças ocorrem. Não se pode fazer um bom trabalho ignorando-se o poder político. Não se faz um trabalho sem poder político. E toda inovação custa dinheiro, se você quer mudar é preciso pagar por isso. A inovação tem o custo da rotina mais x. A empresa atualmente tem a mesma logística de quando foi fundada. Atingimos 803 municípios, não tem nada igual no Brasil.

2- *Obviamente que a empresa sofreu dificuldades e turbulências durante todos estes anos, mas fotografia esteve presente desde a primeira vez que se praticou a extensão no Brasil, com o registro ininterrupto de todas as atividades. Como você interpreta este fato?*

A fotografia teve importância significativa na história da extensão rural do Brasil. Na instituição, tanto na vertente técnica, fotografando as culturas e todos os outros aspectos, com profissionais altamente qualificados. Todo este apoio logístico da comunicação visual foi justamente, para que as pessoas, incluindo os pesquisadores, alinhassem a linguagem, a fotografia tem esse mérito, se bem tirada ela fala por si mesmo. A pessoa vê, se você colocar uma foto de um café de qualidade ele é inconfundível. A fotografia tem uma dimensão, técnica, cultural, tecnológica.

3- *Sempre existiu financiamento para este trabalho de produção fotográfica?*

A empresa sempre teve recursos para investir, até porque buscava outras parcerias também. Depois vieram os primeiros parques gráficos, inclusive um foi doado direto da Alemanha. Mas a instituição se manteve em pé o tempo todo como uma empresa importante, porque ela tinha uma das coisas mais indispensáveis numa vivência democrática, o direito de expor suas idéias, reuniões para debater, discutir, avaliar.

4- *Existia autonomia para produzir estas imagens?*

Quando se trabalha dentro da porteira da fazenda é preciso cuidado, existe risco, apesar da Emater não vender, não comprar, nem transportar nada, a grande matéria prima é o conhecimento, que deve ser transformado em produtos agrícolas, da agricultura familiar, mas também do artesanato. Nós tentamos transmitir o conhecimento de forma prática. Se isto funciona ou não isto precisa ser pesquisado. Bons extensionistas provocam, procuram e inovam.

5- *Como você analisa a nova extensão rural?*

Já agora no século 21 temos uma nova extensão, é a nova Emater. Teremos uma extensão mais dialógica ou mais técnica? Os dois juntos, pois são 70 milhões de pessoas no mundo por ano, e elas precisam de alimento de qualidade e água, assim você tem uma possibilidade maior de viver. São as prioridades. Nós estamos vivendo mais, portanto vamos consumir mais. Hoje existe muita pressão sobre os níveis de consumo dos recursos naturais, principalmente para imitar os países ditos desenvolvidos. Esta pressão sobre os recursos naturais derivam do aumento da longevidade humana. A agricultura não produz alimento somente, mas é preciso entender a multifuncionalidade da agricultura, como um dos fatores de transformação social, pelos seus diversos aspectos. É preciso fazer de uma nova leitura do espaço rural. Uma visão de

sustentabilidade com o uso inteligente dos recursos naturais. É neste cenário que a extensão rural vai ser chamada a participar no século 21.

## ANEXO 3 - APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELA COMISSÃO DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA




DIRPA/EXTER/018-2011

Belo Horizonte, 09 de agosto de 2011.

Ref.: Autorização de pesquisa

Autorizamos o Sr. Rodrigo Carvalho Gonçalves, CPF 067.225.776-94, estudante da Universidade Federal de Viçosa – UFV, a desenvolver pesquisa intitulada: "Imagens Rurais: uma análise da Extensão Rural em Minas Gerais, através das fotografias da revista Emater-MG", nas dependências da Emater-MG, localizada na Avenida Raja Gabáglia, nº1626, Bairro Gutierrez, Belo Horizonte/MG, CNPJ 19.198.118/0001-02, sob orientação da Professora Dra. Sheila Maria Doula.

Atenciosamente,



Fernando José Aguiar Mendes

Diretor de Promoção e Articulação Institucional



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA  
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS

*Campus Universitário - Viçosa, MG - 36570-000 - Telefone: (31) 3899-1269*

Of. Ref. Nº 113/2011/Comitê de Ética

Viçosa, 08 de julho de 2011.

Prezada Professora:

Cientificamos V. S<sup>a</sup>. de que o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, em sua 5<sup>a</sup> Reunião de 2011, realizada nesta data, analisou e aprovou, sob o aspecto ético, o projeto intitulado *Imagens Rurais: uma análise da Extensão Rural em Minas Gerais através das fotografias da revista EMATER - MG*.

Atenciosamente,



*Professor Ricardo Junqueira Del Carlo*

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos  
Vice-Presidente em exercício

Professora  
Sheila Maria Doula  
Departamento de Economia Rural

/rhs.